

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

**Políticas públicas e juventude rural: a mobilização da juventude assentada
por meio do PROFOR-EXT no interior paulista**

Eduarda Sanches Miriani

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte
dos requisitos para obtenção do título de Bacharela em
Gestão Ambiental

**Piracicaba
2025**

Eduarda Sanches Miriani

Políticas públicas e juventude rural: a mobilização da juventude assentada por meio do PROFOR-EXT no interior paulista

Orientadora:

Prof^ª Dr^ª **MARIA ELISA DE PAULA EDUARDO GARAVELLO**

Co-orientadora:

Dr^ª **CAROLINA REFINETTI SCHIESARI**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharela em Gestão Ambiental

**Piracicaba
2025**

DEDICATÓRIA

Às mulheres que prepararam o solo, plantaram com esperança e regaram com amor os sonhos que hoje florescem em mim: minha mãe e minha avó.

AGRADECIMENTOS

Acredito que toda conquista é fruto da coletividade. Para quem parte de contextos historicamente marginalizados, cada oportunidade é uma chance de escalar os muros que o sistema impõe sobre nós. Ser a primeira pessoa da minha família a acessar uma educação de melhor qualidade e ingressar em uma universidade pública é algo profundamente significativo — e essa trajetória só foi possível porque, ao longo do caminho, encontrei sorte, portas abertas e, principalmente, pessoas generosas dispostas a orientar, apoiar e contribuir com meu processo formativo, tanto como profissional quanto como ser humano.

Agradeço, com o coração inteiro, à minha avó, que nos cuidou com toda ternura, abrindo mão de si mesma tantas vezes, mesmo sem imaginar que outras realidades eram possíveis. Edilaine nos sustentou com amor e resiliência, oferecendo base, afeto e meios possíveis para que nós pudéssemos sonhar mais alto. A sua força silenciosa sempre será parte do que me move.

À minha mãe, minha referência de coragem e potência, agradeço por me apresentar todas as possibilidades de ser mulher. Por me incentivar, desde cedo, a buscar liberdade por meio do conhecimento, por me ensinar o valor da autonomia e por todo o esforço que fez para que eu pudesse trilhar caminhos que ela mesma não pôde.

Sou imensamente grata aos professores incríveis que tive no ensino médio, que me ensinaram a contornar limitações e valorizar minhas potencialidades. Em especial, agradeço ao professor Fábio Chiarinelli (História), ao professor Márcio Nogueira (Sociologia) e à professora Angélica Maroun (Língua Portuguesa). Vocês foram fundamentais na minha caminhada e sempre ocuparão um lugar de afeto e reconhecimento.

Ao grupo Territorialidade Rural e Reforma Agrária – TERRA/ESALQ, minha gratidão por expandirem meus horizontes, por me proporcionarem vivências e trocas tão ricas e por seguirem na contramão da hegemonia esalqueana, abrindo espaço para outras epistemologias e formas de estar na universidade.

Aos colegas de equipe no PROFOR, meus agradecimentos pelas trocas, companheirismo e aprendizados compartilhados.

Agradeço ainda aos professores Fábio Frattini, Carolina Schiesari e Maria Elisa Garavello, por me guiarem com generosidade nesta complexa travessia da vida acadêmica.

Por fim, agradeço a todas as pessoas e territórios que cruzaram meu caminho e me ensinaram, na prática, que o conhecimento mais transformador é aquele construído com os pés no chão e o coração atento às coletividades.

EPÍGRAFE

"Insista,
viver é luta constante,
e a alma não pode estar presa ao corpo
cumprindo pena,
sob o olhar da muralha

E enquanto a felicidade não vem,
aprecie as flores da batalha."

Sérgio Vaz

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	8
1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Objetivos gerais.....	12
1.2 Objetivos específicos.....	13
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
2.1 Juventude rural em perspectiva: invisibilidades, identidade e desafios.....	13
2.2 Condições de permanência e evasão: entre a migração e o desejo de ficar.....	16
2.3 Agricultura familiar, pertencimento e construção de projetos de vida no campo.....	25
2.4 As políticas públicas para a juventude rural no Brasil: avanços e lacunas.....	27
2.5 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil e o PROFOR-EXT.....	30
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1 Contexto territorial e atuação da equipe ESALQ.....	39
3.2 Caracterização da população e critérios de amostragem.....	45
3.3 Abordagem metodológica.....	47
3.4 Instrumentos de coleta de dados.....	48
3.5 Aspectos éticos.....	50
3.6 Procedimentos de análise.....	50
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	51
4.1 Perfil dos entrevistados.....	51
4.1.1 Perfil sociodemográfico dos jovens entrevistados.....	51
4.1.2 Perfil familiar dos ALFs.....	53
4.2 Experiências e percepções dos jovens ALFs no PROFOR-EXT.....	56
4.2.1 Formação técnica e fortalecimento da identidade juvenil.....	56
4.2.2 Desigualdades estruturais e ausência de políticas públicas.....	58
4.2.3 Protagonismo juvenil e participação comunitária.....	60
4.2.4 Transformações subjetivas: autoestima e reconhecimento.....	63
4.2.5 Projetos de vida e dilemas da permanência.....	65
4.3 Percepções das famílias e lideranças das comunidades atendidas.....	67
4.3.1 Transformações nos jovens e influências das relações familiares.....	67
4.3.2 Engajamento comunitário e valorização do jovem no assentamento.....	70
4.3.3 Desafios enfrentados pela juventude rural.....	72
4.3.4 Permanência no campo: contribuições do programa e caminhos para o futuro da juventude.....	74
4.3.5 Impactos do PROFOR-EXT e perspectivas de aprimoramento.....	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
ANEXOS.....	87

RESUMO

Políticas públicas e juventude rural: a mobilização da juventude assentada por meio do PROFOR-EXT no interior paulista

O trabalho analisa os impactos do Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 (PROFOR-EXT) na mobilização da juventude assentada em quatro territórios do interior paulista acompanhados pela equipe PROFOR-EXT da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com oito jovens Agentes Locais de Formação (ALFs), sete familiares e três lideranças locais. Os resultados indicaram que o PROFOR-EXT contribuiu para a qualificação técnica, o fortalecimento do protagonismo juvenil, a elevação da autoestima e o engajamento nas dinâmicas comunitárias. Apesar das dificuldades estruturais e da ausência de políticas públicas contínuas, muitos jovens demonstraram desejo de permanecer no campo e contribuir com suas comunidades. A experiência no programa foi apontada como determinante nesse processo, ao promover reconhecimento, pertencimento e inserção dos jovens como sujeitos ativos na construção do desenvolvimento local. Contudo, o estudo também evidenciou limitações do programa, como a necessidade de maior capilaridade das ações junto aos demais jovens dos territórios e a carência de estratégias que garantam o escoamento profissional dos ALFs. Além disso, as famílias e lideranças destacaram a importância de ampliar o número de bolsas e de encontros presenciais para fortalecer a mobilização e articulação comunitária, indicando a importância de ações formativas contínuas que intensifiquem os impactos positivos do programa e ampliem seu alcance nos assentamentos. Apesar dos desafios, reconhece-se o potencial do PROFOR-EXT para, futuramente, consolidar-se como uma política pública estruturante voltada à juventude rural.

Palavras-chave: Juventude rural, Protagonismo juvenil, Extensão rural, Políticas públicas, ATER

ABSTRACT

Public policies and rural youth: the mobilization of settled youth through PROFOR-EXT in the countryside of São Paulo

This study analyzes the impacts of the Training Program in Technical Assistance and Rural Extension for Agrarian Reform Settlements and Contributions to the 2030 Agenda (PROFOR-EXT) on the mobilization of settled youth in four territories in the interior of São Paulo, supported by the PROFOR-EXT team from the “Luiz de Queiroz” College of Agriculture. In this research it used the qualitative approach, and semi-structured interviews were conducted along with eight Local Training Agents (ALFs), seven settled family members, and finally three settlement community leaders. The results indicated that PROFOR-EXT contributed to technical qualification, the strengthening of youth protagonism, increased self-esteem, and engagement in community dynamics. Despite structural difficulties and the lack of continuous public policies, many young people expressed a desire to remain in the countryside and contribute to their communities. Participation in the program was seen as a decisive factor in this process, by promoting recognition, a sense of belonging, and the inclusion of youth as active subjects in the construction of local development. However, the study also highlighted limitations of the program, such as the need to broaden its reach among other young people in the settlements and the lack of strategies to ensure the professional continuity of the ALFs. Additionally, families and local leaders emphasized the importance of increasing the number of scholarships and in-person meetings to strengthen youth mobilization and community engagement, highlighting the need for continuous formative actions to enhance the program’s positive impacts and expand its reach within settlements. Despite the challenges, the potential of PROFOR-EXT to eventually become a structuring public policy aimed at rural youth is recognized.

Keywords: Rural youth, Youth protagonism, Rural extension, Public policies, Technical assistance and rural extension (ATER)

1. INTRODUÇÃO

A juventude rural brasileira tem vivenciado, nas últimas décadas, mudanças significativas que impactam diretamente suas trajetórias de vida, inserção produtiva e perspectivas de permanência no campo. Em um contexto marcado pela crescente urbanização e pelas desigualdades históricas no acesso a políticas públicas, os jovens dos assentamentos da reforma agrária enfrentam inúmeros desafios para construir projetos de vida que conciliem dignidade, trabalho e pertencimento aos seus territórios de origem. Como já apontava Carneiro em 1998:

Os jovens oscilam entre o projeto de construírem vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de "melhorarem o padrão de vida", de "serem algo na vida", e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem [...] Dentro dessa ambigüidade está em curso a construção de uma nova identidade. Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem sua auto-imagem refletidas no espelho da cultura "urbana", "moderna", que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro (Carneiro, 1998, p. 2).

Neste cenário, iniciativas voltadas à qualificação profissional e ao fortalecimento da agricultura familiar desempenham papel estratégico na promoção do desenvolvimento rural sustentável e da permanência dos jovens nos territórios de reforma agrária. Dentre essas ações, destaca-se o Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 (PROFOR-EXT), que atua em diversos estados do país com o objetivo de formar jovens Agentes Locais de Formação (ALFs), potencializando sua atuação nos próprios territórios.

O PROFOR-EXT é um programa instituído por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outras 15 instituições de ensino superior e técnico, entre elas a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP). O programa visa fortalecer a formação de jovens assentados(as) e técnicos(as) da reforma agrária por meio do desenvolvimento de conhecimentos e metodologias em Extensão Universitária voltadas à agricultura familiar (Brasil, 2023). Suas ações abrangem

unidades familiares de produção agrícola e suas organizações, articulando formação teórica e prática em sete metas integradas, conforme sistematizado a seguir:

Tabela 1. Metas estabelecidas pelo PROFOR-EXT.

META		DESCRIÇÃO RESUMIDA
1	<i>Formação de equipe de trabalho para condução das atividades</i>	Constituição de núcleos formativos de Extensão Universitária em cursos de graduação das 16 instituições parceiras, com foco na formação e nivelamento da equipe técnica envolvida no projeto.
2	<i>Encontros de formação sócio-profissional</i>	Qualificação de recém-formados, estagiários e jovens assentados da reforma agrária ou de territórios tradicionais (Agentes Locais de Formação – ALFs), por meio de processos formativos em Extensão Universitária, com foco em ATER, agroecologia e desenvolvimento territorial.
3	<i>Planejamento das ações da equipe técnica e com a comunidade</i>	Articulação e planejamento das ações extensionistas junto às comunidades, com apresentação das equipes técnicas e dos ALFs, realização de oficinas integrativas e uso de metodologias participativas que promovam o diálogo entre saberes populares e científicos, visando à construção coletiva de soluções para demandas da agricultura familiar.
4	<i>Inovação tecnológica, pedagógica e de apoio à comercialização</i>	Apoio à elaboração e execução de projetos voltados à produção sustentável, agregação de valor, comercialização e acesso a políticas públicas, promovendo inovação, autonomia e segurança alimentar nas unidades familiares de produção.
5	<i>Validação de metodologias desenvolvidas</i>	Sistematização e intercâmbio das experiências dos subprojetos por meio de seminário integrador, com validação de metodologias, compartilhamento de resultados e produção de materiais sobre práticas de Extensão Universitária.
6	<i>Gestão administrativa e financeira do projeto</i>	Organização e acompanhamento da execução financeira do projeto, com apoio da fundação gestora, assegurando a adequada aplicação dos recursos e suporte às atividades operacionais.
7	<i>Aquisição de equipamentos</i>	Aquisição de equipamento celulares, computadores e microfones.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar o impacto do PROFOR-EXT na mobilização da juventude rural, considerando a experiência dos ALFs e a percepção de seus familiares e lideranças comunitárias sobre as contribuições do programa para a permanência dos jovens nos assentamentos, a qualificação profissional e o fortalecimento da agricultura familiar. A pesquisa foca nas ações coordenadas pela equipe 1 da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP) em assentamentos do estado de São Paulo, buscando compreender de que maneira a formação técnica, o envolvimento comunitário e o protagonismo juvenil vêm sendo impulsionados por meio do programa.

A escolha metodológica recaiu sobre uma abordagem qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas com jovens participantes do programa, além de coleta de percepções de familiares e lideranças locais. A análise dos dados se deu por meio da técnica de análise temática, permitindo a identificação de padrões de sentido e a construção de categorias analíticas alinhadas aos objetivos da pesquisa.

Ao dar centralidade às vozes dos jovens e aos efeitos do PROFOR-EXT no cotidiano dos assentamentos, esta pesquisa pretende contribuir com o debate sobre as condições de permanência da juventude rural, o papel da ATER pública e a importância de políticas estruturantes para o desenvolvimento dos territórios da reforma agrária. Além disso, buscou-se destacar as potencialidades das juventudes enquanto sujeitos ativos na construção de alternativas sustentáveis, solidárias e democráticas no campo brasileiro.

A estrutura do trabalho está organizada em cinco capítulos, sendo o primeiro introdutório. O segundo capítulo trata dos procedimentos metodológicos adotados. O terceiro apresenta a fundamentação teórica, abordando a juventude rural como categoria social, os dilemas da permanência no campo, o pertencimento territorial e as políticas públicas voltadas a esse segmento. O quarto capítulo traz os resultados do estudo e, por fim, o quinto apresenta as considerações finais, com destaque para os principais achados, limitações e sugestões para futuras ações do programa.

1.1 Objetivos gerais

O trabalho teve por objetivo analisar o impacto do PROFOR-EXT na mobilização da juventude rural, considerando a experiência dos Agentes Locais de Formação (ALFs) e a percepção de seus familiares e lideranças comunitárias sobre as contribuições do programa para a permanência dos jovens nos assentamentos, a qualificação profissional e o fortalecimento da agricultura familiar.

1.2 Objetivos específicos

- I. Investigar o papel do PROFOR-EXT na capacitação dos jovens assentados e sua influência na construção de trajetórias profissionais ligadas à agricultura familiar e à permanência no campo.
- II. Compreender a percepção dos Agentes Locais de Formação (ALFs), de seus familiares e das lideranças comunitárias sobre os impactos do programa na vida dos jovens e na dinâmica dos assentamentos atendidos.
- III. Identificar os desafios e limitações da implementação do PROFOR-EXT nos assentamentos acompanhados pela equipe ESALQ, apontando recomendações para o aprimoramento das ações do programa.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Juventude rural em perspectiva: invisibilidades, identidade e desafios

A juventude rural, enquanto categoria social, carrega em sua trajetória histórica um conjunto de invisibilidades e silenciamentos que atravessam as políticas públicas, os discursos institucionais e as práticas sociais. Longe de ser um grupo homogêneo, os jovens do campo enfrentam desafios que extrapolam os limites das análises puramente etárias ou demográficas, sendo profundamente marcados por interseccionalidades territoriais, de classe, de gênero e de raça. A juventude rural é permanentemente tensionada por disputas de pertencimento, acesso a direitos e pela construção de perspectivas futuras no meio rural, como destacado pelo autor:

A decisão de ficar no campo ou deixá-lo ocorre conforme os propósitos do indivíduo, mas é influenciada pelo contexto social em que ele se insere. A nomenclatura “jovem rural” deve ser analisada como categoria, em que reflexões sobre, por exemplo, hierarquia paterna, crises e mudanças da realidade rural, entre outros, devem compor o constructo das relações sociais e das decisões entre ficar no campo e sair dele (Oliveira, 2021, p. 04).

Segundo Kummer (2013), a juventude representa uma fase situada entre a infância e a vida adulta, cujo início é marcado pela conclusão do desenvolvimento cognitivo da criança e seu final está associado à entrada na vida adulta. No entanto, definir precisamente o início e o fim da juventude é uma tarefa complexa, uma vez que as fronteiras entre as idades são

arbitrárias e as classificações por idade, bem como por outros critérios, tendem a impor limites importantes e produzir uma ordem social à qual cada indivíduo deve se encaixar.

Estabelecer, portanto, uma baliza cronológica torna-se desafiador na medida em que os seres humanos não seguem um mesmo desenvolvimento cognitivo, social ou cultural, tampouco têm uma idade específica para assumirem “compromissos” sociais tidos como adultos. A idade social difere da idade biológica (Bourdieu, 2003), além de que a idade não pode ser utilizada como único critério para definir a categoria juventude (Malagodi, 2007 *apud* Kummer, 2013, p. 205).

As classificações por idade, nesse contexto, são formas de controle social que limitam as pessoas a certos papéis e posições na sociedade. Além disso, a definição de juventude envolve mais do que idade: trata-se de um conceito atravessado por contextos históricos, sociais e culturais (Kummer, 2013).

Segundo Kummer (2013), não se trata apenas de uma faixa etária, mas de um processo de construção de identidade que passa também pela autopercepção do jovem enquanto tal. A juventude rural, em especial, é marcada por uma diversidade de realidades e por um duplo pertencimento: ao tempo social da juventude e ao espaço simbólico e material do rural. No entanto, ainda persiste uma estigmatização dos jovens como sujeitos “em formação”, “futuros adultos”, desconsiderando sua agência no presente.

A operacionalização da análise da categoria juventude deve, invariavelmente, levar em conta as “muitas” juventudes manifestas em diferentes espaços. Nesse sentido é importante considerar como característica inerente à condição juvenil as inferências e influências do momento em que se encontram os jovens, entendido como uma transição que lhes colocam em sensível estado de mal estar. Decidir que caminho seguir, por qual profissão se dedicar, estudar ou não, que área de estudos optar, que local de moradia, etc., é bastante complexo. E as decisões precisam ser tomadas (Kummer, 2013, p. 206).

Carneiro (1998) já apontava que a juventude rural tem sido historicamente negligenciada tanto pelas pesquisas acadêmicas quanto pelas políticas públicas. Por muito tempo, os jovens foram invisibilizados nos estudos sobre o meio rural, sendo considerados apenas como “filhos de agricultores” ou “estudantes”, sem uma identidade social própria. Essa indiligência reflete-se na ausência de políticas específicas voltadas a esse grupo, mesmo

diante da constatação de que os jovens são fundamentais para a renovação da agricultura familiar e para o futuro das comunidades rurais.

O reconhecimento da juventude rural como sujeito político e histórico é, portanto, um processo recente, resultado da mobilização social de movimentos do campo e de uma crescente valorização da agricultura familiar e da agroecologia nas últimas décadas (Panno, 2014). Para além de ocupar o campo, esses jovens o constroem em suas múltiplas dimensões simbólicas e materiais. Ao propor o conceito de “juventudes rurais”, autores como Panno (2014) evidenciam a pluralidade de trajetórias e experiências desses sujeitos, reivindicando uma abordagem que compreenda a juventude como um tempo de vida específico, caracterizado por transições e experimentações.

Entretanto, a identidade juvenil no campo ainda enfrenta obstáculos relacionados à falta de reconhecimento institucional e social. Como observava Carneiro já em 1998, há uma tendência histórica de se tratar o jovem rural como "não plenamente trabalhador" nem "plenamente agricultor", gerando uma “identidade suspensa” que dificulta seu enraizamento e reconhecimento. Tais representações reforçam um imaginário urbano-centrado que desvaloriza o campo como espaço de vida digna e moderna, contribuindo para a negação das juventudes enquanto protagonistas da transformação rural.

Essa invisibilização sofrida pelos jovens do campo impacta diretamente as políticas públicas, dificultando a formulação de iniciativas que respondam às demandas específicas desse grupo. Muitas vezes, os jovens rurais são incorporados a programas de forma secundária ou genérica, sem o devido aprofundamento das especificidades de sua realidade sócio-territorial, sendo a ausência de uma abordagem sistêmica e articulada para as juventudes rurais um fator que contribui fortemente para a manutenção de desigualdades históricas e para a reprodução de trajetórias de exclusão (Santos, 2019).

Ademais, os desafios vivenciados pelas juventudes do campo são múltiplos: acesso à terra, à educação de qualidade, à saúde, à cultura, à conectividade digital e à participação política (Oliveira, 2021). Esses elementos se combinam para formar o que Gohn (2019) denomina de “condições estruturais de vulnerabilidade”, que incidem de forma particularmente intensa sobre os jovens em assentamentos da reforma agrária, onde o acesso a serviços básicos ainda é limitado.

Apesar disso, é possível observar movimentos de resistência e reconstrução identitária. Muitos jovens têm buscado formas alternativas de permanência no campo, ressignificando o rural como espaço de inovação, autonomia e construção de futuros possíveis (Panno, 2014). O sentimento de pertencimento à comunidade e o valor atribuído ao patrimônio familiar também

são fatores motivacionais importantes para a permanência no campo, conforme destacado por Panno (2014).

É nesse cenário que a compreensão crítica da juventude rural se faz urgente. Mais do que destinatários de políticas, os jovens do campo devem ser compreendidos como sujeitos de direitos, com capacidade de intervenção e de formulação de propostas para suas realidades (Castro, 2016). A superação das invisibilidades passa, portanto, por reconhecer suas vozes, suas práticas e suas estratégias de construção de vida no campo, em diálogo com políticas públicas que respeitem suas particularidades e aspirações.

2.2 Condições de permanência e evasão: entre a migração e o desejo de ficar

O debate sobre permanência e evasão da juventude no meio rural está no centro das discussões sobre o desenvolvimento sustentável das áreas rurais em todo o mundo, uma vez que a saída dos jovens filhos de agricultores familiares do meio rural em direção às áreas urbanas tem se intensificado nos últimos anos, despertando o interesse de estudiosos em compreender as razões desse processo. Ferrari *et al.* (2004) aponta que mesmo aqueles jovens que desejam seguir a profissão de seus pais encontram dificuldades no meio rural, o que os impulsiona a buscar alternativas profissionais fora da agricultura.

A continuidade da profissão agrícola entre os filhos de agricultores já não representa, necessariamente, a principal perspectiva de futuro desses jovens. Conforme apontou Abramovay e Camarano (1999) e foi reforçado por Ferrari *et al.* (2004, p. 241), “para eles, a agricultura é vista como uma escolha entre outras possibilidades, inclusive a migração ou a inserção em outros setores da economia no meio urbano”. Ainda que muitos expressem o desejo de permanecer na atividade agrícola, sobretudo os mais velhos e com menor escolaridade, essa aspiração tem se tornado menos frequente entre as gerações mais jovens.

O nível de escolaridade exerce papel determinante nas decisões dos jovens quanto à permanência no meio rural ou à migração para centros urbanos. De modo geral, aqueles com maior formação educacional demonstram maior propensão a buscar alternativas profissionais fora da agricultura, enquanto os jovens com menor escolaridade tendem a encarar a atividade agrícola como principal caminho de vida (Ferrari *et al.*, 2004). No entanto, observa-se um avanço no acesso à educação nas áreas rurais, sobretudo entre as gerações mais novas, o que pode gerar transformações significativas no futuro da agricultura familiar.

Sua vida já está organizada em torno do estabelecimento familiar, as relações sociais estão construídas levando em consideração sua condição de agricultor. Além disso, sua preferência em permanecer na agricultura parece se apoiar na percepção realista de que sua condição educacional não permite vislumbrar um futuro promissor fora do meio rural e da agricultura. Trata-se aqui de um exemplo de privação de capacidade (Sen, 2000), que determina uma limitação às possibilidades de escolha. As respostas variam também segundo as classes de renda das famílias rurais. O desejo de permanecer na agricultura “como proprietário” cai conforme declina a categoria de renda considerada (Sen, 2000 *apud* Ferrari *et al.*, 2004, p. 240).

Portanto, a questão educacional desempenha um papel incisivo na evasão dos jovens do meio rural. Na agricultura familiar, observa-se uma tendência na qual permanecem no campo os filhos que tiveram acesso limitado à educação formal. Desse modo, a geração com maiores possibilidades de assumir a direção das unidades familiares de produção geralmente possui uma formação educacional precária. Como consequência, emerge a assertiva de que, na agricultura familiar, ou se estuda, ou se permanece no campo (Ferrari *et al.*, 2004). Ainda hoje, a educação é vista como prerrogativa do meio urbano, embora tenha-se avançado - e muito - na ruptura dessa concepção.

Tradicionalmente, a atividade agrícola não exigia, necessariamente, uma formação escolar. O saber transmitido entre gerações e a experiência prática no cotidiano das propriedades eram considerados suficientes para o trabalho no campo. No entanto, essa lógica vem se transformando, à medida que os próprios pais reconhecem que seu passado não é adequado para orientar o futuro dos filhos, o que torna a educação formal uma prioridade no planejamento familiar (Ferrari *et al.*, 2004).

De forma paradoxal, observa-se que, em muitos casos, são os próprios pais que incentivam o êxodo dos filhos, movidos pela expectativa de acesso a melhores oportunidades de estudo nas cidades (Oliveira, 2021). Essa migração permite a formação escolar, mas também a inserção no mercado de trabalho urbano, o que torna a permanência na área rural apenas uma entre várias possibilidades de sustento. Nessa perspectiva, ganha relevância o papel da família no incentivo à permanência ou ao retorno dos jovens ao campo. Para isso, torna-se essencial oferecer condições adequadas de envolvimento, como a divisão de responsabilidades com autonomia e a inclusão dos jovens nas decisões relacionadas à gestão da propriedade (Oliveira, 2021).

Em relação à questão de gênero, estudos como o de Ferrari *et al.* (2004) indicam que as filhas de agricultores apresentam, de modo geral, menor interesse pela continuidade na atividade agrícola em comparação aos filhos homens, demonstrando preferência crescente pelas oportunidades existentes no mercado de trabalho urbano. A reduzida participação das mulheres nas atividades produtivas e nos processos decisórios das propriedades familiares evidencia a permanência de estruturas patriarcais e a desvalorização histórica do papel feminino no meio rural (Ferrari *et al.*, 2004).

Nesse contexto, Abramovay e Camarano (1999, p. 14) já destacavam que “o meio rural brasileiro [encontrava-se] na segunda fase dos processos migratórios: os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e, entre eles, é crescente a proporção de moças”, o que reforça a tendência da migração feminina precoce.

Ao tratar da sucessão nas propriedades agrícolas, Ferrari *et al.* (2004) chama atenção para uma questão central relacionada ao gênero: a diferença marcante entre os projetos de vida de filhas e filhos de agricultores familiares. Enquanto os rapazes, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no campo, ainda visualizam a permanência na agricultura como uma possibilidade concreta, as moças tendem a rejeitar essa perspectiva, demonstrando desinteresse pela continuidade no trabalho agrícola.

A distinção entre os projetos de vida de rapazes e moças evidencia as desigualdades estruturais de gênero ainda fortemente presentes na sociedade e, em particular, no meio rural. Historicamente, as mulheres foram posicionadas em funções secundárias dentro das propriedades agrícolas, com pouca inserção nos espaços de decisão e gestão da produção (Ferrari *et al.*, 2004). Essa realidade contribui para o desestímulo à permanência das jovens no campo e para a baixa incidência de mulheres à frente das unidades produtivas familiares.

A exclusão feminina das atividades produtivas e dos processos decisórios não decorre apenas de escolhas individuais, mas é moldada pelo contexto sociocultural em que essas jovens estão inseridas. A manutenção de padrões tradicionais de gênero limita o acesso das mulheres às oportunidades no campo e reforça as desigualdades na sucessão rural, como destaca Ferrari *et al.* (2004, p. 243): “O padrão anterior, em que às moças cabia reproduzir o papel de suas mães dentro da unidade familiar de produção (Abramovay *et al.*, 1998), parece estar esgotado”.

Além disso, o autor ressaltou que as jovens enfrentam barreiras adicionais, associadas à dureza do trabalho agrícola. Segundo o autor, muitas moças percebem a atividade no campo

como fisicamente extenuante e pouco atrativa, o que as leva a buscar alternativas no mercado urbano. A migração, nesse caso, representa uma fuga das exigências físicas da agricultura, como também a busca por horizontes profissionais mais amplos e diversificados.

Ainda uma última questão merece ser abordada: o desinteresse das moças pela agricultura, devido à penosidade da atividade. Talvez esta última razão explique a preferência de algumas moças entrevistadas se casarem com rapazes de fora do meio rural. Díaz Méndez (1998) também constatou que as jovens rurais da Espanha procuram realizar o matrimônio com rapazes de fora do meio rural como “uma ponte para a cidade”, estratégia incentivada pelas próprias mães (Méndez, 1998 *apud* Ferrari *et al.*, 2004, p. 245).

A evasão dos jovens do meio rural é fortemente influenciada por fatores que refletem as desigualdades sociais e culturais ainda presentes nesse contexto. De acordo com Ferrari *et al.* (2004), dois aspectos centrais contribuem para esse fenômeno. O primeiro refere-se ao crescente leque de oportunidades no mercado de trabalho urbano, que se mostra particularmente atraente para as moças. O avanço do setor de serviços – envolvendo funções no comércio, na indústria e em residências – oferece alternativas que rompem com os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres como esposas e mães. Somado a isso, o maior nível de escolaridade alcançado por elas amplia as possibilidades de inserção profissional e social, tornando o meio urbano uma opção mais promissora em comparação com o espaço rural (Ferrari *et al.*, 2004). De acordo com Abramovay e Camarano (1999, p. 14):

[...] o caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intrafamiliares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada (Abramovay; Camarano, 1999, p. 14).

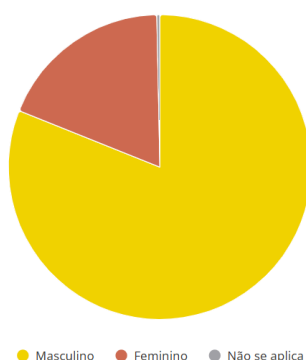
O segundo fator, ainda segundo Ferrari *et al.* (2004), está relacionado à estrutura interna das unidades familiares de produção, marcadas por fortes traços patriarcais. A sucessão da propriedade agrícola tende a favorecer os filhos homens, relegando às filhas um papel secundário, com pouca participação na tomada de decisões e na condução das atividades produtivas. Essa exclusão histórica contribui para desestimular as moças a

permanecerem no campo, limitando suas possibilidades de protagonismo. Nesse sentido, a ausência de incentivo e o predomínio da visão tradicional de gênero perpetuam práticas que naturalizam a migração feminina e reforçam a desigualdade na sucessão rural.

Abramovay e Camarano (1999) apontaram ainda um terceiro elemento que explica a maior evasão das moças do meio rural: a articulação entre os processos migratórios e a formação educacional. Para os autores, conforme os padrões latino-americanos, tende a permanecer na zona rural o filho que não demonstra interesse ou aptidão para os estudos. Nesse cenário, as filhas são frequentemente mais incentivadas a estudar, com a expectativa de que deixem o campo. Como consequência, a precariedade educacional se revela mais intensa entre os rapazes (Abramovay; Camarano, 1999).

De acordo com o Censo Agro (2017), 15,45% dos produtores nunca frequentaram a escola, 23,77% possuem apenas o primário, 19,13% possuem o ensino fundamental completo e somente 12,68% concluíram o ensino médio. A diferença de gênero também se mantém evidente: 81% dos estabelecimentos agropecuários têm como responsável uma pessoa do sexo masculino, enquanto apenas 19% são dirigidos por mulheres, conforme ilustrado no gráfico à esquerda. Além disso, observa-se que, em todas as faixas etárias, o número de produtores homens é superior ao de mulheres, revelando uma masculinização acentuada da atividade agropecuária. Essa disparidade é ainda mais marcante nas faixas etárias entre 45 e 64 anos, momento de maior concentração de produtores (IBGE, 2017).

Número de estabelecimentos agropecuários por sexo do produtor



Número de estabelecimentos agropecuários por sexo e idade do produtor

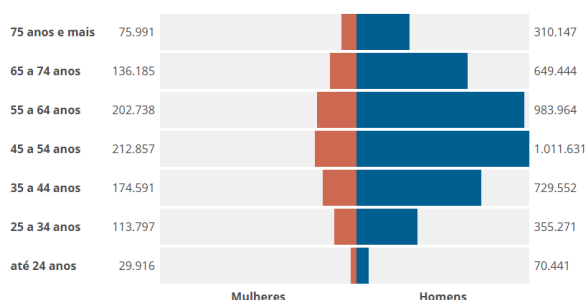


Figura 1. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por sexo e faixa etária do produtor no Brasil.

Fonte da imagem: IBGE, 2017.

Esses elementos evidenciam que as decisões relacionadas à permanência ou à migração dos jovens do meio rural são complexas e atravessadas por desigualdades de gênero,

escolaridade e inserção socioeconômica. A sucessão nas propriedades familiares continua fortemente condicionada por uma lógica que associa a permanência à ausência de oportunidades externas – realidade que afeta principalmente os rapazes (Ferrari *et al.*, 2004). Por outro lado, as moças, diante da sobrecarga de trabalho, da falta de perspectivas no campo e das melhores condições educacionais, tendem a buscar alternativas fora do meio rural (Ferrari *et al.*, 2004).

Nesse sentido, a escolha entre permanecer ou migrar envolve múltiplas dimensões – individuais, familiares e sociais. Como afirma Oliveira (2021), além da atratividade das cidades e do acesso a políticas públicas e educacionais, os fatores internos às famílias, como a escolarização, as condições socioeconômicas e as relações de gênero, são determinantes nas trajetórias dos jovens.

É importante destacar que a decisão dos jovens de permanecer no campo ou migrar para centros urbanos não ocorre de forma isolada, mas está inserida em um contexto social mais amplo. Apesar de serem frequentemente citados em discursos sobre o futuro do rural, na prática, os jovens enfrentam transformações nas relações entre o campo e a cidade, bem como um acesso crescente à informação e a uma educação com forte viés urbano (Carneiro, 1998). Essas mudanças têm contribuído para que o trabalho na agricultura deixe de ser uma imposição e passe a ser encarado como uma escolha. Assim, as mudanças na relação entre áreas rural e urbana, juntamente com maior acesso à informação e educação predominantemente urbana, têm transformado o trabalho no campo de uma necessidade para uma opção (Oliveira, 2021).

Portanto, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento econômico e social das regiões rurais, sem perder de vista a valorização das comunidades locais. Investimentos em educação contextualizada e em qualificação profissional que dialogue com as especificidades do meio rural são fundamentais para criar condições de permanência qualificada para os jovens, oferecendo-lhes perspectivas de trabalho e empreendedorismo em seus próprios territórios.

Um dos grandes desafios enfrentados pelo meio rural brasileiro está relacionado ao envelhecimento da população e à crescente masculinização desses espaços. Abramovay e Camarano (1999) destacaram que, embora os movimentos de retorno de aposentados tenham contribuído em certa medida para frear o esvaziamento das comunidades, a baixa presença de jovens e o desequilíbrio de gênero dificultam sua revitalização. Eles exemplificam essa

situação com o fenômeno francês conhecido como “célibat paysan”, que se refere à grande proporção de agricultores que permanecem solteiros até idades avançadas, decorrente da resistência das jovens em se casar com homens que vivem e trabalham no campo (Abramovay; Camarano, 1999).

Diante desse cenário de envelhecimento e desequilíbrio de gênero no campo, torna-se essencial refletir sobre estratégias que possibilitem a permanência da juventude rural. É nesse contexto que se insere a discussão sobre a pluriatividade, destacada por Panno (2014) como uma alternativa viável para enfrentar esses desafios e renovar as dinâmicas sociais e produtivas nas áreas rurais. O conceito de pluriatividade diz respeito à combinação, por parte dos membros das famílias rurais, de atividades agrícolas com ocupações não agrícolas, com o objetivo de diversificar as fontes de renda e estabelecer conexões com diferentes contextos socioeconômicos. Ao enfatizar essa prática, o autor complementa estudos anteriores ao apontar a pluriatividade como uma estratégia eficaz para estimular a permanência dos jovens no meio rural. Nesse sentido, afirma: “A pluriatividade tem sido apontada como uma alternativa viável de manutenção da população jovem no campo, associando as atividades da propriedade da família com outras que lhes garanta maior autonomia e segurança financeira” (Panno, 2014, p. 277).

Ao retomar a definição de Graziano da Silva (1994), segundo a qual uma família é considerada pluriativa quando pelo menos um de seus membros se dedica à agricultura e outro a uma atividade não agrícola, Panno (2014) reforça a relevância dos jovens nesse processo:

À medida que as famílias são consideradas pluriativas quando ao menos um membro da mesma exerce uma atividade agrícola e outro exerce uma atividade não agrícola (Graziano da Silva, 1994), o papel dos jovens como membros fomentadores deste enquadramento é fundamental (Silva, 1994 *apud* Panno, 2014, p. 277).

Além de contribuir para o aumento da renda e para a redução das vulnerabilidades socioeconômicas, a pluriatividade desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento rural sustentável, especialmente por enfrentar questões como a geração de trabalho e a melhoria do rendimento das famílias rurais (Panno, 2014). Tal perspectiva amplia o debate sobre sucessão rural e migração juvenil, ao sugerir que políticas públicas voltadas à

diversificação econômica são fundamentais para assegurar a permanência de jovens no campo.

Nesse contexto, observa-se também um crescimento expressivo do número de produtores pluriativos que adotam novas tecnologias produtivas e reduzem o tempo destinado à agropecuária, abrindo espaço para fontes alternativas de renda para si e para outros membros da família. Como destaca o autor:

[...] percebe-se um aumento constante de produtores rurais pluriativos que aderem às tecnologias de produção e diminuem o tempo de dedicação à produção agropecuária e, com isso, abrem possibilidades de renda em outras áreas e setores econômicos para si ou para membros de sua família. Conforme Carneiro (2006), com as novas dinâmicas do meio rural emerge a discussão sobre atividades não agrícolas e pluriatividade no Brasil (Panno, 2014, p. 276-277 *apud* Carneiro, 2006).

Outro aspecto relevante abordado por Panno (2014) é o estreitamento das relações entre o meio rural e o urbano a partir da pluriatividade. As atividades não agrícolas muitas vezes envolvem o exercício de funções assalariadas fora da propriedade rural, por parte de um ou mais membros da família, o que torna as fronteiras entre campo e cidade cada vez mais tênues. Essa interdependência evidencia a necessidade de abordagens integradas que considerem as dinâmicas territoriais de forma mais complexa.

Dessa forma, o autor propõe uma reflexão sobre a própria concepção tradicional de ruralidade e urbanidade. Em diversas regiões, os limites entre esses espaços se tornam menos nítidos devido às influências recíprocas entre o urbano e o rural, gerando transformações importantes na organização social e econômica dos territórios. Como analisa Panno (2014):

A estruturação de uma imagem do “rural” na concepção contemporânea tem se tornado cada vez mais complicada. A definição de rural como aquilo que está fora do urbano, chamado distrito ou vila, conforme sugeriu o decreto lei n. 311 de 1938, já não basta para essa compreensão. O rural e o urbano, em muitas regiões, acabam se fundindo, ou, ainda, o urbano acaba desestruturando o rural, transformando-o em legado histórico e distante dos olhos. Devido às amplas dimensões territoriais brasileiras, no entanto, o espaço rural ainda é ator importante de desenvolvimento local em muitas regiões (Panno, 2014, p. 278).

Por fim, Panno (2014) ressalta que a permanência dos jovens no meio rural depende diretamente do suporte oferecido tanto pela família quanto pelo poder público. Elementos como o fortalecimento da autonomia, a atribuição de responsabilidades e o incentivo ao empreendedorismo são apontados como fundamentais para estimular o envolvimento ativo dos jovens nas atividades do campo. A superação dos desafios enfrentados pela juventude rural, portanto, exige uma abordagem integrada, que envolva políticas públicas eficazes e a valorização das dinâmicas familiares. Como afirma o autor:

As influências internas e externas são cruciais na decisão de sair, permanecer ou voltar para o campo, perceptíveis nos jovens em questão. Além de políticas públicas atraentes e direcionamento acadêmico estudantil no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, faz-se necessário que a família queira que este jovem fique e dê condições para isso. A divisão de tarefas com autonomia e responsabilidades é fundamental. Na medida em que o jovem se torna adulto, constitui a sua família, tem seus próprios preceitos e conhecimentos sobre as tarefas da propriedade, ele precisa sentir-se parte do processo decisório e ter autonomia para tomar suas próprias decisões. É uma questão de autoestima, que gera sentimento de pertencimento (Panno, 2014, p. 292).

Visando aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a evasão dos jovens do campo e contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, Abramovay e Camarano (1999) propuseram quatro eixos fundamentais de investigação. O primeiro refere-se à análise da estrutura social dos processos migratórios, especialmente no que diz respeito ao papel das unidades familiares de produção na dinâmica da migração rural. O segundo ponto destaca a necessidade de compreender por que o meio rural se mostra menos atrativo para as mulheres em comparação aos homens, exigindo pesquisas qualitativas mais detalhadas. Em seguida, os autores propuseram uma reflexão crítica sobre o próprio conceito de "meio rural", além de incentivar comparações internacionais que revelam diferentes formas de organização social. Por fim, enfatizaram a importância de investigar a relação entre o êxodo rural e o acesso a direitos fundamentais, como a educação, a fim de viabilizar que o campo possa se constituir como um espaço viável para a realização dos projetos de vida da juventude.

2.3 Agricultura familiar, pertencimento e construção de projetos de vida no campo

A agricultura familiar configura-se como um elemento central na formação identitária de jovens do meio rural e na construção de seus projetos de vida. Mais do que uma ocupação produtiva, a agricultura representa um modo de vida, uma prática social que envolve relações afetivas, redes de sociabilidade e sentimentos de pertencimento ao território (Carneiro; Castro, 2007). A presença dos jovens nesse contexto, no entanto, não é apenas continuidade da trajetória dos pais; ela exige reconhecimento, valorização e condições efetivas para que o campo seja visto como lugar possível de permanência e realização pessoal e profissional (Castro, 2019).

No imaginário de muitos jovens rurais, permanecer na agricultura só é viável se houver mudanças qualitativas nas condições de trabalho, no acesso a políticas públicas e na valorização do conhecimento tradicional em articulação com saberes técnicos e formais (Panno, 2014). Como ressaltado por Panno (2014), há uma reconfiguração do sentido de “ficar” no campo, pautada por novos arranjos sociais e econômicos, nos quais os jovens almejam autonomia e protagonismo.

Nesse sentido, o pertencimento não se reduz à origem territorial ou familiar. Ele é construído cotidianamente a partir da experiência concreta de viver, trabalhar e se relacionar no espaço rural:

A identificação com o local é uma forte geradora de vínculos sociais e consiste em alternativa, presente em muitas unidades agrícolas familiares, de garantir sua existência social. Há, nesse caso, um forte vínculo do trabalhador com a comunidade, embasada em valores de sentimento de pertencimento, solidariedade e coletividade. Estes valores e sentimentos podem contribuir com a manutenção das famílias no campo, mantendo um desenvolvimento sucessível e constante (Panno, 2014, p. 276).

Esse sentimento é fortemente influenciado pela possibilidade de os jovens interferirem nos rumos da produção, inovarem nas práticas agrícolas, participarem das decisões familiares e se engajarem em redes coletivas de ação, como associações, cooperativas e movimentos sociais.

Contudo, a permanência dos jovens no campo exige que a agricultura familiar seja uma alternativa viável do ponto de vista econômico e social. A ausência de condições

adequadas, como acesso à terra, crédito, assistência técnica e infraestrutura, impacta diretamente na capacidade de os jovens se projetarem no espaço rural (Ferrari *et al.*, 2004). A pesquisa de Ferrari *et al.* (2004, p. 240) mostra que “a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno”. Dessa forma, o pertencimento pode ser abalado quando a vivência no campo é marcada por precariedades.

Ainda assim, muitos jovens constroem projetos de vida enraizados na agricultura familiar. Essa construção é favorecida quando há valorização de suas iniciativas, reconhecimento de suas demandas e abertura de espaço para sua atuação (Ferrari *et al.*, 2004). Em contextos em que os jovens podem experimentar novas formas de produção, dialogar com saberes agroecológicos e articular práticas tradicionais com inovações, a agricultura torna-se mais atrativa e sintonizada com seus anseios.

A agroecologia, nesse cenário, aparece como uma via potente de afirmação do protagonismo juvenil no campo. De acordo com Silva (2020), os processos de transição agroecológica permitem aos jovens se apropriar de técnicas sustentáveis, ao mesmo tempo que desenvolvem valores de solidariedade, cooperação e justiça social. O autor aponta que a articulação entre juventude rural e agroecologia tem sido fundamental para reverter processos de êxodo, possibilitando aos jovens ressignificar a vida no campo e assumir papéis estratégicos na reprodução social das famílias e comunidades.

Outro aspecto relevante para a permanência dos jovens na agricultura familiar é a divisão do trabalho no interior das propriedades. Abramovay e Camarano (1999) já apontava a possibilidade de os filhos participarem efetivamente das decisões produtivas, de terem parcelas de terra para experimentar novas culturas ou técnicas, e de se sentirem parte dos resultados alcançados, contribui para fortalecer o vínculo com o campo. Quando relegados a tarefas subalternas ou sem autonomia, esse vínculo tende a enfraquecer, como apontam estudos de Oliveira (2021) e Abramovay e Camarano (1999), que destacam a importância de condições subjetivas e objetivas na construção do desejo de permanecer.

Ademais, o reconhecimento social da agricultura familiar e do papel dos jovens nesse contexto é elemento central. A estigmatização do rural como sinônimo de atraso e a desvalorização dos saberes camponeses reforçam processos de exclusão e evasão. Conforme ressalta Panno (2014), romper com essas representações e construir uma nova imagem do campo como espaço de inovação, criatividade e qualidade de vida é parte fundamental da luta pela permanência.

A construção de projetos de vida no campo também está relacionada à possibilidade de articulação entre múltiplas atividades – agrícolas e não agrícolas. Nesse contexto, os jovens podem se dedicar à produção agrícola, mas também atuar em áreas como turismo rural, prestação de serviços, comércio, entre outras, ampliando suas fontes de renda e fortalecendo sua inserção territorial.

Tais experiências contribuem para redefinir o sentido da juventude rural, não mais como uma fase de transição rumo à cidade, mas como um tempo de criação de alternativas de vida no campo, que envolvem inovação, empreendedorismo e protagonismo político. Nesse aspecto, o fortalecimento da identidade camponesa entre os jovens é um fator que merece destaque. O reconhecimento do valor social da agricultura familiar e o orgulho de pertencer a esse modo de vida são decisivos na construção de projetos que vinculam o presente e o futuro ao campo (Panno, 2014).

Contudo, há uma tensão constante entre o desejo de permanecer e os desafios concretos que marcam a vida rural. Essa tensão exige estratégias de mediação que envolvam tanto ações institucionais quanto dinâmicas comunitárias. O campo não pode ser apenas um lugar de origem, mas deve se constituir como um espaço de possibilidade, onde os jovens consigam construir trajetórias de vida dignas, com acesso a bens, serviços e reconhecimento.

Assim, pensar o pertencimento e os projetos de vida da juventude rural exige uma abordagem que considere os múltiplos fatores – simbólicos, econômicos, políticos e culturais – que moldam a experiência de ser jovem no campo. Exige também políticas públicas que promovam a permanência qualificada, o reconhecimento das juventudes como sujeitos sociais e a valorização da agricultura familiar como alternativa viável e estratégica para o desenvolvimento rural sustentável.

Enfim, a permanência da juventude rural e sua relação com a agricultura familiar deve ser compreendida para além da reprodução geracional da força de trabalho, mas como processo de construção ativa de identidades, saberes e modos de vida que se reinventam frente aos desafios contemporâneos. A partir dessa perspectiva, os jovens não são apenas herdeiros da terra, mas protagonistas na construção de novos sentidos para o campo.

2.4 As políticas públicas para a juventude rural no Brasil: avanços e lacunas

A formulação de políticas públicas para a juventude rural no Brasil tem evoluído de forma significativa desde os anos 2000, principalmente a partir das demandas históricas dos movimentos sociais do campo. Essas políticas representam um esforço para garantir

condições de permanência dos jovens nas áreas rurais e promover sua autonomia, mas ainda enfrentam desafios estruturais que limitam seu alcance e efetividade (Barcellos, 2015).

De acordo com Barcellos (2015), a construção das políticas para a juventude rural no Brasil está fortemente relacionada à luta por reconhecimento da juventude enquanto sujeito político. Esse processo foi impulsionado pela articulação de jovens ligados a movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e organizações da agricultura familiar, que pressionaram o Estado por medidas específicas. No entanto, como o autor observa, as políticas formuladas resultam de uma tensão entre as demandas juvenis e os interesses institucionalizados no interior do Estado, o que gera um campo de disputa constante:

A ausência de políticas públicas de juventude rural não deve ser percebida apenas como uma desconsideração do governo, mas como resultado de uma elaboração relacional, contingente e variável, elaborada em conjunto com organizações e movimentos sociais nesse processo político (Barcellos, 2015, p. 29).

Entre os principais instrumentos criados está o PRONAF Jovem, uma linha de crédito vinculada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com objetivo de apoiar projetos produtivos de jovens agricultores. Segundo Barcellos (2017), o PRONAF Jovem representa um dos primeiros reconhecimento explícitos do jovem como público específico dentro das políticas agrícolas, promovendo sua inclusão como sujeito do crédito e da política rural. Nesse sentido, este instrumento reforça que a “[...] participação da juventude é considerada essencial na composição do desenho das políticas sociais, devido à difusão do paradigma do jovem como sujeito de direito” (Barcellos, 2017, p. 155).

Contudo, apesar da existência do PRONAF Jovem, sua efetividade ainda é limitada. A baixa adesão ao programa se relaciona a fatores como dificuldade de acesso à informação, exigências burocráticas e falta de assistência técnica contínua (Barcellos, 2017). Além disso, é importante destacar a ausência de políticas articuladas em diferentes áreas como saúde, lazer e cultura voltadas à juventude rural. A maioria das políticas analisadas na literatura concentra-se no eixo educacional, reforçando a necessidade de um olhar mais integral para os jovens do campo (Santana; Barcelos, 2022).

O estudo de Santos (2020) ressalta que, apesar dos avanços institucionais, as políticas públicas ainda falham em considerar as especificidades socioterritoriais da juventude rural. Ele afirma que:

As dimensões que buscam compreender as condições dos jovens rurais na contemporaneidade devem levar em consideração, contudo, não só os aspectos sociais e profissionais com os quais eles estão rodeados, mas também os aspectos culturais, políticos e de bem-estar, que juntos compõem sua condição juvenil na contemporaneidade.

Portanto, as políticas públicas, para atingirem a eficácia na promoção de um ambiente adequado e de interesse para a população jovem do campo, devem estar integradas às diferentes dimensões que se relacionam a esta categoria social (Santos, 2019, p. 70).

O autor também observa que a juventude rural constitui uma categoria social complexa, e que “as políticas públicas, ao se relacionarem, se configuram como mecanismos que influenciam de modo decisivo no processo migratório” (Santos, 2020, p. 54). Essa influência, no entanto, nem sempre atua no sentido da permanência no campo. Muitas vezes, a ausência de políticas eficazes ou sua desarticulação acabam incentivando a migração. Para Santos (2020), compreender a juventude rural exige uma análise que considere os fatores culturais, econômicos e afetivos que estruturam sua relação com o território.

Outro aspecto que merece atenção é o protagonismo juvenil na construção dessas políticas. Castro (2016) destaca que a juventude rural organizada desempenhou papel central na incidência sobre o Estado, especialmente durante a formulação da Política Nacional de Juventude. A autora reitera que “a consolidação da categoria juventude sujeito de direitos representa uma alteração de paradigma em que o público-alvo passa de passivo à agente, co-responsável pela construção das políticas públicas” (Castro, 2016, p. 197). Essa nova abordagem fortaleceu o reconhecimento da juventude como ator político, com capacidade de influenciar diretamente na formulação de programas voltados à sua realidade.

Apesar desse protagonismo, as políticas públicas ainda apresentam limitações para garantir a permanência dos jovens nas comunidades rurais, cujas barreiras são agravadas pelas desigualdades de gênero. As jovens mulheres rurais, em especial, enfrentam maiores dificuldades no acesso às políticas, sendo frequentemente invisibilizadas. Como aponta Santos (2020), o trabalho feminino é muitas vezes desvalorizado no espaço produtivo e familiar, o que limita a possibilidade de emancipação econômica.

As políticas públicas não têm conseguido enfrentar plenamente a realidade da precarização das condições de trabalho e vida no campo. A juventude rural continua a enfrentar desafios como a ausência de renda, a falta de assistência técnica e a baixa

valorização do trabalho familiar (Santana; Barcelos, 2022). Além disso, o processo de construção dessas políticas ocorre em meio a tensões e negociações complexas, uma vez que:

No caso das políticas públicas direcionadas para a juventude rural, considera-se que as organizações e movimentos sociais atuam em variados graus de interdependência ora em oposição, ora em acordo em relação ao Estado, seja em meio ao conjunto de opções políticas feitas, ou pela implantação considerada tardia de programas no âmbito da agricultura familiar, ou na precariedade para a formulação e acesso das políticas (Barcellos, 2015, p. 27).

Outro ponto importante é a desconexão entre os projetos de vida dos jovens e os formatos tradicionais das políticas públicas. Segundo Barcellos (2015), a dificuldade de aderência das políticas decorre, muitas vezes, de seu formato engessado e pouco dialógico com os anseios juvenis, o que reforça a importância de incluir os jovens nos processos de formulação, execução e avaliação das políticas.

Isto posto, é necessário reconhecer que, apesar das lacunas, houve avanços significativos na agenda pública para a juventude rural. A criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), em 2005, foi um marco importante para a visibilidade e institucionalização das políticas públicas voltadas à juventude, incluindo a juventude rural. Esses espaços institucionais possibilitaram a participação organizada dos jovens, incluindo os jovens rurais, na formulação e disputa por políticas públicas específicas para suas necessidades e identidades (Castro, 2016).

Portanto, o campo das políticas públicas voltadas à juventude rural no Brasil apresenta avanços importantes, especialmente ao reconhecer os jovens como sujeitos políticos e ao criar instrumentos específicos, como o PRONAF Jovem. No entanto, persistem lacunas relacionadas à efetividade, à territorialização das ações e à transversalidade das políticas. O fortalecimento dessas iniciativas passa necessariamente por uma escuta ativa das juventudes e por processos de construção participativa que reconheçam sua diversidade, seus saberes e seus territórios.

2.5 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil e o PROFOR-EXT

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) constitui um conjunto de serviços educacionais e técnicos voltados à promoção do desenvolvimento rural sustentável. Historicamente, esses serviços buscaram articular a difusão de tecnologias, a organização

social no campo e a mediação entre os produtores rurais e o Estado. Embora o termo ATER só tenha se consolidado oficialmente nas últimas décadas, suas práticas têm raízes no processo de modernização da agricultura brasileira e na difusão de pacotes tecnológicos nas zonas rurais.

O modelo de extensão rural institucionalizado no Brasil remonta ao final da década de 1940, quando, sob forte influência da Guerra Fria e com apoio dos Estados Unidos, foram implantadas ações inspiradas no modelo norte-americano, focadas na modernização produtiva (Borsatto *et al.*, 2022). Na década de 1950, a extensão rural passou a ser vista como instrumento estratégico para promover a industrialização do campo, formando agricultores adaptados ao consumo de insumos industriais, como fertilizantes e maquinários (Caporal; Beber, 1994).

Durante os anos 1960 e 1970, a extensão rural brasileira foi marcada por uma lógica difusionista, baseada na disseminação vertical de tecnologias desenvolvidas pela pesquisa oficial. Esse modelo, centrado nos grandes e médios produtores, foi consolidado com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972 e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1974 (Thomson *et al.*, 2017). A EMBRATER, por sua vez, articulava-se com o sistema de crédito rural, promovendo a adoção de pacotes tecnológicos modernizantes.

No entanto, a adoção desse modelo teve como consequência a concentração fundiária, a exclusão da agricultura familiar e o aprofundamento das desigualdades sociais no campo. Caporal e Beber (1994) destacam que o modelo de desenvolvimento rural baseado na modernização conservadora da agricultura foi excludente, concentrador de renda e gerador de danos ambientais. Nesse sentido, a extensão rural oficial, ao se alinhar com os interesses do agronegócio, distanciou-se de seu papel social original.

A crise do modelo difusionista e produtivista intensificou-se na década de 1980, quando começaram a surgir críticas mais sistemáticas à abordagem tradicional da extensão rural. O questionamento ao papel da extensão como mera transmissora de pacotes tecnológicos incentivou a emergência de uma nova concepção, centrada na valorização dos saberes locais, na construção participativa do conhecimento e na promoção da agroecologia (Caporal; Beber, 1994). Esse processo foi fortemente influenciado pelas ideias de Paulo Freire e por movimentos sociais do campo.

Apoiar o desenvolvimento rural, em todas as suas particularidades, subentende, pois, o comprometimento com aqueles setores que até agora ficaram à margem do processo de crescimento econômico (Caporal; Costabeber, 1994, p. 29).

A extinção da EMBRATER em 1990, no contexto das reformas neoliberais do governo Collor, marcou um ponto de inflexão. Os serviços públicos de ATER foram drasticamente reduzidos, e a coordenação nacional ficou fragmentada. Muitas empresas estaduais foram sucateadas ou extintas, e ONGs, sindicatos e cooperativas passaram a ocupar o vácuo deixado pelo Estado (Thomson *et al.*, 2017). A partir de então, a ATER passou a ser marcada pela heterogeneidade de arranjos institucionais e metodologias.

Nesse período, ganhou força a ideia de uma nova ATER, fundamentada em princípios participativos, territorializados e agroecológicos. O Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado em 1997, foi um marco na mobilização da sociedade civil por uma política pública de ATER voltada à agricultura familiar (Borsatto *et al.*, 2022). A partir desse movimento, consolidou-se a proposta de uma política nacional de ATER com participação social e foco no desenvolvimento rural sustentável.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2003, e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as demandas históricas da agricultura familiar ganharam espaço na agenda pública. Nesse contexto, foi lançada em 2004 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que estabeleceu diretrizes inovadoras, como a gratuidade dos serviços, a exclusividade para a agricultura familiar, a abordagem agroecológica e a gestão compartilhada com a sociedade civil (Borsatto *et al.*, 2022).

A PNATER representou um esforço significativo para reconstruir a institucionalidade da extensão rural no Brasil. Seu objetivo central era apoiar o desenvolvimento rural sustentável com base em princípios democráticos e agroecológicos. No entanto, como aponta Borsatto *et al.* (2022), sua implementação foi marcada por limitações estruturais e conjunturais, como a fragilidade institucional do MDA, a escassez de recursos e os entraves burocráticos nos convênios com as organizações executoras.

Desse modo, é importante destacar que a PNATER resultou de um longo processo de disputas políticas e amadurecimento conceitual. Sua primeira versão, lançada em 2004, foi fruto de um processo participativo envolvendo movimentos sociais, organizações da sociedade civil e gestores públicos, e expressava uma proposta contra-hegemônica para a extensão rural brasileira Borsatto *et al.* (2022). Como apontam Borsatto *et al.* (2022), esse

momento foi considerado por muitos como a formulação de uma “PNATER utópica”, dado o alto grau de ruptura com os modelos tradicionais de desenvolvimento rural e a dificuldade de operacionalização das suas diretrizes mais inovadoras.

Nos anos seguintes, dificuldades operacionais, disputas internas no MDA e a busca por maior eficiência administrativa culminaram em um novo marco legal: a promulgação da Lei nº 12.188/2010, que instituiu oficialmente a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Borsatto *et al.* (2022) ressalta que, embora tenha sido considerada um avanço institucional ao conferir base legal permanente à política de ATER, a nova lei incorporou uma série de mudanças que amenizaram os elementos considerados mais radicais na versão original da PNATER (Borsatto *et al.*, 2022). Um dos principais exemplos foi a exclusão explícita do termo "agroecologia" em todo o texto legal, o que, segundo os autores, revelou um movimento de acomodação política e conceitual frente às críticas que vinham sendo feitas ao caráter utópico da versão de 2004 (Borsatto *et al.*, 2022). Assim, consolidou-se o que muitos denominaram como a “PNATER possível”, marcada por maior pragmatismo e pelo foco na institucionalização de mecanismos operacionais, como a adoção das chamadas públicas e a padronização dos serviços prestados.

Em 2013, foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) com o intuito de aprimorar a implementação da PNATER. Contudo, segundo Thomson *et al.* (2017), a concepção da ANATER foi permeada por divergências entre os atores envolvidos, e sua consolidação institucional ocorreu em meio a um contexto político de instabilidade e retrocessos.

Conforme destacado por Thomson *et al.* (2017), a participação social teve um papel fundamental na criação e no funcionamento da ANATER, especialmente nos anos anteriores a 2016. Durante esse período, movimentos sociais, entidades de agricultores familiares e outras organizações da sociedade civil tiveram voz ativa na elaboração e na gestão das políticas de ATER.

Essa participação promoveu avanços importantes, como a ampliação da discussão sobre os princípios do humanismo crítico, a garantia de atendimento aos agricultores familiares e a inclusão de representantes desses segmentos nos órgãos de controle e decisão, como o Conselho de Administração da própria ANATER (Thomson *et al.*, 2017).

No entanto, após o golpe de 2016, essa influência diminuiu significativamente. A nova gestão se afastou dos espaços de diálogo e dos princípios participativos que tinham sido

conquistados, o que contribuiu para o distanciamento da ANATER dos seus objetivos iniciais e a fragilização das ações voltadas para a agricultura familiar (Thomson *et al.*, 2017).

A ruptura institucional de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a extinção do MDA, aprofundou o desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Antes desse processo de descaracterização, a PNATER havia promovido impactos positivos relevantes no meio rural brasileiro. Borsatto *et al.* (2022) avalia de forma bastante positiva o papel da política, destacando que, mesmo diante de dificuldades, ela conseguiu ampliar a presença do Estado nos debates públicos sobre ATER. Um dos principais méritos da política foi fortalecer os canais de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, promovendo a participação social de maneira inédita e efetiva.

Além disso, a PNATER foi responsável por revalorizar a agenda de extensão rural em âmbito federal e subnacional, estimulando a reestruturação institucional de órgãos públicos e incentivando o protagonismo de organizações sociais e entidades representativas. Essa revalorização se materializou na ampliação da participação comunitária em conselhos, fóruns e demais espaços de gestão e avaliação de políticas públicas, consolidando uma prática extensionista mais democrática e sensível às realidades locais (Borsatto *et al.*, 2022).

Contudo, apesar dos avanços institucionais e participativos, o impacto direto da PNATER nas condições de vida dos agricultores familiares foi limitado por dificuldades de implementação e por restrições orçamentárias crônicas. Tais limitações comprometeram a capilaridade das ações e a continuidade de projetos, reduzindo a capacidade da política de produzir mudanças estruturais no cotidiano das comunidades rurais (Borsatto *et al.*, 2022).

Se por um lado, a Pnater, ao atender mais de 500 mil agricultores familiares, fez parte de um rol de políticas públicas que ajudaram a erradicar a fome e diminuir a pobreza no Brasil, por outro, enfrentou grandes dificuldades em cumprir com seus ambiciosos objetivos originais (Borsatto *et al.*, 2022, p. 15).

Assim, embora a PNATER tenha deixado um legado importante em termos de participação e visibilidade da extensão rural, seus efeitos de longo prazo foram prejudicados pelos obstáculos estruturais, políticos e financeiros.

Nesse sentido, a conjuntura atual impõe desafios significativos à Extensão Rural pública. Um dos principais entraves é a superação da crise de identidade que acompanha o setor desde o esgotamento do modelo de modernização conservadora da agricultura. Conforme destacado por Caporal e Costabeber (1994):

Para consolidar o esforço de mudança, o extensionismo terá que mudar sua postura autoritária e passar a atuar com novos métodos, sustentados por novas bases teóricas, de maneira a participar no processo de construção da cidadania dos pobres do campo (Caporal; Costabeber, 1994, p. 7).

Como destacado pelos autores, a persistência de estruturas institucionais rígidas e de resistência à adoção de novas metodologias participativas compromete a capacidade da ATER de atender às demandas de um meio rural em constante transformação.

Ademais, a Extensão Rural precisa reestruturar suas práticas para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças sociais, ambientais e econômicas contemporâneas. Isso inclui, por exemplo, a necessidade de dialogar com diferentes formas de organização da produção rural, de reconhecer a diversidade dos territórios e de incorporar temas como agroecologia, segurança alimentar, juventude e gênero em suas ações. Também é fundamental que a ATER contribua para a superação das desigualdades históricas e regionais, ampliando sua atuação de forma a fortalecer os vínculos sociais e garantir o acesso universal e democrático aos serviços públicos no campo (Caporal; Costabeber, 1994). Como salientam os autores:

Para que a extensão venha a contribuir no sentido do resgate da cidadania e da dívida social que tem a Nação com as maiorias subalternas do campo, é necessário que seja revista sua compreensão quanto ao 'processo educativo', quanto à 'comunicação' e por consequência com relação à metodologia do trabalho dos extensionistas (Caporal; Costabeber, 1994, p. 25).

Nesse contexto, a Extensão Rural pode desempenhar um papel fundamental na construção da cidadania no meio rural. Para isso, é necessário que ela seja concebida como uma política pública comprometida com a inclusão social e com a valorização dos sujeitos do campo. Conforme argumentam Caporal e Costabeber (1994), a extensão deve adotar metodologias dialógicas e participativas, capazes de promover o protagonismo das famílias agricultoras e ampliar sua capacidade de incidência política. Dessa forma, a ATER contribui para com o desenvolvimento produtivo, assim como para o fortalecimento da democracia no espaço rural.

A cidadania no campo pressupõe a ampliação dos direitos e a efetivação do acesso a políticas públicas que reconheçam as especificidades da agricultura familiar e das populações tradicionais. A Extensão Rural, ao estimular a organização social, a troca de saberes e o empoderamento das comunidades, fortalece a capacidade coletiva de reivindicar esses direitos. Nesse sentido, o papel do extensionista deve ultrapassar a lógica tecnicista e assumir

uma dimensão pedagógica e política, voltada à transformação das realidades locais e ao enfrentamento das desigualdades (Caporal; Costabeber, 1994).

Como afirmam Borsatto *et al.* (2022):

Passados quase vinte anos de seu lançamento, o cenário social e político é outro. Novas agendas ganharam relevância na sociedade brasileira e global, e para avançar com proposições contra-hegemônicas (como devem ser as de uma política de extensão rural para países do Sul Global) é fundamental um diálogo direto e profundo com essas agendas para conquistar maior apoio na sociedade (Borsatto *et al.*, 2022, p. 16).

Nesse sentido, a necessidade de retomar políticas públicas de ATER com enfoque agroecológico e democrático se intensificou após um período de desmonte institucional. Em maio de 2016, durante o governo de Michel Temer, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto, e suas atribuições foram transferidas à recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Presidência da República. Posteriormente, em janeiro de 2019, no início do governo de Jair Bolsonaro, a SEAD também foi extinta, sendo suas competências incorporadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa trajetória de enfraquecimento institucional resultou na desarticulação de políticas voltadas à agricultura familiar e aos assentamentos da reforma agrária.

Foi somente com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder executivo federal e a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), em 2023, que se abriu espaço para a reconstrução de programas públicos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar com base em princípios agroecológicos, participativos e inclusivos. Nesse cenário, surge o PROFOR-EXT – Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e contribuições para a Agenda 2030 –, como uma proposta inovadora de apoio à extensão universitária para a agricultura familiar.

O PROFOR-EXT constitui um programa federal lançado em 2023, com o objetivo fortalecer a formação extensionista e qualificar ações de ATER com foco na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. Sua concepção se ancora na integração entre ensino, pesquisa e extensão, adotando princípios agroecológicos, dialógicos, democráticos e emancipatórios (Brasil, 2023a).

Coordenado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), o programa articula 16 instituições públicas de ensino superior e técnico em 11 estados do país, entre universidades e

institutos federais, com o intuito de construir soluções para os desafios enfrentados pela agricultura familiar, especialmente nos territórios da reforma agrária (Silva *et al.*, 2025). A iniciativa propõe a formação de técnicos extensionistas recém-egressos e estudantes, ao mesmo tempo em que promove o protagonismo juvenil ao formar jovens assentados como Agentes Locais de Formação (ALFs), reconhecendo os saberes populares e os vínculos territoriais como elementos centrais para a transformação social (Brasil, 2023b).

Com uma metodologia transdisciplinar, o programa estrutura suas ações em equipes compostas por coordenadores gerais e regionais, docentes supervisores, profissionais recém-formados, discentes-estagiários e Agentes Locais de Formação (ALFs), garantindo capilaridade e atuação direta nos territórios rurais. Essas equipes são preparadas para atuar de forma integrada com as realidades locais, contribuindo para a elaboração de diagnósticos participativos, o planejamento produtivo, a valorização da sociobiodiversidade e o fortalecimento de estratégias de comercialização em mercados institucionais e circuitos curtos.

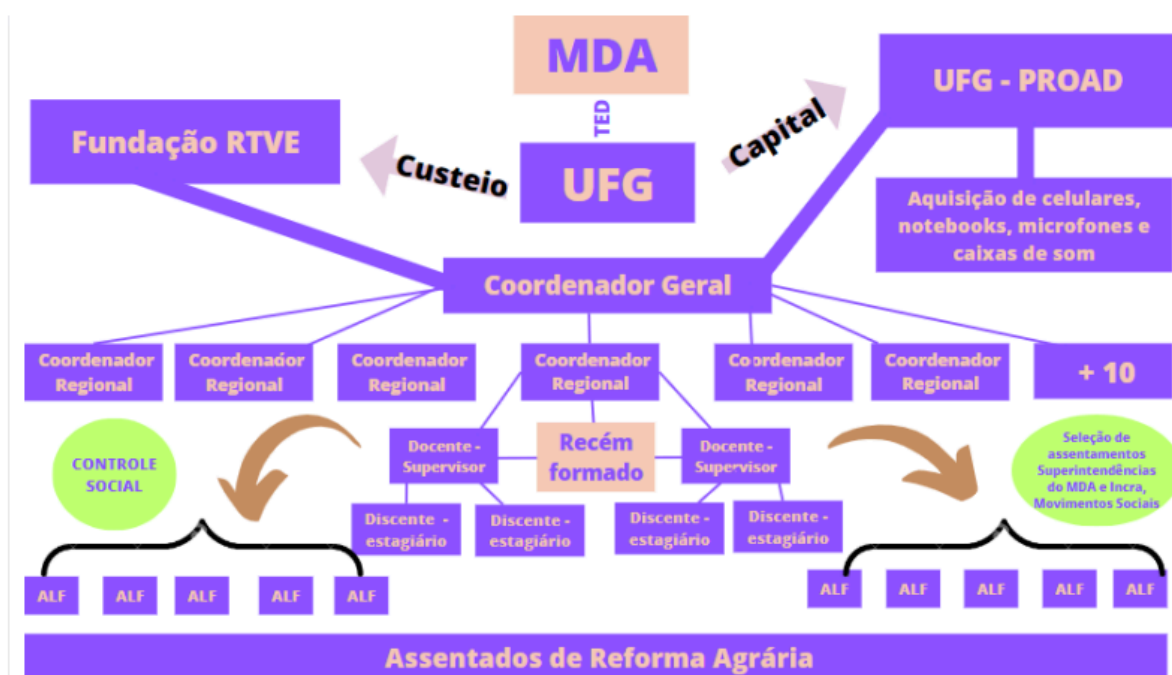


Figura 2. Estrutura organizacional do Programa (Brasil, 2023a).

A estrutura organizacional do PROFOR-EXT também se materializa nas regionais vinculadas às instituições participantes, onde as equipes locais operam de forma colaborativa, promovendo oficinas, encontros formativos e acompanhamento técnico das Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPAs). Nessas regionais, os estagiários e profissionais atuam em conjunto, orientados por supervisores docentes e pelos recém-formados, com

suporte dos ALFs – jovens lideranças dos próprios assentamentos, fortalecendo a formação de base territorial e o protagonismo juvenil no campo (Bondioli *et al.*, 2025).

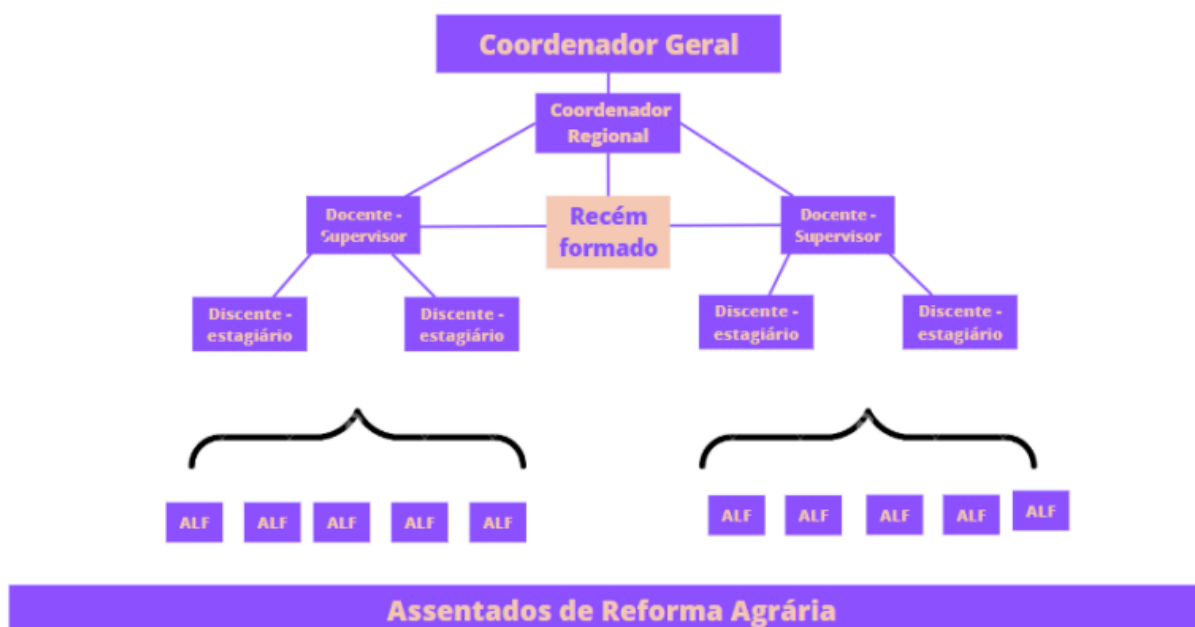


Figura 3. Estrutura organizacional de cada regional (Brasil, 2023a).

A atuação do programa está articulada a cinco eixos metodológicos centrais: (1) estruturação e formação de equipes; (2) encontros de formação socioprofissional; (3) construção do conhecimento; (4) inovação tecnológica, pedagógica e comercial; e (5) validação das metodologias desenvolvidas. Cada um desses eixos contempla metas específicas que orientam ações como diagnósticos produtivos, capacitação em agroecologia, elaboração de projetos para acesso a créditos, fomento à agroindústria e à comercialização, além da sistematização e intercâmbio de experiências de ATER (Brasil, 2023b).

Entre os resultados esperados nas Unidades Familiares de Produção Agrária, destacam-se: a ampliação da produtividade com base em práticas sustentáveis, o fortalecimento de redes de comercialização, o incremento da renda, a valorização dos produtos da sociobiodiversidade e a criação de condições para permanência da juventude no campo. Já para as instituições de ensino, o programa propicia a curricularização da extensão universitária, promovendo maior aproximação entre universidade e comunidades rurais, renovando as práticas pedagógicas e fortalecendo os vínculos com os territórios da reforma agrária.

O PROFOR-EXT, portanto, preconiza um projeto de política pública essencial para o atual momento histórico do Brasil, reafirmando a centralidade da agricultura familiar na

construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável, com justiça social, soberania alimentar e inclusão das juventudes. Ao conectar a extensão universitária às realidades do campo, o programa contribui para reposicionar as instituições de ensino como aliadas estratégicas da transformação social e da reconstrução democrática do país.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, o PROFOR-EXT contribui diretamente para a concretização de metas globais que envolvem a erradicação da pobreza, a segurança alimentar, a valorização da educação e a redução das desigualdades no campo. Suas ações dialogam especialmente com os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Ao promover práticas agroecológicas e ampliar o acesso às políticas públicas, o programa reafirma o papel da extensão universitária como instrumento estratégico na construção de um modelo de desenvolvimento rural justo, inclusivo e sustentável.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Contexto territorial e atuação da equipe ESALQ

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) conta com duas equipes vinculadas ao PROFOR-EXT, atuantes em distintas regiões do estado de São Paulo. Este trabalho refere-se às ações da equipe 1, responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento de atividades junto a quatro assentamentos federais do interior paulista: os Projetos de Assentamento (PAs) Fazenda Reunidas e Dandara, no município de Promissão; e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) Milton Santos e Elizabeth Teixeira, localizados nos municípios de Americana e Limeira, respectivamente. A localização geográfica desses territórios está representada na Figura 4.

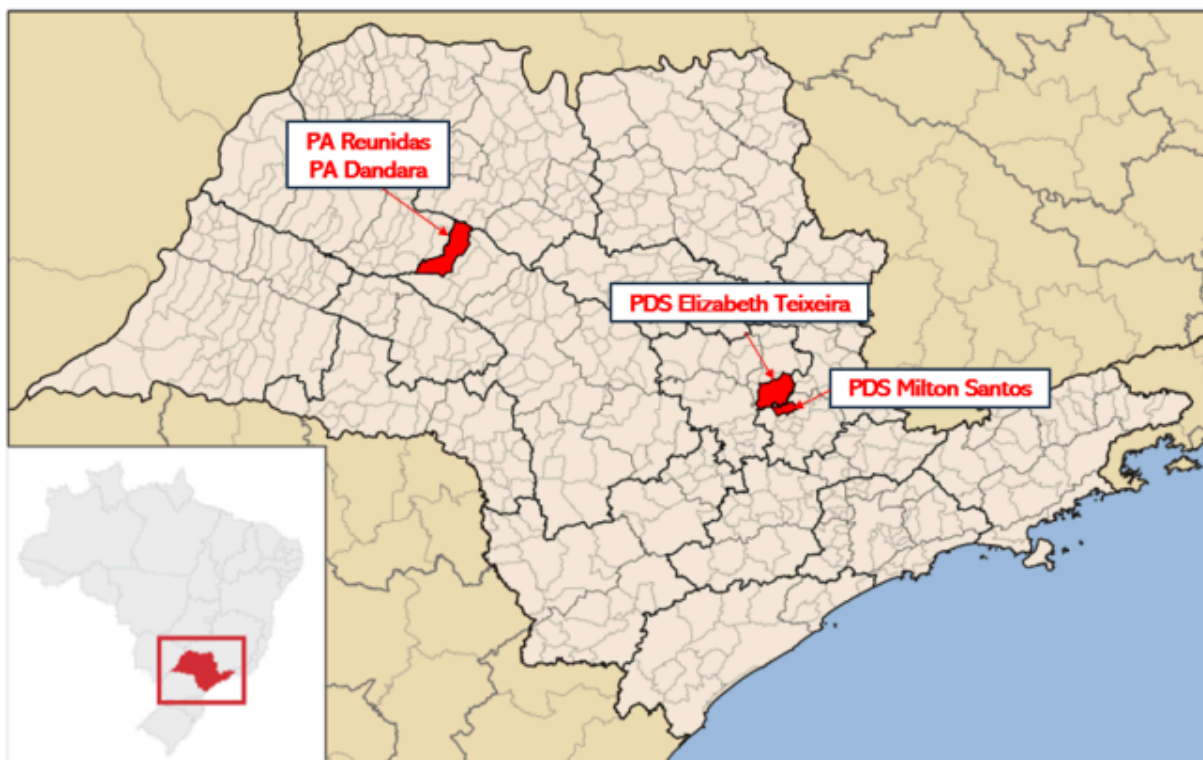


Figura 4. Mapa de localização dos assentamentos atendidos pela equipe ESALQ (Bondioli *et al.*, 2025).

Apesar de todos serem assentamentos federais com terras adquiridas pela União, sua configuração institucional e dinâmica interna apresentam distinções importantes. Os PAs possuem estrutura baseada na titulação individual dos lotes e foram criados em períodos anteriores aos PDSs (Bondioli *et al.*, 2025). Estes últimos foram originalmente concebidos pelo INCRA para atender comunidades extrativistas na região Amazônica, com foco na gestão ambiental e na titulação coletiva da terra. Posteriormente, essa modalidade foi adaptada para dar resposta às reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) por assentamentos com características agroecológicas e coletivas, como as Comunas da Terra implantadas no estado de São Paulo a partir dos anos 2000. Nestes casos, o modelo do PDS foi utilizado para viabilizar assentamentos periurbanos de menores proporções, com ênfase em práticas sustentáveis, na cooperação e no fortalecimento de circuitos curtos de produção e consumo, acolhendo famílias oriundas das periferias urbanas em processo de retorno ao campo (Bondioli *et al.*, 2024).

O PA Fazenda Reunidas é o mais antigo dos quatro territórios, criado oficialmente em 1988, com aproximadamente 600 lotes entre 18 e 20 hectares, organizados em 11 agrovilas. Esse assentamento possui histórico consolidado de produção com destaque para a criação animal e cultivo de hortifrutigranjeiros, como hortaliças, mandioca, milho e quiabo.

(Bondioli *et al.*, 2025). A atuação da equipe ESALQ nesse território concentrou-se exclusivamente na Agrovila Campinas (Figura 5).

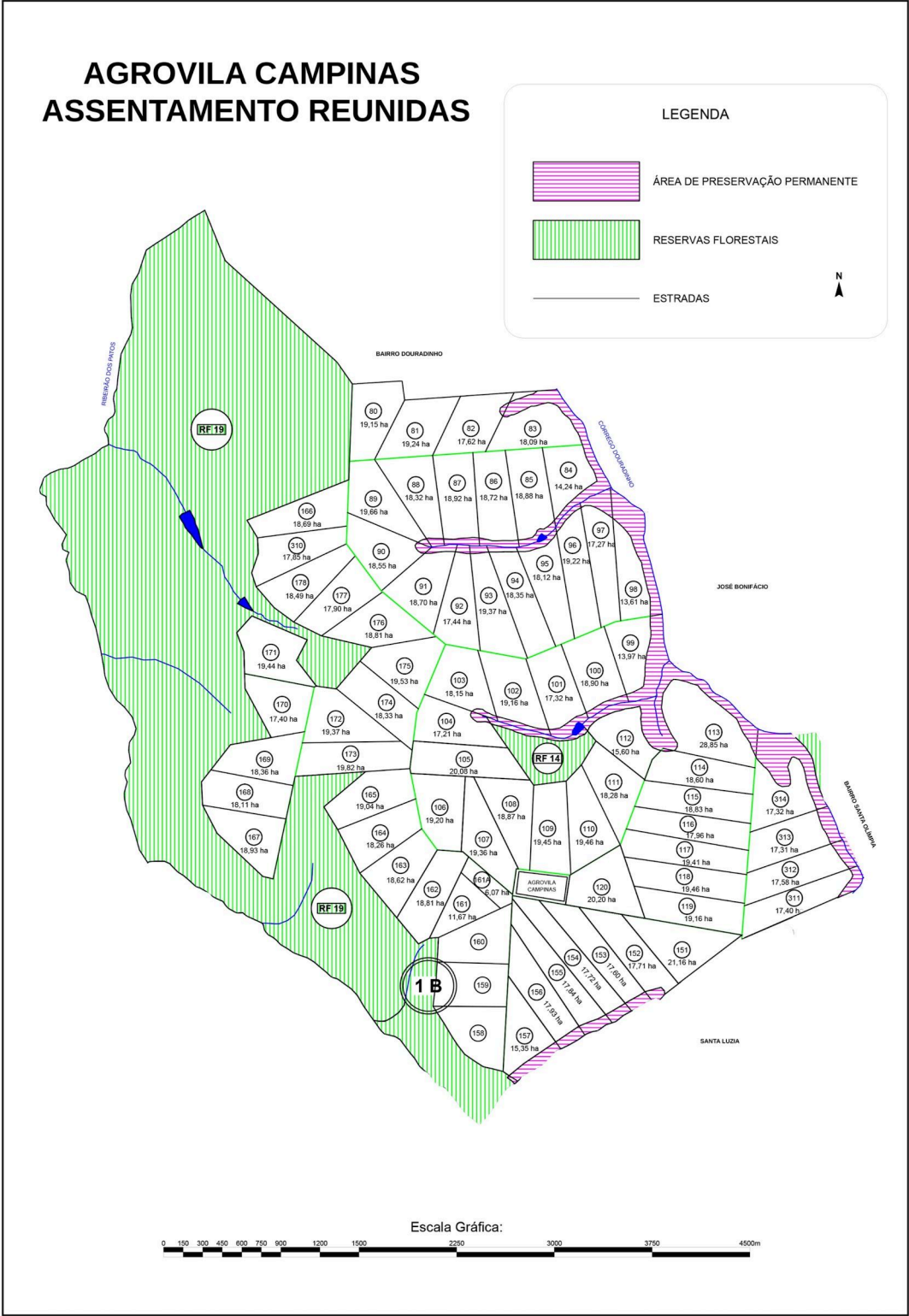


Figura 5. Mapa da Agrovila Campinas, Assentamento Reunidas - Promissão, SP.
Fonte da imagem: INCRA, SP.

No contexto dos PDSs, a equipe acompanhou os assentamentos Milton Santos e Elizabeth Teixeira, ambos com lotes de aproximadamente 1 hectare, estabelecidos entre os anos de 2006 e 2008. Esses assentamentos representam uma nova geração de projetos implantados em áreas periurbanas, favorecendo estratégias de pluriatividade e diversificação produtiva (Bondioli *et al.*, 2025). O Assentamento Milton Santos abriga cerca de 170 moradores e está localizado no município de Americana (Figura 7), enquanto o Elizabeth Teixeira reúne 104 famílias assentadas no território de Limeira (Figura 8).



Figura 7. Mapa do Assentamento Milton Santos - Americana, SP.
Fonte da imagem: INCRA, SP.

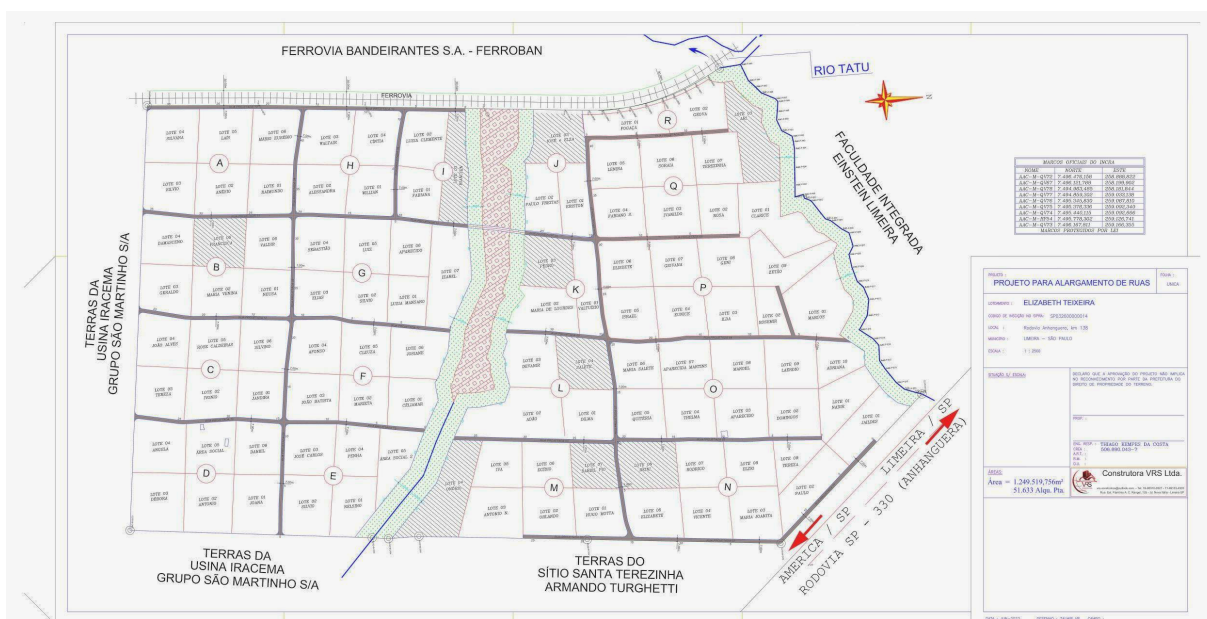


Figura 8. Mapa do Assentamento Elizabeth Teixeira - Limeira, SP.
Fonte da imagem: INCRA, SP.

As famílias residentes nos PDSs, dada a proximidade com centros urbanos, tendem a dividir sua força de trabalho entre atividades agrícolas de ciclo curto e empregos formais ou informais nas cidades. Produtos como alface, couve, beterraba e cheiro-verde são comumente cultivados, sobretudo em sistemas agroecológicos, o que reflete estratégias produtivas com maior valor agregado (Moruzzi *et al.*, 2016 *apud* Bondioli *et al.*, 2025).

A seleção desses assentamentos para compor o escopo do PROFOR-EXT se deu a partir de relações prévias de membros da equipe com os territórios e de alinhamento com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-SP). No caso do PDS Milton Santos, existem diversos trabalhos coordenados pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques, em especial aqueles desenvolvidos pelo Grupo TERRA/ESALQ, como atividades acadêmicas e de extensão, incluindo Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), oficinas e mutirões. Os PAs Dandara e Reunidas, por sua vez, contavam com a experiência do NACE-PTECA e a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), por meio de projetos anteriores. Já o PDS Elizabeth Teixeira foi incorporado pela primeira vez às atividades da equipe, atendendo a uma demanda institucional do INCRA-SP (Bondioli *et al.*, 2025).

A equipe da ESALQ, constituída em maio de 2024, atualmente é composta por um coordenador docente, dois supervisores, um residente recém-formado, quatro bolsistas de graduação, uma colaboradora de pós-doutorado e nove jovens dos próprios assentamentos, denominados Agentes Locais de Formação (ALFs). A seleção dos discentes considerou critérios como desempenho acadêmico, experiência em projetos de extensão e paridade de

gênero. Já os ALFs foram indicados pelas comunidades locais, respeitando o intervalo etário de 15 a 29 anos e o requisito de residência no assentamento (Bondioli *et al.*, 2025).

A atuação da equipe foi orientada a partir de um alinhamento institucional com o INCRA-SP, que apontou como prioridade a facilitação do acesso das famílias a políticas públicas, especialmente a regularização fundiária e os créditos de instalação, como o Fomento Ambiental, o Fomento Jovem e o Fomento Mulher, conforme previsto pelas Instruções Normativas nº 141 e 138, de dezembro de 2023.

Esses créditos, concedidos mediante apresentação de projetos técnicos elaborados por profissionais habilitados, representam políticas inéditas - com exceção do Fomento Mulher, na história recente da reforma agrária e foram trabalhados de forma piloto pelo PROFOR-EXT em São Paulo. O objetivo é garantir acesso a recursos para projetos produtivos e sustentáveis, com valor de R\$ 8.000,00 por unidade familiar (Brasil, 2023).

Dessa forma, o planejamento das atividades da equipe foi estruturado em duas frentes principais: a regularização dos lotes e o acesso aos créditos de instalação. O modelo adotado privilegiou práticas extensionistas dialógicas e construtivistas, valorizando o saber local e a horizontalidade das relações (Bondioli *et al.*, 2025).

As ações envolveram formações técnicas, rodas de conversa, reuniões presenciais e virtuais quinzenais, bem como visitas domiciliares feitas pelos ALFs para identificar pendências documentais. A partir dessas visitas, os jovens passaram a atuar como ponte entre as famílias e os serviços públicos, desempenhando um papel de liderança local e reconhecimento comunitário (Bondioli *et al.*, 2025).

3.2 Caracterização da população e critérios de amostragem

A presente pesquisa teve como população-alvo os sujeitos diretamente envolvidos com o programa, no âmbito das atividades conduzidas pela equipe 1 da ESALQ/USP. O estudo concentrou-se em compreender as percepções, experiências e impactos do programa a partir do ponto de vista daqueles que se encontram no centro das ações formativas e operacionais, ou que exercem influência significativa sobre o seu desenvolvimento e seus desdobramentos locais.

O foco principal da amostra recai sobre oito jovens assentados, com idades entre 16 e 23 anos, que atuam como Agentes Locais de Formação (ALFs) nos quatro assentamentos acompanhados pela equipe ESALQ: PA Dandara, PA Fazenda Reunidas (Agrovila Campinas), PDS Milton Santos e PDS Elizabeth Teixeira. Esses jovens foram selecionados previamente pelas comunidades, conforme critérios do programa, e integram a equipe

executora das atividades extensionistas. O protagonismo juvenil no PROFOR-EXT e o papel estratégico desempenhado pelos ALFs justificam sua centralidade na pesquisa, uma vez que são os principais sujeitos impactados pelas ações formativas, técnicas e organizativas do projeto.

Além dos jovens ALFs, a pesquisa incorporou a participação de três lideranças comunitárias, sendo um representante de cada território. Vale ressaltar que os PAs Dandara e Reunidas foram representados por uma mesma liderança devido à sua proximidade geográfica e articulação comunitária comum. Duas das lideranças entrevistadas também eram mães de jovens ALFs, e, nesses casos, foram aplicados dois roteiros distintos de entrevista — um voltado à perspectiva familiar e outro à atuação enquanto liderança comunitária —, contemplando as especificidades de cada segmento. A inclusão das lideranças visou obter uma perspectiva mais ampla e institucional sobre o impacto do programa nas dinâmicas coletivas dos assentamentos, especialmente no que se refere à valorização das juventudes rurais e ao fortalecimento da organização comunitária a partir da atuação dos ALFs.

Com o intuito de aprofundar a análise sobre os efeitos sociais e familiares do PROFOR-EXT, também foram entrevistados sete familiares dos jovens participantes. Essa escolha metodológica permitiu compreender as expectativas familiares em relação ao programa, bem como identificar mudanças percebidas na permanência dos jovens no campo, suas rotinas, motivações e vínculos com o território. A escuta das famílias contribuiu para a construção de uma visão mais abrangente sobre os fatores que influenciam as trajetórias juvenis em assentamentos da reforma agrária.

A Tabela 2, apresentada a seguir, resume a distribuição dos entrevistados por categoria (jovens ALFs, familiares e lideranças) e por assentamento.

Tabela 2. Entrevistados por assentamento e categoria.

Assentamento	ALFs	Familiares	Lideranças
Dandara	3	3	1
Reunidas	2	1	
Elizabeth Teixeira	2	2	1
Milton Santos	1	1	1
Total	8	7	3

Ao todo, foram entrevistadas 16 pessoas, sendo 8 Agentes Locais de Formação (ALFs), 7 familiares e 3 lideranças comunitárias (duas delas também mães de ALFs). Todos

os participantes da pesquisa são assentados da reforma agrária e residentes nos territórios diretamente atendidos pela equipe ESALQ, o que reforça a pertinência da amostra em relação aos objetivos da investigação. A delimitação dos perfis entrevistados – jovens ALFs, lideranças comunitárias e familiares – procurou abarcar diferentes esferas sociais, permitindo a análise das múltiplas dimensões do impacto do programa: individual, familiar e comunitária.

Portanto, a seleção dos participantes foi intencional, não seguindo critérios probabilísticos, mas sim intencionais e qualitativos, baseados na relevância dos sujeitos para os objetivos da pesquisa, priorizando o diálogo com sujeitos diretamente implicados na realidade estudada.

3.3 Abordagem metodológica

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, voltada à compreensão das percepções, experiências e impactos do PROFOR-EXT sobre a juventude rural diretamente envolvida no projeto, no âmbito da equipe ESALQ. Conforme destaca Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para investigar processos sociais complexos e significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências, permitindo uma aproximação densa com as realidades locais e com os sentidos construídos no cotidiano.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que busca compreender fenômenos em seus contextos naturais, enfatizando o significado que as pessoas atribuem às suas experiências e interações sociais (Lim, 2024). Diferente da pesquisa quantitativa, que busca medir e quantificar dados, a pesquisa qualitativa foca na exploração profunda de fenômenos. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa nas ciências humanas é uma abordagem essencial para a compreensão profunda de fenômenos sociais complexos, distinguindo-se por seu foco na intensidade dos fenômenos e na captação das singularidades e significados subjacentes às experiências humanas (Minayo, 2001).

Essa abordagem se mostra particularmente adequada por possibilitar uma análise aprofundada das dinâmicas sociais, familiares e comunitárias que atravessam a experiência dos jovens participantes. Ao privilegiar a perspectiva dos sujeitos e o significado que atribuem à sua vivência, a metodologia permite explorar os sentidos atribuídos ao PROFOR-EXT como parte de seus processos de formação e permanência no campo.

A pesquisa qualitativa é caracterizada pela busca de compreensão aprofundada dos fenômenos sociais a partir das perspectivas dos próprios atores envolvidos. Segundo Minayo (2001), essa abordagem valoriza as narrativas individuais como revelações do coletivo,

permitindo inferências sobre grupos sociais a partir de interlocuções individuais. A autora destaca que a pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativa, e seu objetivo é captar a complexidade das interações humanas e das estruturas sociais. Conforme a própria Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 21).

Para tal, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma remota por meio de videochamadas, visando garantir maior flexibilidade na interação com os participantes, respeitando suas rotinas e limitações territoriais, sem comprometer a qualidade da coleta de dados. As entrevistas foram direcionadas a três grupos distintos: Agentes Locais de Formação (ALFs), lideranças comunitárias representantes dos assentamentos atendidos e os pais dos jovens ALFs.

As conversas com os ALFs buscaram compreender suas motivações para integrarem o programa, os impactos percebidos em sua trajetória pessoal e profissional, bem como os desafios enfrentados para permanecerem no campo. Foram abordados temas como formação técnica, pertencimento e expectativas futuras.

Já as entrevistas com as lideranças comunitárias tiveram como foco captar a visão institucional e coletiva sobre os efeitos do programa nas dinâmicas sociais dos assentamentos. Buscou-se compreender como essas lideranças percebem a atuação dos jovens ALFs e as contribuições do PROFOR-EXT para a organização comunitária e fortalecimento da juventude rural.

No caso dos pais, o objetivo foi entender as expectativas familiares em relação ao programa e as transformações percebidas nos jovens durante sua participação, procurando entender como o PROFOR-EXT impactou a dinâmica familiar.

3.4 Instrumentos de coleta de dados

Utilizou-se como principal instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, sendo que para cada grupo de interesse foi elaborado um roteiro específico,

estruturado em formulários digitais por meio da plataforma Google Forms, o que facilitou tanto a sistematização quanto a posterior tabulação dos dados.

Os roteiros de entrevistas foram concebidos com base nos objetivos da pesquisa, buscando captar percepções, experiências e impactos do PROFOR-EXT na trajetória dos jovens e no cotidiano das comunidades. Os questionários continham perguntas abertas e fechadas, organizadas por blocos temáticos que abordavam aspectos como identidade, educação, trabalho, participação social, permanência no campo, relações familiares, engajamento comunitário e avaliação do programa.

O roteiro 1, voltado aos ALFs (Anexo A), foi construído para compreender a trajetória dos jovens no assentamento, suas motivações para integrar o programa, os desafios e aprendizados enquanto agentes de formação, além de suas perspectivas futuras e percepção sobre a juventude rural. O questionário também buscou captar os impactos do PROFOR-EXT em suas vidas pessoais e profissionais, bem como os efeitos percebidos sobre a comunidade.

O roteiro 2, aplicado aos familiares ou responsáveis dos jovens (Anexo B), teve como foco as impressões parentais sobre a participação do filho ou filha no programa. Foram abordadas questões relacionadas à dinâmica familiar, apoio às atividades do ALF, mudanças comportamentais observadas, desafios enfrentados no cotidiano do assentamento e avaliação geral do programa.

Já o roteiro 3, direcionado às lideranças locais (Anexo C), teve como objetivo compreender a visão dos representantes comunitários sobre a atuação dos jovens no território, os impactos do PROFOR-EXT nas dinâmicas coletivas do assentamento, e os desafios enfrentados na mobilização política e na execução de projetos locais.

As entrevistas foram individuais, realizadas por videochamada com agendamento prévio, utilizando a plataforma Microsoft Teams. As conversas foram transcritas automaticamente pela própria plataforma, permitindo o registro completo das falas. Ainda durante os encontros, realizou-se anotações em tempo real nos formulários elaborados, garantindo o preenchimento dos campos estruturados com base nas respostas fornecidas oralmente.

O uso dos formulários digitais possibilitou uma organização eficiente dos dados, tanto para fins de armazenamento quanto para análise posterior. Além disso, a combinação entre perguntas abertas e fechadas permitiu captar tanto elementos objetivos quanto narrativas subjetivas, essenciais em uma abordagem qualitativa. A estrutura semiestruturada das entrevistas também assegurou flexibilidade para aprofundar temas emergentes, conforme o

desenvolvimento das falas dos participantes, respeitando o princípio de escuta ativa característico das metodologias qualitativas.

3.5 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da ESALQ, sob o CAAE nº 86669125.0.0000.5395 e seguiu integralmente os princípios éticos estabelecidos pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo a proteção dos direitos dos participantes. Todos os envolvidos receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com informações claras sobre os objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e garantia de sigilo e confidencialidade dos dados. Para os participantes menores de idade, foi obtida a autorização por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). A participação foi voluntária e o estudo assegurou autonomia, privacidade e liberdade de expressão aos participantes.

3.6 Procedimentos de análise

Dentro desse contexto, a análise temática foi a técnica escolhida para o tratamento dos dados, por sua ampla aplicabilidade em estudos qualitativos e capacidade de captar padrões e significados relevantes nos relatos (Dejonckheere *et al.*, 2024). Essa técnica envolve a identificação, análise e interpretação de temas que expressam algo importante em relação ao objeto de estudo. É um método flexível, aplicável a diferentes tipos de dados, e pode ser conduzido de forma dedutiva ou indutiva (Christou, 2024; Proudfoot, 2023). A análise temática busca identificar padrões e categorias emergentes a partir dos relatos. Conforme Souza (2019, p. 53), esse método:

[...] possui características semelhantes a procedimentos tradicionalmente adotados na análise qualitativa. Aspectos como busca por padrões, recursividade, flexibilidade, homogeneidade interna nas categorias/temas e heterogeneidade externa entre as categorias/temas são características fundamentais de análises qualitativas (Souza, 2019, p. 53).

A análise foi conduzida com base nas seis etapas propostas por Braun e Clarke: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca por temas, revisão, definição e nomeação dos temas e elaboração do relatório (Christou, 2024; Cernasev; Axon, 2023). Os

dados foram lidos diversas vezes para identificação de significados recorrentes e agrupados por códigos que deram origem às categorias de análise.

A análise temática foi utilizada de forma predominantemente indutiva, permitindo que os temas emergissem diretamente dos relatos dos entrevistados, sem definição prévia baseada em referencial teórico. Esse procedimento aumentou a fidelidade às narrativas e garantiu maior abertura às especificidades do contexto estudado.

Por fim, todas as etapas da pesquisa respeitaram os princípios éticos estabelecidos pelas diretrizes nacionais para pesquisas com seres humanos, garantindo o consentimento livre e esclarecido dos participantes, bem como o direito ao anonimato e à confidencialidade das informações fornecidas. O conjunto metodológico adotado permitiu a construção de uma narrativa analítica coerente, sensível à realidade dos jovens entrevistados e às especificidades dos assentamentos pesquisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos entrevistados

4.1.1 Perfil sociodemográfico dos jovens entrevistados

Os oito jovens entrevistados para esta pesquisa apresentam um perfil bastante diversificado em termos de idade, gênero, trajetória educacional e inserção no trabalho, refletindo a heterogeneidade das juventudes assentadas.

A faixa etária dos entrevistados compreende jovens entre 16 e 23 anos. Do total, três jovens têm entre 15 e 17 anos, três entre 18 e 20 anos, e dois entre 21 e 23 anos. Nesse sentido, o programa mobiliza tanto jovens em fase final da educação básica quanto aqueles já em transição para o ensino superior ou inserção no mercado de trabalho.

Quanto ao gênero, observa-se uma predominância masculina: 5 entrevistados se identificam como homens, e 3 como mulheres. Este dado reforça parte da literatura que aponta maior permanência de jovens do sexo masculino no meio rural (Ferrari *et al.*, 2004).

Quanto à trajetória de pertencimento ao território, metade dos entrevistados (4 pessoas) nasceu no assentamento em que reside atualmente, enquanto a outra metade chegou ainda na infância.

No que diz respeito à escolarização, 6 jovens afirmaram estar estudando atualmente. Desses, três cursam o ensino superior (em áreas como Enfermagem, Psicologia e Medicina Veterinária), e três estão no último ano do ensino médio (dois deles em cursos técnicos

integrados). Os demais já finalizaram o ensino médio e não estavam estudando no momento da entrevista.

Quanto à inserção no mercado de trabalho além do PROFOR-EXT, apenas 2 dos entrevistados (ambos homens) afirmaram exercer alguma atividade remunerada adicional. Essas atividades estão fortemente ligadas ao próprio território, consistindo em prestação de serviços agrícolas ou apoio em atividades de comercialização e escoamento da produção da comunidade, fator que demonstra tanto a limitação das oportunidades de trabalho externo quanto a centralidade da vida comunitária na trajetória dos jovens.

Um aspecto relevante é a participação nas atividades do lote familiar: 6 jovens relataram ajudar ou trabalhar no lote de suas famílias. Parte dos jovens desempenham essas atividades com entusiasmo e interesse, especialmente no cuidado com os animais — mencionado de forma positiva por 6 dos 8 entrevistados. Por outro lado, alguns relataram realizar as tarefas agrícolas mais por obrigação do que por afinidade, o que dialoga com estudos sobre a pluriatividade e a busca por maior autonomia nas escolhas profissionais (Panno, 2014).

A bolsa mensal recebida pelo PROFOR-EXT foi unanimemente apontada como um fator positivo. A maioria dos entrevistados (com exceção de um jovem) afirmou que esta foi sua primeira experiência com atividade remunerada formal. Nas palavras de vários participantes, a bolsa proporcionou maior autonomia financeira e contribuiu para a valorização do seu trabalho no contexto comunitário.

Por fim, as respostas para o questionamento sobre a pretensão de se mudar para a cidade revelam um quadro ambivalente: 2 jovens afirmaram que já tiveram esse desejo, mas hoje preferem permanecer no assentamento; outros 2 disseram nunca ter tido tal intenção. Por outro lado, 1 jovem declarou que ainda têm vontade de se mudar, e os demais expressaram posições intermediárias, como considerar a mudança por questões de trabalho, mas não por preferência pessoal. Essa diversidade de respostas confirma a complexidade das decisões de permanência ou migração juvenil, fortemente condicionadas pelas oportunidades locais, pelas dinâmicas familiares e pelas perspectivas de futuro (Abramovay; Camarano, 1999; Panno, 2014).

O perfil dos jovens ALFs entrevistados revela sujeitos com forte vínculo com o território, trajetória educacional em andamento e participação ativa tanto nas atividades do PROFOR-EXT quanto na vida comunitária. Suas experiências expressam o tensionamento entre o desejo de permanecer e os dilemas associados à construção de projetos de vida no meio rural, aspectos que serão aprofundados nas análises subsequentes deste capítulo.

4.1.2 Perfil familiar dos ALFs

Além dos próprios jovens, a pesquisa buscou contemplar também a perspectiva familiar, entrevistando sete familiares de jovens ALFs, sendo seis mães e um pai. Essa abordagem permitiu uma visão mais ampla das condições de vida e do contexto familiar que permeia a experiência dos jovens no PROFOR-EXT.

A idade dos familiares entrevistados variou entre 35 e 55 anos, com predominância da faixa etária entre 46 e 50 anos (correspondente a 3 pessoas). No que se refere ao estado civil, houve equilíbrio entre casados (3) e em união estável (3), com uma menor proporção de solteiros (1).

Em relação à ocupação principal, as respostas indicaram um perfil produtivo diverso: cinco familiares se declararam agricultores/as (sendo três combinando com outras atividades), enquanto duas mães se identificaram como dona de casa. O tempo de moradia no assentamento é bastante consolidado: quatro famílias residem há 17 anos ou mais, e as demais têm entre 9 e 13 anos.

Há quanto tempo você e sua família vivem neste assentamento?

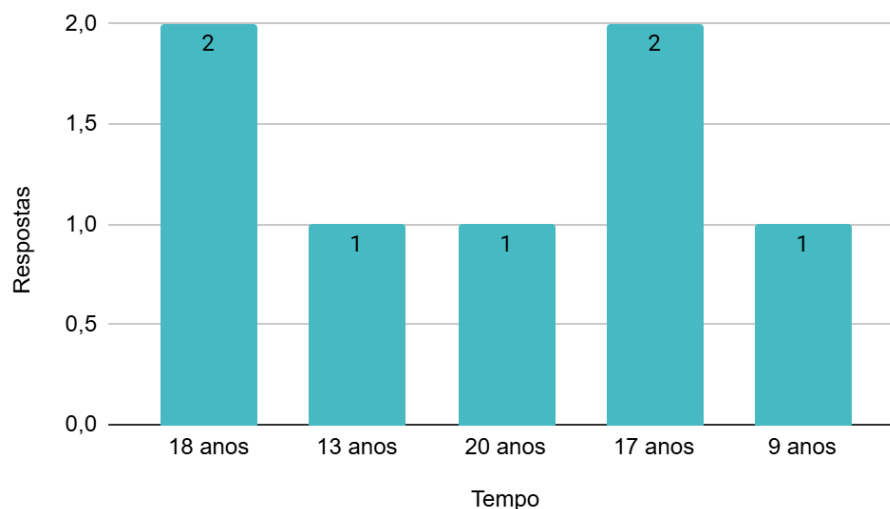


Gráfico 1. Há quanto tempo a família reside no território.

A composição familiar também apresenta diversidade. A quantidade de pessoas nos lotes varia de 2 a 6 moradores, sendo a configuração mais frequente de 5 pessoas por lote. A maioria das famílias é composta por pais, filhos/as estudantes e, em alguns casos, avós aposentados ou outros parentes. A presença de crianças e adolescentes estudantes é expressiva, sinalizando núcleos familiares ainda em fase reprodutiva e de cuidado.

Sobre as principais fontes de renda familiar, predomina a produção agropecuária diversificada complementada por aposentadorias, benefícios sociais e atividades assalariadas fora do lote, sendo em 3 famílias correspondente ao trabalho assalariado rural e 1 família em contexto urbano. Outras atividades, como venda em feiras e produção artesanal, também contribuem significativamente para a renda familiar. A combinação de fontes reflete uma estratégia de pluriatividade, elemento recorrente nas famílias assentadas. Esses resultados corroboram a análise de Schneider (2003), que compreende a pluriatividade como uma estratégia de sobrevivência adotada pelas famílias rurais, inserida em um contexto mais amplo de reprodução da agricultura familiar dentro das dinâmicas do capitalismo.

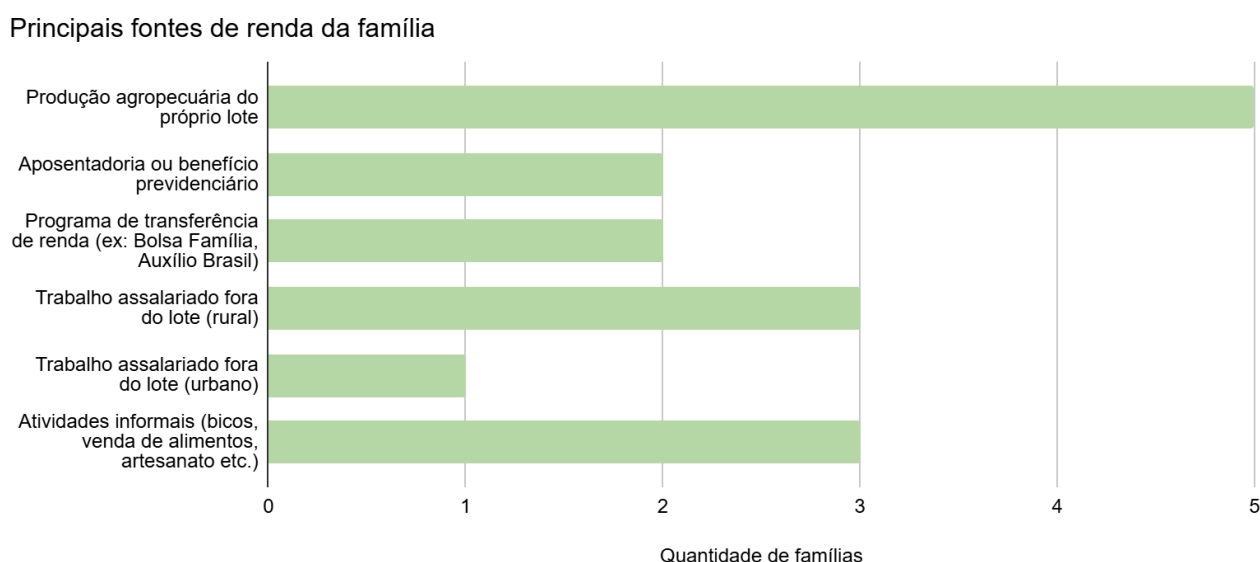


Gráfico 2. Fontes de renda familiar.

As principais atividades produtivas nos lotes incluem: hortaliças e legumes, fruticultura, criação de galinhas e aves, plantio de grãos e criação de porcos. É interessante notar que o trabalho nessas atividades é majoritariamente familiar e coletivo: pais, mães e filhos(as) participam das tarefas de forma colaborativa. Apenas uma família declarou não produzir no lote (residindo em lote da irmã), e em outro caso a responsabilidade principal está concentrada na mãe, com apoio pontual das crianças.

Principais atividades produtivas realizadas no lote

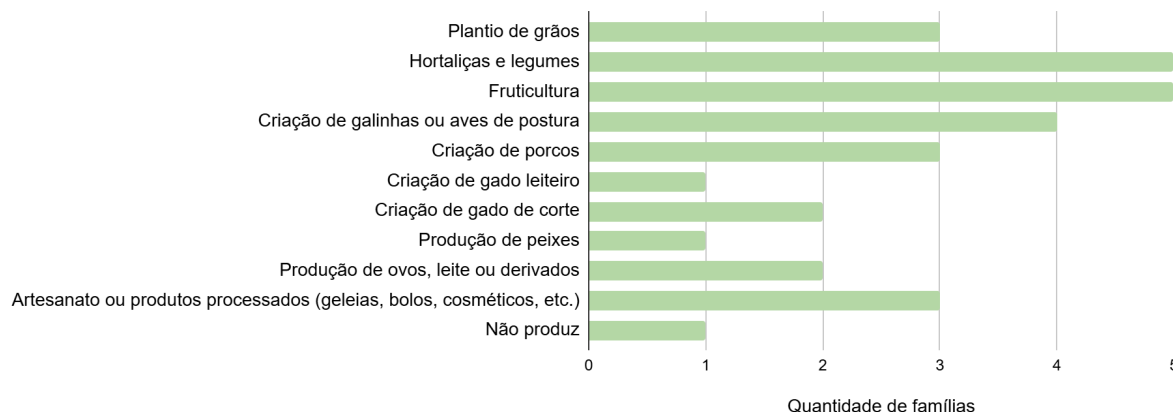


Gráfico 3. Principais atividades produtivas realizadas.

Quanto à contratação de mão de obra externa, apenas uma família afirmou recorrer a mão de obra externa de forma ocasional, enquanto a grande maioria realiza as atividades de forma familiar.

Os principais desafios enfrentados pelas famílias apontam um quadro generalizado em todos os assentamentos de fragilidade produtiva e dificuldades de infraestrutura. Os problemas mais citados foram: clima desfavorável, falta de assistência técnica, problemas com pragas/doenças, dificuldade de escoamento da produção e falta de acesso a crédito. Nas respostas qualitativas, destacou-se a falta de água, com diversas famílias relatando dependência de caminhões-pipa e dificuldade para irrigar plantações e expandir o cultivo. Também foram mencionados desafios relacionados à logística para transporte, saúde e educação, assim como a precariedade de meios de produção, que inviabiliza maior participação dos jovens e das famílias na atividade agrícola.

Esses dados reforçam a análise de Castro (2016), que defende a importância de políticas públicas estruturantes voltadas à juventude rural, capazes de enfrentar as desigualdades históricas e garantir condições mínimas para que os jovens permaneçam no campo com dignidade. A autora destaca que, sem investimentos contínuos em infraestrutura, acesso à terra, crédito, formação e assistência técnica, torna-se inviável consolidar projetos de vida no meio rural, o que afeta diretamente a sucessão familiar e o desenvolvimento das comunidades.

Principais desafios enfrentados pela família

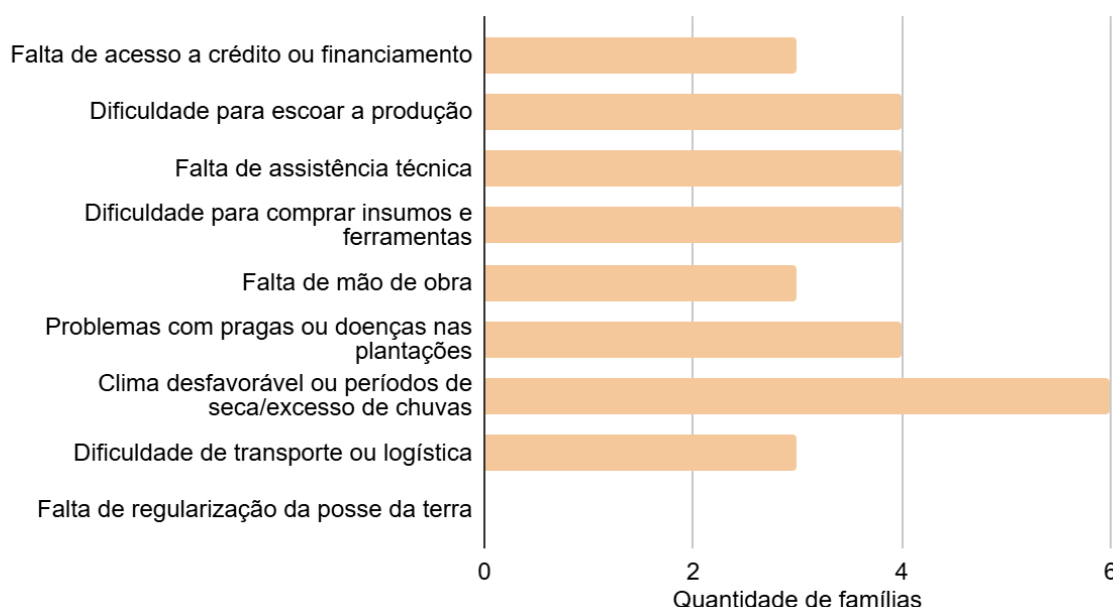


Gráfico 4. Principais desafios enfrentados pelas famílias.

De modo geral, o perfil familiar evidenciado nesta etapa da pesquisa mostra núcleos familiares fortemente enraizados no território, praticantes de agricultura diversificada, mas enfrentando desafios estruturais e econômicos importantes. Tais aspectos configuram o contexto em que os jovens ALFs constroem seus projetos de vida e onde o PROFOR-EXT se insere como política de estímulo à permanência e ao fortalecimento das capacidades locais.

4.2 Experiências e percepções dos jovens ALFs no PROFOR-EXT

A análise das entrevistas com os oito jovens que atuaram como Agentes Locais de Formação (ALFs) nos assentamentos atendidos pela equipe ESALQ do PROFOR-EXT revelou múltiplas dimensões de sua vivência no programa. A partir do método de análise temática proposto por Braun e Clarke (2006), foram identificados cinco temas centrais que sintetizam os significados atribuídos pelos jovens à sua participação: (1) formação técnica e fortalecimento da identidade juvenil; (2) desigualdades estruturais e ausência de políticas públicas; (3) protagonismo juvenil e participação comunitária; (4) transformações subjetivas: autoestima e reconhecimento; e (5) projetos de vida e dilemas da permanência.

4.2.1 Formação técnica e fortalecimento da identidade juvenil

A participação dos jovens como Agentes Locais de Formação (ALFs) no PROFOR-EXT representou uma inflexão significativa em suas trajetórias pessoais, sobretudo

no que diz respeito à construção de uma identidade rural fortalecida por conhecimentos técnicos e experiências formativas. Os cursos, oficinas e atividades promovidas pelo programa qualificaram os jovens assim como os reposicionaram socialmente como sujeitos ativos no processo de transformação dos assentamentos.

As formações oferecidas pelo PROFOR-EXT foram frequentemente lembradas como momentos marcantes pelos entrevistados, tanto pelo conteúdo técnico quanto pela dinâmica pedagógica participativa. Como relatou ALF 1:

A primeira foi no meu assentamento, na casa da minha avó, a formação ‘pra’ explicar o que era o projeto e como funciona e o que iríamos fazer. Deram todos os documentos, explicaram como cada um funciona, onde vemos se está regularizado ou não, e tivemos o nosso primeiro teste: passar nos lotes e fazer a regularização.

Essa prática pedagógica aplicada à realidade concreta das comunidades contribuiu para que os jovens se sentissem protagonistas de processos antes restritos aos adultos ou às lideranças. A ALF completa: *“Depois tivemos uma reunião conjunta ‘pra’ dizer como foi, quais foram as dificuldades. Em alguns encontros foi bastante gente e todo mundo cooperou, ver que o povo estava interessado foi bem legal”*. Tal dinâmica fortaleceu a confiança dos jovens em suas próprias capacidades de mediação e atuação social.

Os conhecimentos adquiridos extrapolaram o domínio técnico e incidiram também sobre as dimensões simbólicas da identidade. Ao participar dos mutirões de regularização, apoiar famílias na elaboração de projetos e atuar como ponte entre os assentados e as políticas públicas, os ALFs passaram a se reconhecer como sujeitos fundamentais na dinâmica comunitária. Outro jovem sintetiza esse processo ao dizer: *“Enxergo uma boa contribuição, porque fizemos parte da regularização, dos projetos, mutirões, em tudo tem uma participação nossa”* (ALF 7).

Esse tipo de engajamento também impactou diretamente a forma como os jovens se percebem em relação ao território. A atuação no PROFOR-EXT propiciou, para muitos, uma nova perspectiva sobre a vida no assentamento, conferindo-lhe valor e sentido. A vivência fora do assentamento e o contato com outros contextos rurais, durante os encontros promovidos pelo programa, também ampliaram os horizontes dos participantes. Como descreve outro entrevistado: *“A gente recebeu as formações de regularização de lote, os modelos ‘pra’ preencher os projetos, teve workshops e palestras e dos SAFs. O que mais me chamou atenção foi a implantação de SAF e estar acompanhando até hoje.”* (ALF 4). Outro jovem destacou: *“O que aprendemos no PROFOR vai nos ajudar o resto da vida,*

independente se formos trabalhar com isso [ATER] ou não. É um conhecimento que nos ajudará no futuro também” (ALF 3).

Além do aprendizado técnico, os jovens destacaram o sentimento de pertencimento e de realização pessoal como resultados centrais de sua trajetória no programa. A ALF 3 descreve esse sentimento:

Foi muito importante nesse momento a escolha do projeto pela questão ambiental, vai diversificar as atividades do lote, então ajudou muito na tomada de decisões, me deixou mais autônoma nas minhas escolhas e um pouquinho mais independente.

Por fim, é importante notar que o processo de formação proporcionado pelo PROFOR-EXT possibilitou aos jovens não somente adquirir conhecimentos, mas também reivindicar espaços historicamente negados a eles dentro das próprias comunidades. A valorização da juventude como agente de desenvolvimento local aparece como uma das conquistas mais relevantes dessa experiência, reafirmando a importância de políticas que reconheçam os jovens rurais como sujeitos políticos, técnicos e sociais ativos.

Essa vivência formativa e transformadora proporcionada pelo PROFOR-EXT dialoga com a análise de Castro (2016), que destaca o surgimento de uma nova geração de jovens do campo, marcada pela atuação política e pela reivindicação de seu lugar como sujeito de direitos. Ao participarem de experiências educativas contextualizadas e territorializadas, como as promovidas pelo programa, os jovens passam a atuar como agentes estratégicos do desenvolvimento local. Nesse sentido, a formação técnica aliada ao reconhecimento simbólico e social contribui para a construção de uma juventude rural ativa, protagonista e comprometida com a transformação dos seus territórios.

4.2.2 Desigualdades estruturais e ausência de políticas públicas

As entrevistas com os jovens ALFs evidenciam que, embora o PROFOR-EXT represente uma iniciativa promissora, ele se insere em um contexto marcado por fortes desigualdades estruturais nos assentamentos. A ausência ou precariedade de políticas públicas voltadas ao meio rural aparece como um dos principais obstáculos à permanência dos jovens no campo. Questões como transporte, saúde, educação, conectividade, espaços de lazer e apoio técnico foram frequentemente mencionadas como insuficientes ou inexistentes.

Tal realidade confirma o que aponta Castro (2016), ao destacar que, embora a juventude rural tenha conquistado visibilidade nas agendas institucionais, ainda persiste uma lacuna entre o reconhecimento formal e a efetiva implementação de políticas públicas

estruturantes. Para a autora, a permanência dos jovens no campo está diretamente condicionada à garantia de direitos básicos e à construção de condições dignas de vida nos territórios rurais, o que exige maior investimento estatal e articulação entre diferentes setores da política pública.

A carência de infraestrutura básica foi uma das reclamações mais recorrentes entre os participantes. O ALF 2 relatou: *“Estrutura, às vezes falta água, ‘pra’ plantar precisa de água. Acho que estrutura é o que mais falta”*. Esse tipo de vulnerabilidade territorial compromete, para além do cotidiano das famílias, as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens, restringindo seu acesso à educação, ao lazer e ao mercado de trabalho.

Outro aspecto citado com frequência é a escassez de espaços públicos de convivência. Um dos entrevistados, por exemplo, comentou: *“Acho que deveriam ter também áreas de lazer, tipo uma quadra bem feitinha, um espaço de convivência. Aqui tem um campinho de futebol, mas não é bem cuidado”*. Essa ausência limita o potencial de organização juvenil e o fortalecimento de vínculos comunitários, importantes para o enraizamento dos jovens no território.

A falta de equipamentos e políticas voltadas ao uso de tecnologia também foi apontada como um fator que afasta os jovens do campo. Como afirmou o ALF 6: *“Os jovens gostam mais de tecnologia, nos assentamentos não tem tanto”*. Essa percepção reforça o argumento de que as novas gerações anseiam por uma ruralidade que dialogue com o presente e com seus projetos de vida.

A desigualdade de acesso a políticas públicas também é sentida no campo da educação e da saúde. Alguns entrevistados relataram dificuldades para continuar os estudos ou fazer cursos técnicos, em razão da distância, da falta de transporte ou da ausência de instituições nas proximidades. Um dos jovens observou:

Não tem muito o que fazer lá, até o estudo no meio rural é difícil. Eu sofri bastante, antigamente só tinha à noite, então era bem perigoso ‘pra’ eu ir à escola... e aí depois de muita luta consegui de manhã. Mas em época de chuva a gente perdia muita aula mesmo sendo de dia.

Esse tipo de obstáculo compromete a formação das juventudes e fragiliza a reprodução da agricultura familiar.

Os entrevistados também destacaram os entraves burocráticos enfrentados para acessar direitos já conquistados, como a regularização fundiária ou os créditos de instalação, observando:

[é preciso] Mostrar resultado, porque eles [assentados] já estão cansados de promessas de que vai melhorar, que vai dar certo. Esperamos que alguém consiga [acessar os créditos] ‘pra’ que possamos ter esperança de conseguir também. Além de melhorar a situação do assentamento, faltam coisas ‘pra’ manter as pessoas aqui. Mas precisamos mostrar que está funcionando com alguém, isso incentiva os outros. Precisamos mostrar que é possível ‘pra’ nós, não só para os grandes monocultores (ALF 2).

Assim, a ausência de uma política pública eficaz e contínua de apoio aos assentados acaba por desestimular a permanência dos jovens.

Por fim, vale destacar que muitos jovens expressaram um sentimento de abandono por parte do Estado. A presença do PROFOR-EXT, nesse contexto, foi vista como uma exceção positiva, mas ainda insuficiente para reverter o quadro de precariedade vivenciado cotidianamente. Como sintetizou o ALF 6: *“A gente se sente esquecido pelo governo. O PROFOR é bom, mas sozinho ele não resolve tudo”*. Tal fala explicita a necessidade de políticas articuladas, intersetoriais e territorializadas para garantir condições reais de permanência no campo.

4.2.3 Protagonismo juvenil e participação comunitária

A atuação dos jovens como Agentes Locais de Formação (ALFs) no PROFOR-EXT evidenciou um processo importante de fortalecimento do protagonismo juvenil e do engajamento com as dinâmicas coletivas nos assentamentos. Embora cada trajetória tenha suas particularidades, a maioria dos entrevistados relatou que sua participação em atividades comunitárias se intensificou a partir do ingresso no programa. Em muitos casos, o PROFOR-EXT foi a primeira experiência de engajamento social ou político, promovendo maior consciência sobre os desafios e potencialidades do território.

O ALF 3 destacou a importância do envolvimento nas atividades do grupo e seu impacto pessoal: *“Eu sempre fui muito tímido, então ‘pra’ mim isso foi uma barreira superada, sabe? De ter que conversar com as pessoas, me posicionar nas reuniões, aprender a falar em público. Eu acho que eu cresci muito nesse sentido com o Profor”*. Essa transformação pessoal esteve atrelada à realização de oficinas, reuniões e mutirões

organizados com participação ativa dos ALFs, muitas vezes com apoio das lideranças e equipes técnicas.

Outro jovem entrevistado relatou que a experiência contribuiu para ressignificar seu lugar no assentamento: *“Antes eu achava que eu não tinha muito o que fazer ali, sabe? Mas com o Profor eu comecei a ver que eu podia ajudar; que eu podia fazer parte das decisões. Hoje em dia, se tem uma reunião, eu tô lá”* (ALF 4). O relato revela a ampliação do sentimento de pertencimento, indicando que o envolvimento nas ações do projeto estimulou a valorização das raízes territoriais e da convivência comunitária.

Ao ser questionada sobre o impacto do PROFOR-EXT para além dos ALFs, a ALF 4 destacou que *“eles acham muito legal o trabalho que fazemos, e até se inspiram em ficar, porque pensam que está chegando oportunidades novas ‘pra’ eles também”*. Embora a maioria dos entrevistados tenha apontado que o programa ainda não conseguiu mobilizar outros jovens do assentamento, a percepção da ALF 4 revela um potencial importante: quando bem articulada e visível, a atuação dos ALFs pode despertar o interesse e a esperança de outros jovens, sinalizando novas possibilidades de permanência no campo.

Para a ALF 1, a participação em atividades coletivas significou um reencontro com a história de luta do assentamento: *“Eu sempre ouvi minha mãe falando da época que eles tomaram terra, fizeram acampamento, e eu nunca entendi muito o que era isso. Agora com as formações e as reuniões, eu passei a valorizar tudo isso, entender de verdade o que foi essa luta.”* A trajetória da entrevistada mostra como a formação política oferecida pelo PROFOR-EXT pode estimular a retomada da memória histórica como elemento formativo e mobilizador.

Também foram mencionadas mudanças em suas posturas diante das atividades comunitárias: *“Eu não era muito de participar de nada, sabe? Mas aí começou a ter reunião, oficina, mutirão... e eu fui indo. E comecei a gostar, comecei a ver que a gente pode melhorar as coisas se juntar todo mundo”* (ALF 5). Seu relato sintetiza um processo de construção progressiva do protagonismo, marcado por experiências concretas de trabalho coletivo e cooperação.

Uma das jovens entrevistadas revelou que sua entrada no programa aconteceu após incentivo da mãe e da liderança local, e que, apesar da resistência inicial, passou a reconhecer o valor de sua atuação: *“Eu resisti bastante pra participar, porque eu não tinha muito interesse, sabe? Mas aí minha mãe insistiu, falou que ia ser legal ajudar lá. E foi mesmo, né? A gente fez bastante coisa, ajudou muita gente com os documentos dos créditos”* (ALF 7). A

prática da ajuda e da informação qualificada são elementos centrais nesse tipo de protagonismo construído no cotidiano. Além disso, um dos entrevistados comentou:

Querendo ou não, quando a gente não faz parte da bolha das pessoas que organizam as coisas, a gente acaba ficando mais apagado. Quando entramos num projeto desse que a gente participa de tudo, ajuda as pessoas, acabamos ficando mais ativo na comunidade. O pessoal começa a te chamar mais pra isso, pras reuniões, etc. O pessoal me conhecia mais por causa da minha mãe, mas comecei a ser mais conhecido por mim mesma, porque fiz alguma coisa, estava ativa em tudo, o pessoal começou a procurar, todos os ALFs no geral acabaram sendo mais reconhecidos (ALF 1).

A mesma entrevistada reforça:

Além dos projetos e regularizações que aprendemos a fazer nas oficinas, eu e outros ALF ainda participamos de eventos da comunidade, como projetos que o pessoal organiza tipo o SAF, ajudamos em projetos de outras universidades que estão no PROFOR, fazemos parte dos eventos, organizamos alguns ‘pra’ ajudar o pessoal, e outras colaborações com os assentados. Nosso trabalho envolve tudo isso que está envolvido no assentamento (ALF 1).

A dimensão da autonomia também foi apontada como um ganho importante: “*Não só ajudou no trabalho, mas na vida é a autonomia. Eu era muito fechada, não saía tanto, com o PROFOR eu tive uma autonomia maior, conheci pessoas, e tive mais contato com as pessoas no assentamento*” (ALF 6).

Apreendi bastante também sobre os créditos, sei pegar os dados, como funciona, pegar a assinatura do gov, então já ajudei várias pessoas com essa assinatura, até fora do PROFOR. Outra coisa também foi a sala da cidadania, que conseguimos ver as informações dos lotes. Eu consegui ajudar uma pessoa do Piauí quando viajamos, ela não conseguia acessar e eu soube ajudar, fiquei muito feliz. E até as amizades que criamos com pessoas de outros assentamentos, a galera da faculdade e de outros estados por conta dos encontros, então criamos um vínculo com outras pessoas (ALF 7).

Esse envolvimento contínuo também foi ressaltado por outro participante:

Sempre as pessoas vão lá [assentamento], elas fazem as pesquisas e somem. Tendo uma pessoa de dentro do assentamento participando de um projeto desse é muito

bom, porque não vamos sumir. Mesmo que eu more na cidade, eu sempre estarei por perto e eles terão contato comigo, não seremos uma pessoa que vai passar, pesquisar e ir embora, a gente tem um conhecimento e permanece lá (ALF 8).

O ALF 5 refletiu sobre o papel dos jovens na continuidade da organização social: “*Se a gente não se envolver, quem vai continuar esse trabalho que começou lá atrás? O assentamento não pode depender só dos mais velhos. A gente tem que aprender, pegar junto, senão tudo que foi conquistado se perde*”. Seu depoimento revela uma consciência geracional e uma visão de responsabilidade compartilhada em relação ao futuro do território.

Por fim, uma jovem sintetizou o impacto do projeto de forma simbólica e política:

Acho que por fazer parte do PROFOR, todos os ALFs contribuem muito em realizar os sonhos das pessoas. Por enquanto não saiu os projetos [recursos dos créditos de instalação] ainda, mas estar ali escrevendo um projeto ‘pra’ pessoa colocar em prática a produção que ela sonhava tanto em fazer mas não tinha o dinheiro suficiente – que é essencial – ajudar as pessoas e dar esperança foi uma das maiores contribuições (ALF 4).

Dessa forma, observa-se que o PROFOR-EXT promoveu capacitações técnicas e políticas, ao mesmo tempo em que estimulou a emergência de sujeitos mais conscientes, críticos e engajados, capazes de atuar como referências dentro de suas comunidades. O protagonismo juvenil, nesse contexto, revela-se como elemento-chave para a sustentabilidade das organizações nos assentamentos da reforma agrária. Como destaca Castro (2016), é fundamental reconhecer os jovens como atores políticos e protagonistas de processos coletivos de transformação, especialmente quando mobilizados por políticas públicas formativas que valorizam seu papel social e territorial.

4.2.4 Transformações subjetivas: autoestima e reconhecimento

As entrevistas revelaram que a experiência dos jovens no PROFOR-EXT promoveu impactos significativos em suas trajetórias pessoais, sobretudo no fortalecimento da autoestima e no sentimento de reconhecimento dentro e fora dos assentamentos. Ao assumirem responsabilidades, organizarem atividades e participarem de espaços de escuta e decisão, os jovens passaram a se ver como sujeitos ativos, com capacidade de transformação social. Como observou o ALF 2: “*O PROFOR é uma chance de ajudar o assentamento e aprender junto nesse processo*”.

Uma das jovens entrevistadas relatou que, antes de participar do programa, costumava se sentir deslocada e sem utilidade na comunidade: *“Eu achava que eu não tinha muito a oferecer, que ninguém ia querer saber o que eu pensava. Mas aí começaram a me chamar pra organizar as coisas, e as pessoas vinham me perguntar as coisas. Isso mudou tudo”* (ALF 4). Esse sentimento se fortaleceu com a valorização de suas opiniões: *“Agora temos uma opinião valorizada, alguém pergunta o que a gente acha, me sinto mais reconhecida”* (ALF 4). O depoimento mostra como o reconhecimento coletivo pode impulsionar mudanças internas, reforçando a autoconfiança e a percepção de pertencimento.

Para outro jovem, o principal impacto também foi sentir que sua opinião passou a ser valorizada: *“Acabei sendo mais conhecida e reconhecida por ajudar, quem é visto é lembrado né”* (ALF 1). Esse sentimento de ser ouvido e levado a sério foi comum entre os entrevistados, destacando o papel da escuta ativa na construção da subjetividade juvenil.

O ALF 6 apontou a superação da timidez como uma das maiores conquistas pessoais: *“Eu era bem quieto, só ficava na minha. Depois que comecei a fazer as entrevistas com as famílias, precisei ir conversando, explicando...”*. Ele também refletiu sobre a contribuição da experiência para sua trajetória profissional:

Na vida pessoal eu diria que o PROFOR ajudou a vivência na hora de mexer com as atividades do campo no cotidiano, contribuir na hora de cuidar do nosso dia a dia. Na vida profissional, acho que não é só algo ‘pra’ se colocar no currículo, foi uma experiência que vai ajudar quando eu entrar no âmbito profissional, arrumar um trabalho, não só na hora de conseguir, mas quando fizer parte de um ambiente de trabalho profissional, o que usamos e aprendemos no PROFOR vai fazer muita diferença (ALF 6).

A partir da experiência como ALF, mais uma das jovens também passou a se enxergar de forma diferente: *“Eu sempre fui muito de ficar só observando. Mas aí quando comecei a ajudar com os documentos, as pessoas vinham até mim, perguntavam, agradeciam. Eu percebi que eu sabia fazer as coisas, que eu podia ajudar de verdade”* (ALF 7). Esse reconhecimento por parte da comunidade foi essencial para fortalecer a autoestima dos jovens, principalmente entre aqueles que antes não se sentiam capazes.

A autonomia e o conhecimento adquiridos foram destacados como marcos significativos. A ALF 7 descreveu:

Eu não saía muito, ficava mais em casa, com o PROFOR eu saí bastante, conheci outro estado, outras pessoas, viajamos bastante e nesses encontros temos muita

troca, se eu não tivesse participado eu nunca teria essa experiência, que acaba sendo uma troca de vida. Eu só penso na autonomia e conhecimento que o PROFOR trouxe, conhecer outras realidades, desafios de outras pessoas, que eu nunca conheceria se não tivesse no programa (ALF 7).

Outro jovem associou o amadurecimento ao foco e à motivação despertados pelo programa: *“Antigamente eu não tinha tanto foco, agora melhorei bastante, estou mais focado e tendo vontade de realmente fazer as coisas. Foi um estímulo”* (ALF 5). Para o ALF 6, essa vivência também transformou sua forma de pensar: *“Ter essa vivência e esse aprendizado, fez eu ter outra visão, pensar melhor sobre as coisas. Abriu portas”*.

Outra jovem associou o crescimento pessoal à autonomia conquistada: *“Eu era muito dependente da minha mãe ‘pra’ tudo. Com o Profor eu tive que me virar, organizar as coisas, falar com os técnicos. Agora me sinto mais segura, mais independente”* (ALF 1). A fala revela como o protagonismo juvenil também promove transformações nas relações familiares e na autopercepção.

Essa transformação subjetiva, compartilhada por todos os entrevistados, confirma que a atuação como ALF foi mais do que uma experiência técnica – foi uma jornada de reconhecimento, afirmação e fortalecimento pessoal.

4.2.5 Projetos de vida e dilemas da permanência

As entrevistas realizadas com os jovens ALFs demonstraram que o PROFOR-EXT teve um papel relevante na ampliação dos horizontes e na reflexão sobre seus projetos de vida. Ainda que muitos reconheçam a importância de permanecer nos assentamentos e o valor da vida no campo, essa decisão é constantemente atravessada por dilemas relacionados à falta de oportunidades, à sobrecarga de trabalho e à ausência de políticas públicas que sustentem a permanência com dignidade.

Um dos aspectos mais mencionados foi a falta de perspectivas após o término da escola. Um dos entrevistados evidenciou como a ausência de políticas estruturantes, especialmente voltadas à juventude, influencia a decisão de permanecer ou migrar:

Ter mais programas e políticas como essa motivariam os jovens a ficar, porque ajuda financeiramente. Tem jovens que realmente gostam de morar aqui, como eu, se fosse possível ficaria aqui pra sempre. Se tivesse políticas com recurso financeiro para os jovens, principalmente depois que saem da escola, motivaria muito (ALF 8).

Além da questão financeira, os jovens também destacaram a necessidade de reconhecimento do seu papel dentro das comunidades e do acesso à formação. Para um dos ALFs, *“Acho que um jeito de motivar os jovens a ficarem, seria alguma maneira que todos tivessem uma formação, que recebessem uma função remunerada dentro dos assentamentos e não precisassem trabalhar por fora”* (ALF 4), sugerindo que o vínculo dos jovens com o território poderia ser fortalecido por meio de oportunidades concretas de formação e trabalho que estivessem articuladas à realidade do campo.

Nesse sentido, o PROFOR-EXT apareceu como uma experiência capaz de ressignificar os projetos de vida de muitos jovens. A mesma ALF relatou que: *“Depois que eu entrei no PROFOR, tive mais vontade de investir no sítio e ficar. E eu aprendi qual era a importância de tudo isso, o quão é importante o trabalho que a gente vem fazendo”* (ALF 4). O sentimento de reconhecimento e a percepção do valor do trabalho desenvolvido contribuíram para reacender o desejo de permanecer no assentamento.

Apesar disso, os obstáculos persistem. As falas dos jovens mostram que a permanência no campo não depende apenas de um sentimento de pertencimento, mas de condições estruturais e políticas que viabilizem uma vida digna. Muitos entrevistados relataram o desejo de cursar uma faculdade, empreender ou seguir na agricultura, mas também o medo de não conseguirem se sustentar ou de terem que abandonar o território para conseguir emprego.

A pluriatividade também apareceu como uma estratégia vislumbrada por alguns jovens para tornar possível a permanência, conciliando atividades agrícolas com outras fontes de renda. No entanto, a sobrecarga de trabalho e a falta de apoio técnico foram apontadas como barreiras recorrentes para essa combinação.

Além disso, a falta de acesso à internet, transporte, crédito, saúde e educação adequada foram citadas como razões que levam muitos jovens a pensar em sair do assentamento. As trajetórias marcadas pela ausência de políticas de juventude e o sentimento de abandono pelo poder público reforçam os dilemas enfrentados por essa geração.

Assim, a permanência dos jovens no campo depende da ampliação e continuidade de políticas públicas que reconheçam a juventude rural como sujeito estratégico do desenvolvimento territorial. O PROFOR-EXT, nesse contexto, contribuiu significativamente para que os ALFs pudessem se enxergar como protagonistas e planejadores de seus próprios futuros, ainda que esse futuro siga atravessado por tensões entre o desejo de ficar e as condições reais de permanência.

4.3 Percepções das famílias e lideranças das comunidades atendidas

As entrevistas realizadas com sete familiares (seis mães e um pai) de jovens que atuaram como Agentes Locais de Formação (ALFs) nos assentamentos acompanhados pela equipe ESALQ do PROFOR-EXT permitiu compreender como o programa tem repercutido nas dinâmicas familiares, nas trajetórias dos jovens e na vida comunitária. De modo geral, as lideranças comunitárias entrevistadas também são mães ou pais dos ALFs, e suas contribuições foram integradas à mesma análise, dado o entrelaçamento de suas vivências familiares e posições de representação nos assentamentos.

A partir do método de análise temática foram identificados cinco temas centrais que expressam as percepções, expectativas e sugestões dos familiares a respeito do programa: (1) transformações nos jovens e influências das relações familiares; (2) engajamento comunitário e valorização do jovem no assentamento; (3) desafios enfrentados pela juventude rural; (4) permanência no campo: contribuições do programa e caminhos para o futuro da juventude; e (5) impactos do PROFOR-EXT e perspectivas de aprimoramento.

4.3.1 Transformações nos jovens e influências das relações familiares

A participação dos jovens no PROFOR-EXT tem sido percebida pelas famílias como um marco na trajetória pessoal e social de seus filhos. Os relatos evidenciam mudanças significativas na autoestima, no senso de responsabilidade, na autonomia e na visão de futuro dos jovens, aspectos frequentemente associados à inserção em processos formativos com enfoque participativo.

Um dos depoimentos mais completos nesse sentido destaca o impacto do programa sobre múltiplas dimensões da vida do jovem:

Antes de ele começar a participar, ele tinha uma visão, mas depois parece que a visão e os interesses dele se ampliaram. ‘Pra’ mim, ele é muito estudioso e inteligente, e eu só fui ter essa dimensão do quanto ele é inteligente e esforçado quando ele entrou no programa. Surgiu vontade de fazer faculdade, acho que o projeto abriu a mente dele. Na parte financeira, além de ele conseguir comprar as coisas dele, ele consegue ajudar a gente dentro de casa. Ele conseguiu ver um horizonte, um futuro melhor ‘pra’ ele. Eu também tinha uma preocupação em quem cuidaria do lote quando eu e meu marido envelhecesse. Com o projeto, ele se interessou em ficar. A parte psicológica também, como ele não tinha muito contato com outras pessoas, ele ficou muito feliz em conhecer outros lugares, pessoas, viajar, etc (F_03).

Além da ampliação de perspectivas, os familiares também destacam o fortalecimento da autonomia e da autoimagem positiva dos jovens. A atuação como ALF tem representado, para muitos deles, a primeira oportunidade de trabalho e, ao mesmo tempo, uma experiência de formação cidadã. Conforme expressa uma mãe:

Tem sido maravilhoso para ela, porque acaba sendo o primeiro emprego dela de alguma forma. No sentido dela se tornar independente, a questão da autoestima e dessa independência em vários sentidos: financeiro, autoafirmação, determinação, organização, e no entrosamento dela com a comunidade. As pessoas têm amor e respeito por ela, vendo ela trabalhando e cuidando dos projetos deles. Sem contar o entrosamento que ela tem com o pessoal da faculdade e de outros assentamentos, outros estados. O PROFOR proporciona uma formação de vida mesmo, científica e popular (F_04).

O relato a seguir também evidencia o papel do programa na inserção dos jovens em espaços de participação social e na valorização de suas competências: *“Por ser muito novo, ele está tendo experiências boas em questão de participação social, entender como o assentamento funciona, é legal nesse sentido”* (F_07).

As percepções das lideranças comunitárias, que em sua maioria também são mães ou pais dos ALFs, reforçam e complementam as transformações apontadas pelas outras famílias. Quando questionadas sobre as mudanças observadas nos jovens que atuam como Agentes Locais de Formação, destacaram-se atributos como maior responsabilidade nas atividades do assentamento, mais autonomia e iniciativa, melhoria na comunicação interpessoal e no engajamento com a comunidade, conforme sistematizado no Gráfico 5.

Mudanças observadas nos ALFs pelas lideranças

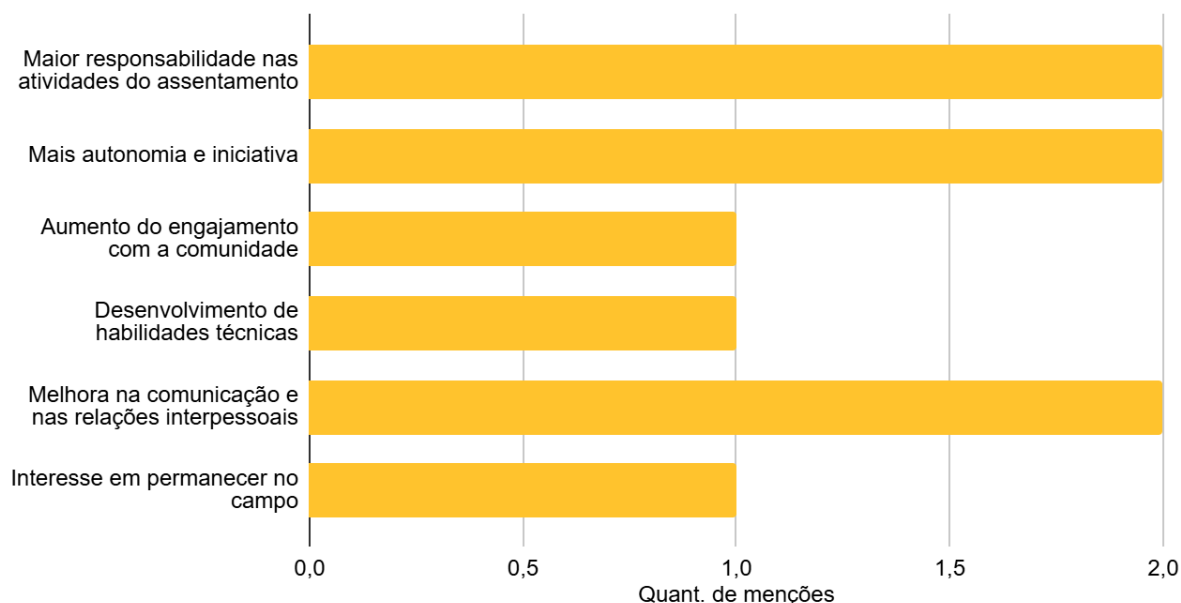


Gráfico 5. Mudanças observadas nos ALFs pelas lideranças comunitárias.

Uma das lideranças entrevistadas sintetizou essa percepção ao afirmar: “*O programa fortaleceu a aproximação da comunidade e dos jovens com a comunidade, da comunidade com novas lideranças*” (L_02).

As transformações observadas nos jovens repercutem diretamente na dinâmica familiar. Em algumas famílias, a autonomia conquistada pelos filhos passou a equilibrar relações antes marcadas por dependência, como exemplifica a fala da mãe F_04: “*Antes ela era bastante dependente de mim, até nas opiniões. Agora ela se auto afirma, ela ‘dá os pulos’ e se organiza ‘pra’ fazer. A primeira vez que ela saiu sozinha sem eu ou o pai foi na viagem do encontro do PROFOR no Piauí*”.

A convivência também se fortaleceu em diversos casos, seja pela melhoria da comunicação, seja pela ampliação da atuação conjunta em torno de objetivos comuns: “*A comunicação com a família melhorou muito desde que ele entrou no programa. Ele era muito quieto e reservado, depois que entrou nesse trabalho mudou, ele participa mais, conversa mais*” (F_06).

A mãe F_04 também ressalta como a inserção da filha no programa favoreceu uma relação mais horizontal entre ambas, marcada por reconhecimento mútuo: “*A gente sempre conversou muito, mas eu acho que melhorou no sentido de ela se sentir independente. Ela já conversa de igual pra igual comigo, não no sentido de dependência. Somos duas mulheres com conhecimentos e responsabilidades, dois sujeitos*” (F_04).

Nota-se que os efeitos da participação dos jovens no PROFOR-EXT também se estendem ao cotidiano produtivo das famílias. Além do alívio financeiro, a atuação dos ALFs tem incentivado o engajamento coletivo em projetos e fomentado maior interação dos jovens com o lote e as atividades produtivas. Os depoimentos indicam que o programa tem provocado um efeito multiplicador, ao transformar o olhar dos jovens sobre si mesmos ao mesmo tempo em que acarreta a reconfiguração das relações familiares e do papel que os jovens ocupam nas estratégias de permanência e reprodução social no campo.

4.3.2 Engajamento comunitário e valorização do jovem no assentamento

A inserção dos ALFs em atividades de formação, organização e assessoramento técnico tem repercutido diretamente na forma como eles se posicionam e são percebidos dentro de seus assentamentos. As falas dos familiares revelam um duplo movimento: de um lado, a ampliação do repertório de experiências dos jovens para além dos limites físicos do lote; de outro, a consolidação de novos papéis de liderança e referência junto às famílias e vizinhos.

Para vários entrevistados, as viagens, oficinas e encontros promovidos pelo PROFOR-EXT foram decisivos para despertar curiosidade, autonomia e capacidade de dialogar com contextos diversos. Como resume uma mãe, “[o programa] estimulou ele a ter vontade de conhecer mais coisas; o fato de viajar e participar de atividades externas, não só nele mas nos outros meninos, estimulou essa vontade de abrir asas, ir pra universidade, tentar outras coisas, pensando no futuro acadêmico” (F_07). O contato com outros assentamentos e realidades não diluiu o vínculo com a comunidade de origem; ao contrário, criou pontes afetivas e cognitivas que realimentam o pertencimento.

Outro familiar reforça essa ideia ao destacar o equilíbrio entre “olhar para fora” e “ficar”: “Pelo incentivo não só financeiro, mas de conhecer o mundo fora do assentamento. É primordial entender que não precisa sair daqui ‘pra’ conhecer outras coisas lá fora e buscar o conhecimento em outros locais” (F_05). O programa, portanto, amplia horizontes sem que isso se traduza, necessariamente, em ruptura espacial, mas trazendo o aprendizado externo retorna em forma de capital social e cultural para o assentamento.

Esse retorno manifesta-se, primeiramente, na assunção de responsabilidades coletivas. Um dos entrevistados observa que o filho passou a reconhecer dificuldades partilhadas e a mobilizar-se para enfrentá-las: “Ele começou a ver a responsabilidade, ver a dificuldade de cada família, e viu que não é só a gente, todos têm dificuldades” (F_01). A percepção dos

problemas comuns converte-se em motivação para agir, elevando o grau de engajamento dos jovens nas instâncias locais.

Em paralelo, o status dos ALFs enquanto agentes de mudança fortalece sua voz na comunidade. Como aponta uma mãe, *“Quando ele se tornou um dos agentes, as pessoas reconhecem ele de uma outra forma, com mais respeito, mais reconhecimento. As pessoas têm procurado ele ‘pra’ tirar dúvidas [...] isso traz um incentivo maior”* (F_03). O reconhecimento público funciona como círculo virtuoso: legitima o conhecimento adquirido, aumenta a autoconfiança do jovem e, simultaneamente, viabiliza a circulação de informações e a solução de demandas cotidianas entre as famílias.

Em síntese, o PROFOR-EXT têm contribuído para transformar jovens antes considerados “ajudantes” ou “filhos de assentados” em sujeitos centrais do tecido social local. O engajamento comunitário não se limita à execução de tarefas técnicas; ele se expressa em novos fluxos de informação, em redes de apoio mútuo e na revalorização simbólica da juventude, elementos que reforçam a coesão do assentamento e alimentam expectativas de permanência qualificada no campo.

Esses resultados convergem com o que apontam Caporal e Costabeber (1994) ao defenderem que a extensão rural deve adotar abordagens dialógicas e participativas, promovendo o protagonismo dos sujeitos do campo e valorizando os saberes locais. Nesse contexto, os ALFs assumem um papel estratégico, ao atuarem como mediadores entre as juventudes, as famílias e os agentes institucionais, fortalecendo os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento.

Além disso, o reconhecimento comunitário que emerge da atuação dos jovens reforça o que Abramovay e Camarano (1999) identificam como um elemento crucial para que a juventude rural não apenas permaneça no campo, mas o perceba como espaço legítimo de realização pessoal e cidadã. A revalorização simbólica da juventude, observada nas entrevistas, responde diretamente à lacuna histórica de invisibilização dos jovens nas decisões coletivas dos territórios rurais.

Como argumentam Carneiro e Castro (2007), a inserção dos jovens em espaços de decisão e ação contribui para ressignificar o rural não como espaço de atraso ou privação, mas como lugar de inovação, afeto e identidade. O PROFOR-EXT, ao possibilitar que os jovens ampliem seu repertório de mundo ao mesmo tempo em que fortalecem laços locais, opera exatamente nesse campo simbólico de reconstrução do valor do campo como espaço de futuro.

Por fim, essa valorização da juventude rural no contexto comunitário reforça o que Ferrari *et al.* (2004) denominam de “enraizamento ativo”, ou seja, uma permanência qualificada, que não se dá por falta de opção, mas por escolha crítica, a partir do reconhecimento de possibilidades concretas de desenvolvimento, formação e protagonismo no território.

4.3.3 Desafios enfrentados pela juventude rural

Apesar dos avanços promovidos pelo PROFOR-EXT, os familiares entrevistados evidenciam um cenário estruturalmente desfavorável à permanência da juventude no campo. Entre os principais desafios apontados, destacam-se a precariedade das condições de produção nos lotes, a escassez de políticas públicas direcionadas aos jovens, a ausência de espaços de lazer e cultura, além das limitações econômicas que tornam a vida rural pouco atrativa para as novas gerações.

O depoimento de F_07 sintetiza com clareza esse contexto adverso:

O assentamento Reunidas economicamente têm dificuldade da permanência do jovem no campo. Hoje aumentou muito o número de arrendamentos, produção em larga escala, monocultura e trabalhos que a juventude não se encaixa. As pessoas têm arrendado muito e retirado do jovem a oportunidade de pensar a produção [...] Boa parte das famílias não têm condições de produzir no próprio lote, pois demanda maquinário, sementes, vários insumos que financeiramente não tem condições de bancar, então acabam arrendando e o jovem não tem como participar da organização desse lote.

A falta de condições técnicas e financeiras compromete diretamente a autonomia produtiva das famílias e, por consequência, a perspectiva de continuidade dos jovens nas atividades agrícolas. Como alertam Abramovay e Camarano (1999), a permanência juvenil no campo está fortemente relacionada à viabilidade econômica e à capacidade de geração de renda a partir do lote, o que se torna cada vez mais limitado diante da expansão de práticas como o arrendamento e a monocultura.

O entrevistado F_04 reforça a crítica ao caráter arcaico do trabalho agrícola praticado nos assentamentos: “*Como não temos os meios adequados ‘pra’ desenvolver a agricultura, o trabalho é muito arcaico. [...] Se nós que somos os pais não gostamos nem queremos continuar trabalhando dessa forma, imagina a juventude*”. A ausência de acesso a tecnologias, insumos e infraestrutura básica impõe um desgaste físico que desestimula os

jovens, sendo este um fator crucial para a evasão. Como aponta Carneiro (1998), o imaginário rural entre os jovens muitas vezes é construído a partir das carências vividas no cotidiano e da valorização de um ideal urbano, entendido como sinônimo de progresso e modernidade.

A escassez de atividades culturais, educativas e de socialização também aparece como obstáculo importante. Para F_05, *“não tem uma área de lazer adequada, local de encontro ‘pra’ eles conversarem, se encontrarem, esse é um desafio”*. A ausência de espaços coletivos afeta diretamente a sociabilidade juvenil e contribui para a desmotivação em relação ao campo como espaço de vida e convivência. Esse aspecto é também abordado por Castro (2016), ao destacar que a permanência dos jovens no meio rural requer a garantia de uma vida digna e plena, que ultrapasse a dimensão produtiva e abarque também o acesso à cultura, ao lazer e ao direito de sonhar.

As lideranças comunitárias também destacaram a evasão juvenil como uma realidade preocupante nos assentamentos. Segundo L_01, *“O movimento de evasão aqui é muito forte. O principal fator é a geração de renda, trabalho e emprego”*. Já L_02 complementa: *“Existe um movimento de evasão, principalmente pela questão econômica e de lazer”*. Ao serem questionadas sobre que ações seriam mais relevantes para reverter esse cenário, apontaram a importância de políticas públicas voltadas à formação, geração de renda e valorização da cultura local. Para L_02:

A primeira coisa que precisamos é de um centro cultural e esportivo aqui dentro, ‘pra’ acessar políticas de lazer e cultura. Criar projetos de geração de renda, com formas de inserir nossos produtos no comércio, ‘pra’ eles ficarem mais animados com a possibilidade de sobreviver com a produção do lote.

As respostas ao questionário também expressam esse entendimento, destacando como prioridades: apoio financeiro para iniciar uma produção, oferta de cursos técnicos nos assentamentos, programas de empreendedorismo rural, projetos culturais e esportivos e o fortalecimento do ensino médio rural. As percepções das lideranças reforçam que a permanência dos jovens no campo exige ações intersetoriais e contínuas, articulando renda, educação, cultura e infraestrutura para que o campo se torne, de fato, um lugar possível e desejável para a juventude.

O impacto psicológico desse cenário também foi mencionado, como mostra a fala da mãe F_03: *“Aqui falta incentivo e por não ter atividades, até a gente que é adulto fica desiludido. Tem a incerteza de retorno do nosso trabalho e quando não temos esse retorno fica difícil. A maioria dos jovens não vê uma expectativa”*. A ausência de perspectivas

concretas compromete os planos de futuro, assim como a saúde mental dos jovens, revelando a profundidade das desigualdades que marcam a realidade dos assentamentos. Como reforça Oliveira (2021), a falta de políticas estruturantes e a invisibilidade das demandas juvenis contribuem para sentimentos de frustração, desânimo e abandono.

Em resposta a esse contexto, muitos jovens acabam buscando alternativas fora do campo, como apontam os relatos de familiares. F_05 afirma: *“A geração de renda é um desafio que engloba todos os jovens. Eles acabam optando por trabalhar nas grandes indústrias da região porque a falta de políticas públicas no assentamento ‘pra’ juventude é grande”*. A saída para o trabalho em usinas, frigoríficos ou colheitas terceirizadas demonstra o esvaziamento do projeto original de reforma agrária e evidencia a carência de uma política pública de juventude articulada ao desenvolvimento rural.

As entrevistas reforçam o que Kummer (2013) denominou como um processo de expulsão simbólica da juventude do campo. Não se trata apenas de ausência física, mas da não inclusão dos jovens nos processos decisórios, produtivos e culturais do meio rural. A falta de perspectivas concretas e a marginalização da juventude nos assentamentos constituem, portanto, um dos principais desafios enfrentados pelas famílias e pela própria sustentabilidade dos territórios rurais.

4.3.4 Permanência no campo: contribuições do programa e caminhos para o futuro da juventude

O conjunto de depoimentos dos familiares evidencia que o PROFOR-EXT têm exercido um papel significativo na reconfiguração das expectativas e projetos de vida dos jovens assentados, especialmente no que diz respeito à sua relação com o território rural. Ainda que os desafios estruturais permaneçam, como visto no tópico anterior, os entrevistados apontam o programa como um importante fator de incentivo à permanência no campo, seja pelo apoio financeiro, pelo acesso à formação ou pela valorização simbólica da juventude enquanto sujeito ativo no meio rural.

Para F_03, conforme referido anteriormente, o envolvimento do filho no programa contribuiu para o surgimento de um novo horizonte: *“Surgiu vontade de fazer faculdade, acho que o projeto abriu a mente dele. [...] Ele conseguiu ver um horizonte, um futuro melhor pra ele. [...] Com o projeto, ele se interessou em ficar”*. A fala revela como o PROFOR-EXT atua simultaneamente no plano material (geração de renda, atividades produtivas) e subjetivo (ampliação de repertórios e construção de sentido), aspectos essenciais para que os jovens enxerguem o campo como um lugar de possibilidades. Esse duplo efeito dialoga com a noção

de protagonismo juvenil defendida por Ferrari *et al.* (2004), que compreende a juventude como agente de transformação desde que haja condições para o exercício de sua autonomia e criatividade.

Esse processo também é percebido por outros familiares, como F_01, que relata o impacto da atuação do filho nas relações comunitárias: *“Ele começou a ver a responsabilidade, ver a dificuldade de cada família, e viu que não é só a gente, todos têm dificuldades”*. O sentimento de corresponsabilidade em relação à coletividade surge como fator que ancora o jovem ao território, reafirmando o que Carneiro e Castro (2007) descrevem como condição essencial para o enraizamento: a vinculação afetiva, política e social ao espaço vivido.

Além disso, os familiares ressaltam que o programa contribui para fortalecer a autoestima, a autonomia e o vínculo com a comunidade, elementos que favorecem escolhas pautadas pela permanência, e não pela fuga. F_04 observa: *“Tem sido maravilhoso para ela, porque acaba sendo o primeiro emprego dela de alguma forma. No sentido dela se tornar independente, a questão da autoestima [...] e o entrosamento dela com a comunidade”*. A valorização social dos jovens, quando reconhecidos como trabalhadores, lideranças e multiplicadores de conhecimento, reforça a noção de pertencimento e dá legitimidade ao campo como espaço de realização pessoal e profissional.

A esse respeito, Abramovay e Camarano (1999) apontam que não basta garantir o acesso à terra ou a permanência física no território; é preciso assegurar o acesso a bens simbólicos, culturais e institucionais que deem sentido à vida rural. Nesse contexto, as falas dos familiares indicam que o PROFOR-EXT oferece um canal para essa construção simbólica, ao promover a inclusão dos jovens em redes ampliadas de formação, reconhecimento e ação.

Entretanto, os entrevistados também indicam que a permanência no campo não pode depender apenas de programas pontuais. Para que o engajamento dos jovens se sustente, são necessárias políticas públicas estruturantes. Como alerta F_05: *“É importante a definição pelo governo da questão da geração de renda para o jovem, que possa ser independente do pai. [...] E outras questões de políticas públicas em questão de esporte, lazer, cultura e educação”*. A fala revela o desejo por uma política de juventude rural que vá além da assistência pontual, articulando-se em diversas dimensões da vida social, o que Castro (2019) define como a necessidade de políticas integradas e intersetoriais voltadas à juventude rural.

Por sua vez, o entrevistado F_04 defende que a construção dessas políticas precisa envolver escuta ativa dos próprios jovens: *“Tem que ter uma interseccionalidade dos*

movimentos sociais, a cobrança das políticas públicas voltadas ‘pra’ juventude. E fazer prosas com a juventude, ‘pra’ descobrir o que precisa mesmo, é melhor eles fazendo por eles”. Esse posicionamento dialoga com a perspectiva participativa defendida por Caporal e Costabeber (1994), que enfatizam a importância de metodologias horizontais e democráticas na construção de políticas públicas, especialmente na extensão rural.

Por outro lado, embora os efeitos positivos do PROFOR-EXT sejam reconhecidos, lideranças comunitárias apontaram limitações importantes quanto ao alcance do programa. Quando questionadas se o projeto tem contribuído para fortalecer a permanência da juventude no campo, duas das três lideranças entrevistadas expressaram críticas quanto à sua abrangência atual. Para L_03, *“Acho que ‘pra’ quem está integrado no programa sim, mas para os demais não. Se a gente conseguisse fomento jovem para todos eles, talvez, seria interessante e incentivaria”*. Já L_01 sugere: *“Ampliar o número de bolsas e o número de reuniões da comunidade, se encontrar mais ‘pra’ explicar as informações envolvendo um maior número de pessoas”*.

Portanto, apesar dos avanços proporcionados aos ALFs, ainda é necessário ampliar as estratégias de mobilização, escuta e acesso às políticas para os demais jovens dos assentamentos. Tal percepção reforça a importância de pensar o PROFOR-EXT não como uma ação isolada, mas como parte de uma política territorial mais ampla, capaz de articular juventudes diversas e fortalecer redes coletivas de permanência.

Nesse sentido, F_01 também indica que o engajamento dos jovens depende de incentivos concretos: *“Acho que principalmente alguma ajuda financeira, um trabalho como esse [PROFOR-EXT], por exemplo, ajuda a incentivar por estar trabalhando com a terra e com o povo no assentamento”*. Assim, é possível afirmar que o PROFOR-EXT têm contribuído para estabelecer bases simbólicas e materiais que possibilitam a permanência dos jovens, ainda que essas bases precisem ser expandidas, aprofundadas e articuladas a um conjunto mais amplo de ações governamentais e sociais.

Portanto, os caminhos para o futuro da juventude rural passam, segundo os familiares, por uma combinação entre políticas públicas efetivas, reconhecimento comunitário, acesso à formação e oportunidades de participação concreta. Essa combinação é o que pode sustentar uma permanência qualificada, como defendem Oliveira (2021) e Ferrari *et al.* (2004), que não se baseia apenas na resistência ao êxodo, mas na construção de um campo vivo, diverso e habitável para as novas gerações.

4.3.5 Impactos do PROFOR-EXT e perspectivas de aprimoramento

Os depoimentos dos familiares evidenciam que o PROFOR-EXT têm gerado impactos relevantes não somente para os jovens diretamente envolvidos, mas também para o conjunto das famílias e da vida comunitária nos assentamentos. O programa é percebido como uma experiência inovadora e transformadora, capaz de mobilizar expectativas, fomentar redes de apoio e criar canais de acesso a políticas públicas. No entanto, os relatos também apontam desafios e tensões que precisam ser enfrentados para que o programa atinja todo o seu potencial transformador.

Do ponto de vista coletivo, o PROFOR-EXT tem sido associado ao fortalecimento das redes comunitárias, à ampliação do acesso a políticas públicas e à revalorização da juventude como sujeito estratégico para o desenvolvimento rural. Como aponta F_04: *“O programa ainda não trouxe melhorias materiais, mas no sentido de expectativa, de confiança, esperança de ter esse acesso melhorou muito. [...] A equipe toda é uma juventude muito boa, simples, que tem um conhecimento científico bom, mas isso não distancia eles de nós”*. Essa percepção revela que o programa contribui para aproximar diferentes formas de saber – o técnico e o popular – e promove uma interlocução respeitosa entre os agentes do projeto e os assentados. Essa é justamente uma das diretrizes apontadas por Caporal e Costabeber (1994), que defendem uma extensão rural dialógica, baseada na escuta e na construção coletiva de soluções.

Outro aspecto positivo mencionado está relacionado à capacidade do programa de impulsionar processos paralisados e reanimar planos que haviam sido abandonados. F_03 afirma: *“O PROFOR contribuiu ‘pra’ acelerar o processo dos créditos [...] e ativou uma esperança que já estava adormecida há muito tempo. [...] O projeto do PROFOR me trouxe esperança de estruturar o meu cultivo e incentivou a gente a produzir”*. A retomada do ânimo e da perspectiva de futuro por parte das famílias indica o impacto simbólico e prático do programa, alinhando-se ao que Oliveira (2021) descreve como condições de permanência com dignidade, ou seja, a capacidade de vislumbrar e realizar um projeto de vida no território.

Além disso, os familiares apontam efeitos concretos do PROFOR-EXT sobre a organização do assentamento, sobretudo no que diz respeito ao acesso à documentação e à articulação com políticas públicas. O familiar F_05 resumiu esse papel ao afirmar: *“O PROFOR ajudou muito na ampliação do atendimento da comunidade, organização de documentos, contribui bastante na organicidade do próprio assentamento”*. Essa dimensão organizativa do programa remete ao conceito de capital social discutido por Ferrari *et al.*

(2004), ao considerar que o fortalecimento das redes de confiança e colaboração entre os assentados é essencial para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Contudo, nem todos os aspectos da implementação do programa foram avaliados de forma positiva. Alguns entrevistados relataram dificuldades relacionadas à comunicação, à clareza dos papéis dos envolvidos e à abrangência territorial das ações. O entrevistado F_07 observa: *“Achei confuso sobre qual é o papel dos ALFs [...] pois na minha cabeça eles teriam de fazer reunião com as famílias, levantar demandas, uma atuação mais ativa”*. A crítica indica a necessidade de maior sistematização dos objetivos e funções atribuídas aos jovens agentes locais, bem como o fortalecimento da dimensão política e pedagógica de sua atuação – uma preocupação alinhada à análise de Thomson *et al.* (2017), que apontam a importância da qualificação dos processos de ATER em contextos de vulnerabilidade.

Outros entrevistados apontam uma falha de alinhamento entre a coordenação do projeto e a realidade vivida nos assentamentos, F_05 menciona: *“Talvez falte comunicação num contexto geral, às vezes a informação acaba chegando um pouco tarde”*. Já F_07 complementa que a coordenação do projeto precisa estar mais alinhada com os ALFs. As falas apontam a necessidade de um processo mais participativo e descentralizado de planejamento e acompanhamento do programa, o que remete à defesa de uma ATER pública e democrática, como propõe Borsatto *et al.* (2022).

Diante disso, os familiares sugerem caminhos para o aprimoramento do PROFOR-EXT, como o envolvimento de mais jovens, o incentivo ao trabalho coletivo e a criação de espaços de troca entre os participantes. O familiar F_03 sugere: *“Um mutirão que reunisse os jovens talvez fosse legal. Mostrar ‘pras’ pessoas que as coisas fluem melhor se as pessoas ajudarem umas às outras”*. Já F_07 propõe ampliar a cobertura do programa: *“Seria importante [...] envolver mais jovens de outras agrovilas ‘pra’ que eles possam participar do processo e contribuir localmente”*. Essas proposições se alinham à visão de extensão rural como processo de mobilização social e construção territorial coletiva, defendida por Caporal e Beber (1994) e Carneiro e Castro (2007).

Portanto, os impactos do PROFOR-EXT são amplamente reconhecidos pelas famílias, tanto nos aspectos formativos e simbólicos quanto nas melhorias organizacionais nos assentamentos. No entanto, o aprofundamento e a expansão desses resultados exigem maior clareza na execução, escuta ativa das comunidades e continuidade das ações. Somente com o fortalecimento institucional e político do programa será possível consolidar a juventude rural como protagonista de um projeto de desenvolvimento justo, democrático e enraizado nos territórios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que o programa representou um avanço significativo no campo das políticas públicas voltadas à juventude da reforma agrária, destacando-se por ser o primeiro programa de escala nacional voltado especificamente para a formação de jovens assentados como agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER), promovendo o protagonismo juvenil e a valorização da permanência no campo.

A pesquisa também revelou que, apesar das adversidades enfrentadas nos territórios — como a precariedade da infraestrutura, a ausência de políticas públicas contínuas e a escassez de oportunidades de renda e formação — muitos jovens expressam o desejo de permanecer no campo e contribuir com o desenvolvimento de suas comunidades. A experiência com o PROFOR-EXT revelou-se significativa nesse sentido, ao proporcionar uma vivência concreta de atuação técnica e política junto aos assentamentos, fortalecendo o sentimento de pertencimento, autoestima e reconhecimento.

Entre os principais impactos positivos, destacam-se o fortalecimento do entendimento dos jovens sobre o funcionamento da burocracia agrária, o desenvolvimento de habilidades técnicas e digitais básicas (como uso de planilhas e assinaturas digitais), o envolvimento com a comunidade local e a valorização da identidade juvenil a partir da atuação como Agentes Locais de Formação (ALFs). A remuneração dos jovens, por sua vez, também pode ser considerada um diferencial importante, visto que além de garantir autonomia financeira, também sinaliza a possibilidade real de geração de renda no campo.

A convivência entre os jovens e a equipe extensionista também foi percebida como um fator-chave no processo formativo, sendo os momentos de imersão — como encontros presenciais, viagens, formações e oficinas — os mais valorizados pelos participantes. Contudo, a escassez de recursos e a limitada presença em campo ao longo do segundo ano de execução se apresentaram como barreiras para a manutenção do engajamento dos jovens e da qualidade formativa desejada. Essa limitação foi acentuada por entraves logísticos, como ausência de infraestrutura nos assentamentos e dificuldades de deslocamento.

Apesar dos desafios, é evidente o grande potencial do PROFOR-EXT como política pública estruturante para a juventude rural. No entanto, é necessário que o programa passe por reformulações que garantam maior integração interinstitucional entre INCRA, universidades e entidades de ATER, além de diretrizes metodológicas mais sólidas e mecanismos de continuidade após o término das bolsas. Um dos pontos centrais para o fortalecimento do impacto do programa está no investimento consistente em formação política, presença territorial mais frequente e criação de caminhos para o escoamento profissional dos jovens,

como o ingresso em programas como o PRONERA, mercado de trabalho ou bolsas de extensão vinculadas a instituições públicas.

A experiência da equipe ESALQ no PROFOR-EXT demonstra o potencial transformador da extensão rural quando articulada com processos formativos críticos, participativos e emancipatórios, contribuindo para o acesso a políticas públicas e para o fortalecimento da identidade dos jovens do campo, bem como sua permanência nas comunidades. De modo geral, a vivência com o programa revelou a potência transformadora da juventude rural quando inserida em processos significativos de formação e engajamento comunitário, assim como a urgência de políticas públicas que considerem os jovens não como beneficiários passivos, mas como sujeitos ativos na construção de alternativas sustentáveis para o campo.

Além de evidenciar os efeitos diretos do programa sobre os jovens participantes, o estudo também permitiu compreender aspectos mais amplos das dinâmicas territoriais e institucionais nos assentamentos. A escuta das lideranças comunitárias revelou tanto o reconhecimento da importância da atuação dos ALFs quanto os limites do alcance do programa diante da ausência de políticas continuadas e da baixa capilaridade das ações formativas. A análise das entrevistas com familiares trouxe à tona transformações sutis, porém importantes, no cotidiano e na autoestima dos jovens, reforçando os vínculos com o território e reposicionando seu papel social dentro das comunidades. Outro ponto relevante foi a valorização dos momentos presenciais de formação — como viagens, oficinas e visitas técnicas — não somente como espaços de aprendizado, mas também como experiências de pertencimento, troca e construção coletiva. Por fim, o estudo evidenciou que a atuação dos ALFs contribuiu para tensionar práticas tradicionais de organização comunitária, impulsionando novas formas de engajamento e diálogo geracional dentro dos assentamentos.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa reforçam a importância de se pensar políticas públicas integradas, que dialoguem com os anseios e realidades da juventude rural, valorizando sua capacidade de ação e transformação. A construção de caminhos para a permanência no campo passa necessariamente pelo reconhecimento dos jovens como sujeitos políticos e protagonistas do desenvolvimento rural, exigindo o fortalecimento de iniciativas que articulem educação, trabalho, cultura, renda e participação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A.A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p. (IPEA. Texto para discussão, 621).

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social**. Mundo Agrário, 16 (32). Disponível em <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6882/pr.6882.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2025.

BARCELLOS, S. B. **As políticas públicas para a juventude rural: o PRONAF Jovem em debate**. p. 149-173. Planejamento e Políticas Públicas, ppp, n. 48, 2017. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7998/1/ppp_n48_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em 20 abr. 2025.

BONDIOLI, F. F.; MARCHETTI, F. F.; MORUZZI, P. E. M. **Tendências e desafios em torno da reforma agrária: um estudo de caso sobre os sistemas agroflorestais do projeto de desenvolvimento sustentável Milton Santos**. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 148-164, 2024. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2024.v27i2.595. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/595>>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BONDIOLI, F. F.; OLIVEIRA, L. V. F.; ISSAS, L. F.; PAIVA, D.; SCHIESARI, C. R.; MARCHETTI, F. F. **Desafios e potencialidades na formação em Assistência Técnica e Extensão Rural de jovens assentados em diferentes regiões do estado de São Paulo**. In: SILVA, Flávio Castro da *et al.* **ProforEXT: Programa Nacional de Formação em ATER para assentamentos de reforma agrária e contribuições para a agenda 2030**. 2. ed. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2025. p. 256-274. ISBN 978-85-495-1157-7. Disponível em: <<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/788/759/3159>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BORSATTO, R. S.; THOMSON, C. R.; RIGA, H. L.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): fim de um ciclo?**. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 22, n. especial, p. 1–20, 2022. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.22.2220283.002. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/20283>>. Acesso em: 17 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e contribuições para Agenda 2030 (PROFOR-EXT) - Programa de Apoio à Extensão Universitária para**

Agricultura Familiar e contribuições para Agenda 2030. Universidade Federal de Goiás. Brasília: MDA, 2023a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Termo de Execução Descentralizada – Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e contribuições para Agenda 2030 (PROFOR-EXT).** Universidade Federal de Goiás. Brasília: MDA, 2023b. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/692/o/Term_Pbl.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada nº 30879420230031-001239/2023.** Universidade Federal de Goiás. Brasília: MDA, 2023c. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/692/o/Plan_trb.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CALLOU, A. B. F.; PIRES, M. L. L. S.; LEITÃO, M. R. F. A.; SANTOS, M. S. T. **O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil.** *Revista Extensão Rural*, v. 15, n. 16, p. 84-115, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5507>>. Acesso em: 18 mai. 2025.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência.** *Revista da ABRA*, v. 24, n. 3, p. 70-90, set./dez. 1994.

CARNEIRO, M. J. **O ideal rurbarano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.** In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luis Flávio (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/juventude-rural-em-perspectiva.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2025.

CASTRO, E. G. **JUVENTUDE RURAL, DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude.** *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, n. 45, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734/17809>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CASTRO, E. G. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político.** Rio de Janeiro: Mauad X e Seropédica, 2019. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/os-jovens-estao-indo-embora.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2025.

CERNASEV, A.; AXON, D. R. **Research and scholarly methods: thematic analysis.** *Journal of the American College of Clinical Pharmacy*, v. 6, n. 7, p. 751-755, 2023.

CHIODI, R. E. **Curricularização da extensão e suas interfaces com a Extensão Rural.** In: Anais do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais. Piracicaba (SP) ESALQ/USP, 2023. Disponível em <www.even3.com.br/anais/sober2023>. Acesso em 13 jun. 2025.

CHRISTOU, P. A. **Thematic analysis through artificial intelligence (AI).** *The Qualitative Report*, v. 29, n. 2, p. 560-576, 2024.

CUNHA, A. P.; FORNAZIER, A. **O papel das políticas públicas de crédito rural no desenvolvimento sustentável do campo: uma revisão de literatura.** *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 22, n. 4, p. e14210, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n4-175. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/14210>. Acesso em: 16 abr. 2025.

DEJONCKHEERE, M.; VAUGHN, L. M.; JAMES, T. G.; SCHONDELMEYER, A. C. **Qualitative thematic analysis in a mixed methods study: guidelines and considerations for integration.** *Journal of Mixed Methods Research*, v. 18, n. 3, p. 258-269, 2024. doi: 10.1177/15586898241257546.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?** *Estudos: Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, out. 2004.

GOHN, M. G. **TEORIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: desafios para a compreensão das desigualdades sociais.** *Caderno CRH*, v. 32, p. 63–81, 3 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Lc4THRCyDjMdgWmHHJhpdzb/>>. Acesso em 29 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017: produtores.** Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html. Acesso em: 17 jun. 2025.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. **JUVENTUDE RURAL NO BRASIL: ENTRE FICAR E PARTIR**. Tempo da Ciência, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 201–220, 2000. DOI: 10.48075/rte.v20i39.9817. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9817>. Acesso em: 12 mai. 2025.

LEME, L. M. L et al. **O papel da formação universitária para o(a) extensionista rural, sob a perspectiva da lei de ATER (nº 12.188/2010): os cursos de Ciências Agrárias, Gestão Ambiental e Administração da ESALQ (USP)**. Revista Fitos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, v. 18, n. Suppl. 2, p. e1407, 2024. DOI: 10.32712/2446-4775.2023.1407. Disponível em: <<https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/1407>>. Acesso em 13 jun. 2025.

MINAYO, M. C. S. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. **Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa**. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, v. 40, n. 40, p. 139-153, 2018. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>. Acesso em: 20 mai. 2025.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEDEIROS, J. C.; GRISA, C. **O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural**. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 14, n. 34 Dez., 2020. DOI: 10.14393/RCT143401. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/51787>>. Acesso em: 16 mai. 2025.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. VAN H.. **Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 59, n. 2, p. e222727, 2021.

PANNO, F.; DESSIMON MACHADO, J. A. **Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural: Partir ou Ficar no Campo**. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 264–297, 2014. DOI: 10.21527/2237-6453.2014.27.264-297. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2863>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PROUDFOOT, K. **Inductive/deductive hybrid thematic analysis in mixed methods research**. Journal of Mixed Methods Research, v. 17, n. 3, p. 308-326, 2023. doi: 10.1177/15586898221126816.

SANTANA, R. D. S.; BARCELOS, H. R. **Juventude Rural, Agroecologia e Políticas Públicas: uma revisão integrativa**. Cadernos de Agroecologia, v. 17, n. 1, 2022. Disponível em <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6933>>. Acesso em 10 mai. 2025.

SANTOS, A. S. **Condições das juventudes rurais na contemporaneidade: da migração às políticas públicas**. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, v. 1, n. 14, p. 54–74, 2020. Disponível em: <<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/3320>>. Acesso em 18 abr. 2025.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkW4wf7z/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 18 jun. 2025.

SILVA, J. N. **Juventudes Rurais e Agroecologia: um diálogo imprescindível**. Redes, v. 22, n. 2, p. 208-226, 30 abr. 2017. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9348>>. Acesso em 10 mai. 2025.

SILVA, F. C.; SILVA, A. C. L.; SCHREINER, C. T; BRAGA, D. P. P.; SILVA, J. S. e. **ProforEXT: Programa Nacional de Formação em ATER para assentamentos de reforma agrária e contribuições para a agenda 2030**. 2. ed. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2025. 471 p. ISBN 978-85-495-1157-7. DOI <https://doi.org/10.63756/PRO.ebook.978-85-495-1157-7/2025>. Disponível em: <<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/788/759/3159>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SILVA, M. R.; BARBOSA, M. A. S.; LIMA, L. G. B. **Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em Administração: explorando a análise temática**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 14, n. 1, p. 111–123, 31 mar. 2020. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/pca/article/view/38405/pdf>>. Acesso em 27 abr. 2025.

SOUZA, L. K. **Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v71n2/05.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2025. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. **O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017**. Retratos de Assentamentos, v.

20, n. 1, p. 70–92, 1 jan. 2017. Disponível em:
<<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/234/230>>. Acesso em 18
mai. 2025.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro de entrevista destinado aos jovens

Questionário - ALFs

Roteiro de Entrevista 1 – Jovens (Agentes Locais de Formação – ALFs)

Olá! 😊

Este formulário faz parte da pesquisa ***“Políticas públicas e juventude rural: a mobilização da juventude assentada por meio do PROFOR-EXT no interior paulista”***, realizada por Eduarda Sanches Miriani (ESALQ/USP), sob orientação da professora Maria Elisa Garavello.

O objetivo é entender ***como o PROFOR-EXT tem impactado a vida dos jovens assentados e contribuído para sua permanência no campo***. Você foi convidado(a) a participar por ser Agente Local de Formação (ALF) em um dos assentamentos atendidos pelo programa.

As respostas serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos e tratadas com total sigilo. A participação é voluntária, e você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo.

Antes de responder, leia com atenção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou, se for menor de idade, o Termo de Assentimento (TALE).

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Declaração de consentimento *

Declaro que recebi e li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), e compreendi as informações sobre a pesquisa “Políticas Públicas e Juventude Rural: O PROFOR-EXT e a mobilização de jovens assentados no interior paulista”.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aceito participar da pesquisa
- ☐ Não aceito participar da pesquisa

2. Data da entrevista *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

3. Nome do entrevistado *

4. Idade *

5. Idade

Marcar apenas uma oval.

☐ 15 a 17 anos

☐ 18 a 20 anos

☐ 21 a 23 anos

☐ 24 a 26 anos

☐ 27 a 29 anos

6. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Outro: _____

7. Assentamento *

Marcar apenas uma oval.

☐ Assentamento Milton Santos

☐ Assentamento Elizabeth Teixeira

☐ Assentamento Dandara

☐ Assentamento Reunidas

1. Experiência Pessoal e Trajetória no Assentamento

8. 1.1. Você nasceu neste assentamento? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

9. Se não, há quanto tempo vive aqui?

10. 1.2. Quem mora no lote com você? *

11. 1.3. Como foi o caminho até você se tornar um Agente Local de Formação (ALF)? Pode contar um pouco sobre como você chegou até o programa? *

12. 1.4. O que te motivou a participar do PROFOR-EXT como ALF? *

2. Educação, Trabalho e Perspectivas de Futuro

13. 2.1. Você está estudando atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. Se sim, qual curso ou série? Onde?

15. 2.2. Você está trabalhando atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

16. Se sim, no quê?

17. 2.3. Você trabalha ou ajuda seus pais nas atividades do lote? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Às vezes

18. Se sim, você faz isso porque gosta ou mais por obrigação? Se não, por quê?

19. 2.4. Como você concilia as atividades como ALF com outros compromissos (estudo/trabalho)?

20. 2.5. A bolsa mensal do PROFOR tem te ajudado? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Outro: _____

21. Comente.

22. 2.6. Quais são seus planos para o futuro? Você pensa em continuar vivendo e trabalhando no assentamento ou tem vontade de sair? *

23. Você tem ou já teve pretensão de se mudar para a cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, tenho
- ☐ Já tive, mas hoje não tenho mais
- ☐ Nunca tive
- ☐ Ainda não sei
- ☐ Talvez
- ☐ Outro: _____

24. 2.7. Na sua opinião, o que está faltando no meio rural para que mais jovens queiram continuar vivendo aqui? *

3. Vivência no PROFOR-EXT

25. 3.1. Que tipo de formação você recebeu no PROFOR-EXT? Pode contar um pouco sobre como foram os cursos, oficinas ou atividades que participou? *

26. 3.2. Quais atividades você realiza como ALF no assentamento? *

27. 3.3. O que você considera como os maiores aprendizados que teve até agora no programa? *

28. 3.4. Quais foram os maiores desafios que você enfrentou ao atuar como ALF? *

29. 3.5. Como você enxerga a sua contribuição para a comunidade por meio do PROFOR-EXT? *

30. 3.6. O programa ajudou você a se sentir mais engajado(a) na comunidade? Como? *

31. 3.7. Você escreveu projeto para o Fomento Jovem? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro: _____

32. Se sim, qual foi o projeto e como tem sido sua execução?

4. Juventude Rural e Permanência no Campo

33. 4.1. Você percebe que o PROFOR-EXT tem influenciado outros jovens do assentamento? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

34. Por quê?

35. 4.2. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pelos jovens do campo? *

36. 4.3. Na sua opinião, o que poderia ser feito para incentivar mais jovens a permanecerem no campo? *

37. 4.4. Você acredita que a assistência técnica oferecida pelo PROFOR-EXT contribui para melhorar as condições de vida no assentamento? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, tem contribuído muito
- ☐ Tem contribuído razoavelmente
- ☐ Não tem contribuído
- ☐ Outro: _____

38. Por quê? *

39. 4.5. Você sente que o programa contribuiu para sua autonomia e tomada de decisões? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez
- ☐ Outro: _____

40. Por quê?

5. Família e Comunidade

41. 5.1. Como sua família vê sua participação no PROFOR-EXT? Eles apoiam? *

42. 5.2. Acredita que sua participação como ALF trouxe mudanças para sua família? Por quê? *

6. Avaliação do PROFOR-EXT e Sugestões

43. 6.1. Quais foram os maiores impactos do PROFOR-EXT em sua vida pessoal e profissional? *

44. 6.2. Existe algo que você gostaria que fosse diferente no programa? O que poderia ser melhorado? *

45. 6.3. Você recomendaria a participação no PROFOR-EXT para outros jovens? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez
- ☐ Outro: _____

46. Por quê? *

47. 6.4. Que tipo de formação ou apoio adicional você gostaria de receber? *

7. Considerações Finais

48. 7.1. Tem algo mais que gostaria de compartilhar sobre sua experiência no PROFOR-EXT ou sobre a vida no assentamento?



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo B - Roteiro de entrevista destinado aos familiares

Questionário - Familiares/Pais

Roteiro de Entrevista 2 – Familiares/Pais dos Jovens (ALFs)

Olá! 😊

Este formulário faz parte da pesquisa ***“Políticas públicas e juventude rural: a mobilização da juventude assentada por meio do PROFOR-EXT no interior paulista”***, realizada por Eduarda Sanches Miriani (ESALQ/USP), sob orientação da professora Maria Elisa Garavello.

O objetivo é entender ***como o PROFOR-EXT tem impactado a vida dos jovens assentados e contribuído para sua permanência no campo***. Você foi convidado(a) a participar por ser pais e/ou responsáveis por um jovem que atua como Agente Local de Formação (ALF) em um dos assentamentos atendidos pelo programa.

As respostas serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos e tratadas com total sigilo. A participação é voluntária, e você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo.

Antes de responder, leia com atenção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Declaração de consentimento *

Declaro que recebi e li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e compreendi as informações sobre a pesquisa “Políticas Públicas e Juventude Rural: O PROFOR-EXT e a mobilização de jovens assentados no interior paulista”.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aceito participar da pesquisa
- ☐ Não aceito participar da pesquisa

2. Data da entrevista *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

3. Nome do entrevistado *

4. Idade *

5. Estado civil *

Marcar apenas uma oval.

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ União estável

☐ Divorciado(a)

☐ Viúvo(a)

☐ Outro:

6. Qual a sua principal ocupação? *

7. Grau de parentesco com o ALF *

Marcar apenas uma oval.

☐ Mãe

☐ Pai

☐ Irmão(ã)

☐ Outro:

8. Nome do ALF *

9. Assentamento *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Assentamento Milton Santos
- ☐ Assentamento Elizabeth Teixeira
- ☐ Assentamento Dandara
- ☐ Assentamento Reunidas

1. Informações sobre a família e o lote

10. 1.1. Há quanto tempo você e sua família vivem neste assentamento? *

11. 1.2. Quantas pessoas moram atualmente no lote com você? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

12. 1.3. Por favor, descreva quem são essas pessoas: indique o sexo, idade, grau de parentesco com você e qual é a principal ocupação de cada uma. *

13. 1.4. Qual é a principal fonte de renda da sua família? *

Marque todas as alternativas aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Produção agropecuária do próprio lote
- ☐ Aposentadoria ou benefício previdenciário
- ☐ Programa de transferência de renda (ex: Bolsa Família, Auxílio Brasil)
- ☐ Trabalho assalariado fora do lote (rural)
- ☐ Trabalho assalariado fora do lote (urbano)
- ☐ Atividades informais (bicos, venda de alimentos, artesanato etc.)
- ☐ Outro: _____

14. Comente.

15. 1.5. Quais são as principais atividades produtivas realizadas no lote? *

Marque todas as alternativas aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Plantio de grãos (milho, feijão, soja, arroz etc.)
- ☐ Hortaliças e legumes
- ☐ Fruticultura (ex: banana, goiaba, manga, laranja etc.)
- ☐ Criação de galinhas ou aves de postura
- ☐ Criação de porcos
- ☐ Criação de gado leiteiro
- ☐ Criação de gado de corte
- ☐ Produção de peixes
- ☐ Produção de ovos, leite ou derivados para venda
- ☐ Apicultura (criação de abelhas)
- ☐ Artesanato ou produtos processados (geleias, bolos, cosméticos, etc.)
- ☐ Outro: _____

16. 1.6. Quem, da sua família, trabalha em cada uma dessas atividades? *

17. 1.7. Vocês contratam mão de obra de fora para alguma dessas atividades? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Às vezes

18. 1.8. Quais são os principais desafios enfrentados pela sua família hoje? *

Marque todas as alternativas aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Falta de acesso a crédito ou financiamento
- ☐ Dificuldade para escoar a produção
- ☐ Falta de assistência técnica
- ☐ Dificuldade para comprar insumos e ferramentas
- ☐ Falta de mão de obra
- ☐ Problemas com pragas ou doenças nas plantações
- ☐ Clima desfavorável ou períodos de seca/excesso de chuvas
- ☐ Dificuldade de transporte ou logística
- ☐ Falta de regularização da posse da terra
- ☐ Outro: _____

19. Comente

2. Percepções sobre o Jovem e sua Participação no PROFOR-EXT

20. 2.1. Como recebeu a notícia de que seu filho(a) se tornou um Agente Local de Formação (ALF) no PROFOR-EXT? *

21. 2.2. Como a participação do seu filho(a) no PROFOR-EXT tem impactado sua vida pessoal e profissional? *

22. 2.3. Você percebe alguma mudança no comportamento, nas responsabilidades ou nos planos de futuro do seu filho(a) desde que ingressou no programa? *

23. Você percebeu alguma dessas mudanças no seu filho(a) desde que ele(a) começou a participar do PROFOR-EXT? *

Marque todas as alternativas aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Maior responsabilidade nas tarefas do dia a dia
- ☐ Mais autonomia e independência
- ☐ Interesse maior pela agricultura ou pela comunidade
- ☐ Mais disposição para estudar ou trabalhar
- ☐ Melhora na comunicação com a família
- ☐ Participação mais ativa nas atividades do assentamento
- ☐ Aumento da autoestima e confiança
- ☐ Não percebi mudanças

24. 2.4. De que forma a participação dele(a) influenciou a dinâmica familiar? *

3. Juventude Rural e Permanência no Campo

25. 3.1. Você acredita que o PROFOR-EXT tem ajudado seu filho(a) a se sentir mais engajado(a) na comunidade e mais motivado(a) a permanecer no campo? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

26. Por quê? *

27. 3.2. Você sabe quais são suas expectativas em relação ao futuro do seu filho(a)? *

28. 3.3. Você gostaria que ele(a) permanecesse no campo ou acredita que outras oportunidades na cidade seriam melhores? *

29. 3.4. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pelos jovens no campo? *

30. 3.5. O que você acha que poderia ser feito para incentivar mais jovens a permanecerem no assentamento? *

4. Fomentos e Apoio Familiar

31. 4.1. Sua família escreveu algum projeto para obter o crédito de instalação? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

32. Se sim, qual?

Marque todas que se aplicam.

☐ Apoio inicial

☐ Fomento

☐ Fomento Mulher

☐ Florestal

☐ Recuperação Ambiental

☐ Outro: _____

33. 4.2. Se sim, qual foi o projeto, como tem sido sua execução e de que forma seu filho(a) auxiliou nesse processo? *

34. 4.3. Como sua família tem apoiado o jovem na execução do projeto e nas atividades do PROFOR-EXT? *

35. 4.4. Vocês percebem algum benefício direto para a família com a participação do jovem no programa? *

5. Relações Comunitárias e Desenvolvimento Local

36. 5.1. Como você avalia a relação do seu filho(a) com a comunidade após se tornar um ALF? *

37. 5.2. Você acredita que o PROFOR-EXT tem trazido melhorias para o assentamento em geral? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

38. Por quê / quais? *

39. 5.3. De que forma o programa contribuiu para o fortalecimento da comunidade *
e da agricultura familiar?

6. Avaliação do PROFOR-EXT e Sugestões

40. 6.1. O que você considera como os maiores benefícios do PROFOR-EXT para *
os jovens e para as famílias do assentamento?

41. 6.2. Existe algo que você acredita que poderia ser melhorado no programa? *

42. 6.3. Que tipo de formação ou apoio você gostaria que fosse oferecido aos jovens e às famílias participantes? *

7. Considerações Finais

43. 7.1. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a experiência do seu filho(a) no PROFOR-EXT ou sobre sua visão da juventude rural? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo C - Roteiro de entrevista destinado às lideranças locais

Questionário – Lideranças comunitárias

Roteiro de Entrevista 3 – Lideranças comunitárias

Olá! 😊

Este formulário faz parte da pesquisa *“Políticas públicas e juventude rural: a mobilização da juventude assentada por meio do PROFOR-EXT no interior paulista”*, realizada por Eduarda Sanches Miriani (ESALQ/USP), sob orientação da professora Maria Elisa Garavello.

O objetivo é entender **como o PROFOR-EXT tem impactado a vida dos jovens assentados e contribuído para sua permanência no campo**. Você foi convidado(a) a participar por ser uma liderança em um dos assentamentos atendidos pelo programa.

As respostas serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos e tratadas com total sigilo. A participação é voluntária, e você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo.

Antes de responder, leia com atenção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Declaração de consentimento *

Declaro que recebi e li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e compreendi as informações sobre a pesquisa “Políticas Públicas e Juventude Rural: O PROFOR-EXT e a mobilização de jovens assentados no interior paulista”.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aceito participar da pesquisa
- ☐ Não aceito participar da pesquisa

2. Data da entrevista *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

3. Nome do entrevistado *

4. Idade *

5. Cargo / função comunidade *

6. Assentamento *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Assentamento Milton Santos
- ☐ Assentamento Elizabeth Teixeira
- ☐ Assentamento Dandara
- ☐ Assentamento Reunidas

1. Experiência e Trajetória na Comunidade

7. 1.1. Há quanto tempo você atua como liderança neste assentamento? *

8. 1.2. Quais são suas principais responsabilidades e atividades enquanto liderança? *

2. Juventude Rural e Participação Comunitária

9. 2.1. Como você avalia a participação dos jovens nas atividades comunitárias do assentamento? *

10. 2.2. Em sua opinião, quais fatores mais dificultam a permanência dos jovens no assentamento? *

Marque todas as opções aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Falta de oportunidades de renda
- ☐ Ausência de projetos voltados para os jovens
- ☐ Baixo acesso à educação de qualidade
- ☐ Dificuldade de acesso à internet ou tecnologia
- ☐ Falta de transporte ou infraestrutura
- ☐ Desinteresse pela vida no campo
- ☐ Influência da cidade e desejo de migrar
- ☐ Outro: _____

11. Comente. *

12. 2.3. Você percebe que há um movimento de evasão dos jovens para áreas urbanas? Quais fatores mais contribuem para isso? *

13. 2.4. O que você acredita que poderia ser feito para incentivar os jovens a permanecerem no campo? *

14. 2.5. Que tipo de ação ou política pública seria mais importante para apoiar os jovens do assentamento? *

Marque todas as opções aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Apoio financeiro para iniciar uma produção
- ☐ Cursos técnicos no próprio assentamento
- ☐ Programas de empreendedorismo rural
- ☐ Acesso facilitado à internet e tecnologia
- ☐ Projetos culturais e esportivos
- ☐ Fortalecimento do ensino médio rural
- ☐ Outro: _____

3. Percepções sobre o PROFOR-EXT

15. 3.1. Como você avalia o impacto do PROFOR-EXT na comunidade até o momento? *

16. 3.2. Quais mudanças você observou nos jovens que atuam como Agentes Locais de Formação (ALFs)? *

Marque todas as alternativas aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Maior responsabilidade nas atividades do assentamento
- ☐ Mais autonomia e iniciativa
- ☐ Aumento do engajamento com a comunidade
- ☐ Desenvolvimento de habilidades técnicas
- ☐ Melhora na comunicação e nas relações interpessoais
- ☐ Interesse em permanecer no campo
- ☐ Outro: _____

17. Comente. *

18. 3.3. Na sua opinião, o PROFOR-EXT têm contribuído para fortalecer a permanência dos jovens no campo? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

19. Por quê? *

20. 3.4. Como você avalia a relação entre os ALFs e o restante da comunidade? *

21. 3.5. O programa trouxe benefícios diretos para o assentamento em termos de produção, organização comunitária ou acesso a políticas públicas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez
- ☐ Outro: _____

22. Por quê? *

4. Projetos e Crédito de Instalação

23. 4.1. Como foi o processo de elaboração dos projetos para acesso ao crédito de instalação no assentamento? *

24. 4.2. De que forma os jovens (especialmente os ALFs) se envolveram ou auxiliaram no processo de elaboração e execução desses projetos? *

25. 4.3. Os projetos financiados têm atendido às necessidades das famílias? Como tem sido a execução e quais foram os principais desafios enfrentados? *

26. 4.4. Em sua avaliação, o crédito de instalação tem contribuído para melhorar as condições de vida das famílias e incentivar a permanência no campo? *

5. Desenvolvimento Comunitário e Assistência Técnica

27. 5.1. Você acredita que o PROFOR-EXT têm fortalecido a agricultura familiar e promovido o desenvolvimento sustentável no assentamento? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez
- ☐ Outro: _____

28. Por quê? *

29. 5.2. Em quais aspectos o PROFOR-EXT mais contribuiu para o assentamento? *

Marque todas as alternativas aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Organização comunitária
- ☐ Formação de jovens
- ☐ Planejamento de projetos produtivos
- ☐ Participação das famílias
- ☐ Maior participação dos jovens nas decisões da comunidade
- ☐ Fortalecimento da produção familiar
- ☐ Melhoria no acesso a créditos e políticas públicas
- ☐ Estímulo à educação e capacitação técnica
- ☐ Aumento da autoestima dos jovens
- ☐ Outro: _____

30. 5.3. Como você avalia a assistência técnica e extensão rural oferecida pelo programa? *

31. 5.4. Existem outras áreas ou temas que você acredita que deveriam ser abordados para fortalecer o desenvolvimento comunitário? *

6. Avaliação do PROFOR-EXT e Sugestões

32. 6.1. Em sua opinião, quais são os principais pontos fortes do PROFOR-EXT? *

33. 6.2. E quais seriam as principais limitações ou desafios enfrentados pelo programa no assentamento? *

34. 6.3. Que tipo de melhorias você sugeriria para ampliar o impacto do PROFOR-EXT entre os jovens e as famílias? *

GARGALOS - O QUE PODERIA TER SIDO FEITO PARA MAIS ENGAJAMENTO, MELHORES RESULTADOS

35. 6.4. O que você considera que ainda precisa melhorar no PROFOR-EXT para fortalecer sua atuação nos assentamentos? *

Marque todas as opções aplicáveis

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Maior envolvimento das famílias
- ☐ Maior envolvimento dos outros jovens do assentamento (que não são ALF)
- ☐ Acompanhamento mais frequente da equipe técnica da universidade
- ☐ Apoio na implementação dos projetos elaborados
- ☐ Mais diálogo com lideranças comunitárias
- ☐ Ampliação do número de jovens participantes enquanto ALF
- ☐ Inclusão de mais ações produtivas no programa
- ☐ Outro: _____

7. Considerações Finais

36. 7.1. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre o PROFOR-EXT, a juventude rural ou o desenvolvimento do assentamento? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários